



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS

LAUSSON JOSÉ MAGALHÃES CARVALHO

**HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA:
A CONQUISTA DA TERRA EM BOA VISTA – RR**

Boa Vista-RR

2018

LAUSSON JOSÉ MAGALHÃES CARVALHO

**HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA:
A CONQUISTA DA TERRA EM BOA VISTA – RR**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Área de concentração: Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Identidade, Espaço Territorial e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira

Boa Vista-RR

2018

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C331h Carvalho, Lausson José Magalhães.

Histórico do assentamento PA nova amazônia : a conquista da terra em Boa Vista –RR / Lausson José Magalhães. – Boa Vista, 2018.
149 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira.

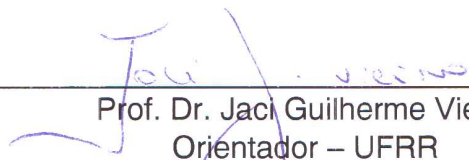
I – Reforma agrária. 2 – Agricultura familiar. 3 – PA nova amazônia
I – Título. II – Vieira, Jaci Guilherme (orientador).

CDU – 631.115.1(811.4)

LAUSSON JOSÉ MAGALHÃES CARVALHO

“HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA: A CONQUISTA DA TERRA EM BOA VISTA – RR”

Dissertação apresentada para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 15 de março de 2018 e avaliada pela seguinte Banca Examinadora.



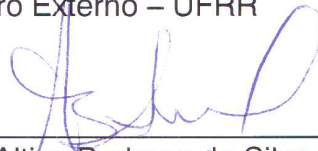
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira
Orientador – UFRR



Prof. Dr^a. Edilza Joana Oliveira Fontes
Membro Externo– UFPA



Prof. Dr^a. Ingrid Cardoso Caldas
Membro Externo – UFRR



Prof. Dr^a. Altiva Barbosa da Silva
Membro Interno – UFRR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos assentados do PA Nova Amazônia, aos movimentos sociais do campo do Estado de Roraima pela militância na luta da conquista desta terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Deus por ter me guiado nesta pesquisa me direcionando as pessoas certas com quem precisava obter as informações necessárias para a conclusão desta pesquisa com alegria e saúde durante toda essa jornada de dois anos.

Agradeço em especial a minha família por sempre ter estado ao meu lado durante esse período da pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu orientador Professor Dr. Jaci Guilherme Vieira por ter acreditado na minha proposta de pesquisa em que foi um desafio trilhado por nós durante esses anos. Obrigado pelas suas orientações e indicações de literaturas que compõe esse trabalho fruto do nosso esforço.

Agradeço aos meus colegas, professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima.

Agradeço a Universidade Federal de Roraima pela oportunidade de ter alcançado este título de Mestre e pela oportunidade da geração desta pesquisa ao Estado de Roraima e ao Brasil.

Registro os agradecimentos as seguintes instituições: FEMARH/RR, SEBRAE/RR, POLÍCIA FEDERAL/RR, INCRA/RR, SEPLAN/RR, CONAB/RR, MDA/RR, ITERAIMA/RR, MPF/RR, MPE/RR, FOLHA DE BOA VISTA/RR, GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, CGU/RR, SAF/DF, SEED/RR, EAGRO/RR, EMBRAPA/RR.

Aos assentados, associações e cooperativas do Pa Nova Amazônia, que muito gentilmente me receberam em seus lotes com todo carinho e atenção afim de contribuir com esta pesquisa.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES/MEC, pela bolsa de estudo ao longo desta pesquisa.

Enfim agradeço a todos que direta ou indiretamente estiveram comigo durante esta jornada torcendo pela conclusão desta pesquisa com êxito. Meu muito obrigado vocês são o reflexo dessa conquista.

“O Pa Nova Amazônia é minha casa, daqui eu não saíu eu lutei as margens da BR 174, pela conquista dessa terra que amo tanto. Aqui tenho paz, tenho tudo o que eu preciso produzido na terra”.

(Rosilene Santos - Agricultora do Pa Nova Amazônia)

RESUMO

Esta pesquisa analisa o histórico do Assentamento Pa Nova Amazônia, localizado no Estado de Roraima no Município de Boa Vista, Zona Rural, estando distante 35 Km da Zona Urbana do Município. O respectivo assentamento faz parte da antiga Fazenda Bamerindus, de propriedade de um antigo grupo financeiro do Paraná, que teve essas terras confiscadas pelo Governo Federal, devido a débitos contra a União. No ano de 2001, essas terras foram recebidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA, com a finalidade de assentar aproximadamente mil famílias. Construimos a história desse assentamento a partir dos relatos dos mais antigos moradores dessa região que datam do ano de 2003, que acamparam às margens da BR 174, pela conquista dessa terra e por meio de documentos oficiais disponibilizados pelo INCRA ao longo da pesquisa sobre a criação do PA. A pesquisa concentrou-se em três momentos abordando a história do assentamento; a vida dos assentados e da produção local da região. O sucesso do PA, pode ser visto em números, pois é um dos que mais atende ao mercado local de Boa Vista, com sua produção embasada nos princípios agroecológicos com um preço de venda ao trabalhador justo fornecendo Hortaliças, Grãos, Pequenos Animais, Piscicultura e Gado Bovino. Nesse contexto os boa-vistenses contam com uma diversidade de produtos saudáveis para sua alimentação diária vinda da Agricultura Familiar. A pesquisa se utilizou da pesquisa de campo, dados institucionais, entrevistas e demais documentos oficiais priorizando os relatos de vida dos agricultores, demonstrando sua história e concepções a respeito do PA, com base na história oral.

Palavras Chaves: Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Pa Nova Amazônia

ABSTRACT

This research analyzes the history of the Settlement Pa Nova Amazônia, located in the State of Roraima in the Municipality of Boa Vista, Zona Rural, being 35 km away from the Urban Zone of the Municipality. The respective settlement is part of the former Fazenda Bamerindus, owned by a former financial group from Paraná, which had these lands confiscated by the Federal Government due to debts against the Union. In 2001, these lands were received by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA, with the purpose of establishing approximately one thousand families. We constructed the history of this settlement based on the reports of the oldest inhabitants of this region that date from 2003, who camped on the banks of BR 174, for the conquest of this land and through official documents provided by INCRA during the research on the creation of PA. The research concentrated in three moments addressing the history of the settlement; the lives of the settlers and the local production of the region. The success of the PA can be seen in numbers, since it is one of the ones that most serves the local market of Boa Vista, with its production based on agroecological principles with a fair selling price for vegetables, grains, small animals, fish farming and Cattle. In this context, the Good-eyed people count on a diversity of healthy products for their daily feeding from Familiar Agriculture. The research used field research, institutional data, interviews and other official documents prioritizing the farmers' life reports, demonstrating their history and conceptions regarding BP, based on oral history.

Keywords: Agrarian Reform, Family Agriculture, PA New Amazon

LISTA DE SIGLAS

BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

PRONAMP Financiamento para Investimentos dos Médios Produtores Rurais em Atividades Agropecuárias

SAF Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

UFAM Universidade Federal do Amazonas

PUC/MINAS Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PRONAT Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

UFRR Universidade Federal de Roraima

SPU Superintendência do Patrimônio da União

PNRA Programa Nacional de Reforma Agrária

FETAG Federação dos Trabalhadores na Agricultura

EAGRO Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima

CCA Centro de Ciências Agrárias

FHC Fernando Henrique Cardoso

PROEJA Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SIGA Sistema de Informações Acadêmica

SESDUF Seção Sindical dos Docentes da UFRR

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CPT Comissão Pastoral da Terra

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Organograma do processo de compra e venda das Fazendas	27
Figura 02 - Meios de Produção encontrados no Assentamento Nova Amazônia	36
Figura 03- Cursos Ofertados na Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – EAGRO/UFRR	44
Figura 04- Entrada para Assentamento pela EAGRO/UFRR	49
Figura 05- Vicinal de entrada ao Assentamento via EAGRO/UFRR	50
Figura 06 - Casa de Madeira e Alvenaria	63
Figura 07- Eletrificação no PA	64
Figura 08- Vicinal no período chuvoso (Inverno)	65
Figura 09- Casa de Alvenaria	66
Figura 10- Escola Estadual Albino Tavares	68
Figura 11- EAGRO/UFRR-2007	69
Figura 12 - Antiga Escola Municipal José Davi	70
Figura 13- Rede de Internet na Escola Municipal José Davi	71
Figura 14 - Oficina de Políticas Agrícolas, Agrárias, Indígenas e Educação do Campo no Contexto das Reformas de Estado	72
Figura 15 - Ônibus escolar da EAGRO/UFRR	74
Figura 16- Colheita do Feijão- Caupi no PA Nova Amazônia	77
Figura 17- Feira ao ar livre do Vila Jardim	105
Figura 18- Produtos comercializados na Feira do Bairro Caranã	106
Figura 19- Produtos comercializados na Feira do Caranã	107
Figura 20 - Produtos comercializados na Feira do Caranã	108
Figura 21 - Produtos comercializados na Feira do Caranã	108
Figura 22- Produtos comercializados na Feira do Caranã	109
Figura 23- Produtos comercializados na Feira do Caranã	109
Figura 24 - Barracas da Feira do Caranã	110
Figura 25- Feira do Bairro Pintolândia	114
Figura 26- Galinha Caipira	115
Figura 27- Produtos comercializados na Feira do Pintolândia	116
Figura 28 - Produtos produzidos no PA Nova Amazônia	127

Figura 29 - Produtos produzidos no PA Nova Amazônia

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Mapa de Localização do Assentamento Pa Nova Amazônia	37
Mapa 02- Origem dos migrantes em Roraima 2009	56
Mapa 03- Massacre no Campo Brasiliro	87
Mapa 04- Localização do PA Nova Amazônia I, em Boa Vista – RR	98
Mapa 05- Uso e ocupação do solo do PA Nova Amazônia I, em 1995	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Titulação dos Docentes da EAGRO/UFRR	47
Gráfico 02- Origem Das Ondas Migratórias Para O Território De Roraima (1990)	53
Gráfico 03- Faixa Etária dos Assentados do PA Nova Amazônia	67
Gráfico 04 - Número de famílias assentadas no período de 1979-2011	82
Gráfico 05- Evolução dos Recursos para o Crédito Agropecuário nos Governos Lula e Dilma	85
Gráfico 06 - Assassinatos no campo brasileiro	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Resumo da Avaliação da Fazenda Cauamé.....	33
Tabela 02 - Resumo da Avaliação da Fazenda Murupú	34
Tabela 03 – Resumo da Avaliação da Fazenda Truarú	35
Tabela 04 – Área de Extensão das Fazendas	38
Tabela 05- Quadro de Docentes da Escola Agrotécnica da UFRR	45
Tabela 06- Origem dos Assentados do Pa Nova Amazônia	55
Tabela 07- População Residente, por situação do domicílio e sexo (2010)	97
Tabela 08- Área dos Polos e Atividade Agrícola indicada	102
Tabela 09- Produção do Lote de Dona Flor	104
Tabela 10- Comercialização do Projeto SEBRAEBIO na Feira do Caranã	111
Tabela 11- Faturamento Mensal da venda dos Produtos do Projeto SEBRAEBIO realizada na Feira do Caranã	113
Tabela 12- Transparência Pública do PAA- Programa de Aquisição de Alimentos do Pa Nova Amazônia	119
Tabela 13- Produtos Vendidos pela Associação Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Polo II ao PAA	120
Tabela 14- Produtos Vendidos pela Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos Coopercinco ao PAA	121
Tabela 15- Produtos Vendidos pela Associação Dos Agricultores Familiares Do Polo 1 Elifas Levi Veloso Filho ao PAA	122
Tabela 16 - Produtos Vendidos pela Associação Setentrional de Apicultores de Roraima ao PAA	123
Tabela 17- Principais Produtos encontrados no Pa Nova Amazônia	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA	21
1.1 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA	21
1.2 HISTÓRICO DE COMPRA E VENDA DAS FAZENDAS	29
1.3 EDUCAÇÃO NA FAZENDA BAMERINDUS.....	43
CAPÍTULO 2 HISTÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS DO PA NOVA AMAZÔNIA 2003 -2017	50
2.1 CONHECENDO OS MORADORES DO NOVA AMAZÔNIA.....	50
2.2 ESCOLARIDADE DOS MORADORES	70
2.3 MERCADO DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA ...	77
CAPÍTULO 3 PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA	83
3.1 REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI.....	83
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR DO SÉCULO XXI	93
3.3 PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA	100
3.4 O QUE SE PRODUZ NO PA NOVA AMAZÔNIA	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICES	147
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO	148
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS.....	151

1 INTRODUÇÃO

As questões agrárias no Brasil são arraigadas na desigualdade social e na concentração fundiária nas mãos de poucos, deixando muitos sem o acesso à terra. Essa concentração vem apoderada do capitalista detentor de grandes extensões de terras que unicamente produzem em larga escala uma única cultura no campo para atender ao mercado industrial de produção.

Em contrapartida os poucos que conquistam um pedaço de terra sejam pelas lutas no campo ou por uma ação de governo, tornam-se agentes transformadores no campo ao consolidarem uma nova perspectiva de vida social envolvida com a terra.

Ou seja, tornam-se agentes ativos economicamente na sociedade ao passo que produzem os alimentos para atender em primeira demanda as suas necessidades e posteriormente ao mercado local com uma variedade de produtos saudáveis que chegam na mesa da nação brasileira.

O mundo agrário brasileiro se constitui para atender uma classe capitalista empoderada que excluiu do seu processo inicial atores sociais fundamentais como os negros escravos, índios, etc. Dando lugar apenas aos brancos ricos em seu período de colonização.

No entanto em pleno século XXI, tais ações não tiveram tantas mudanças em relação a tal período, como exemplo o indígena mesmo possuindo todos os seus direitos a terra constitucionalmente adquiridos travam disputas longínquas com os grandes capitalistas na área rural, energética, industrial, e na área urbana, entre outros setores da economia afim de conquistarem as demarcações de suas terras.

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2001, pp. 36-37)

Nesse trabalho destacamos a perseverança e permanência da pequena propriedade alicerçada na produção familiar com produção e cultivos estabelecidos na policultura atendendo a sociedade com uma diversidade de alimentos na mesa do trabalhador livre da presença de agrotóxicos.

Contudo, mesmo após a implementação e consolidação do Estatuto da Terra após décadas de sua normatização o Brasil, em pleno século XXI, não fez a sua reforma agrária em que se faça a divisão da terra de forma igual e unânime aos que delas necessitam para sua moradia, sobrevivência e geração de empregos por meio da agricultura familiar e da permanência das famílias no campo.

Assim diminuindo a evasão das mesmas para os grandes centros urbanos, onde se acomodam em favelas, viadutos e ruas convivendo em situação de risco nessas capitais.

Na situação atual de grande concentração da propriedade rural e inexistência de terras aproveitáveis acessíveis à grande maioria e quase totalidade da população trabalhadora rural, não existe para essa população outra perspectiva de trabalho e ocupação que aceitar aquelas condições desfavoráveis de trabalho e emprego e se sujeitarem à brutal exploração que caracteriza as relações de trabalho no campo. A alternativa de trabalho em por conta própria em terra própria, na medida em que efetivamente se verificar e propuser à livre escolha do trabalhador rural, contribuirá evidentemente para a melhoria das condições de seu trabalho, pois fortalecerá a sua posição competitiva no mercado de mão-de obra (JÚNIOR PRADO, 1979, p.90).

Em outras palavras temos uma burguesia nacional muito atrasada incapaz de ver a importância de uma reforma agrária, que possibilitaria o próprio desenvolvimento do campo como o desenvolvimento do próprio capital impulsionando diversos setores urbanos.

A expansão da questão agrária vem sendo agravada por intermédio da ampliação do mercado capitalista no campo por meio da produção. Ou seja, a forma como o país tem aumentado a sua produção agropecuária tem ocasionado impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da sua população rural (Silva, 1990).

O fato é que a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerado que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos

que vendia nas cidades. É essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra (SILVA, J. F. G, 1990 p.12).

O desenvolvimento imposto pela produção capitalista na agricultura tem propiciado transformações na agropecuária brasileira com a concentração de maior utilização de adubos, inseticidas, de máquinas, maior utilização do trabalho assalariado, com um cultivo mais intenso da terra, etc.

Em síntese a produção se torna mais intensiva com o poder do capital em sua estrutura. Com a entrada dos maquinários nas atividades do campo atreladas com o uso dos recursos tecnológicos, faz com que aconteça o aumento da jornada de trabalho das pessoas intensificando a produção agropecuária (Silva,1990).

Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de penetração ou "desenvolvimento do capitalismo no campo". O importante de se entender é que é dessa maneira que as barreiras impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. Como se o sistema capitalista passasse a fabricar a natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros (SILVA, J. F. G, 1990 p.14).

Em Fabrini (2008), fica claro que o que chamamos hoje de agronegócio constituir-se no passado dos grandes proprietários de terras que ora eram vistos como latifundiários, com muitas terras "improdutivas" e hoje revestido do agronegócio são vistos como os grandes heróis do campo tendo grandes extensões de terras com produção e geração de lucros em cima da classe trabalhadora camponesa.

Mas, se por um lado, o agronegócio é entendido como grande propriedade rural produtiva, por outro, é responsável pela pobreza, miséria, degradação ambiental, violências, dentre outras mazelas e barbáries. Diferentemente do latifúndio do passado que "excluía" pela não-produção, agora o agronegócio "exclui" pela produção! A partir desta interpretação, os movimentos sociais, como o MST, por exemplo, elegeram o agronegócio como o principal "inimigo" da reforma agrária a ser combatido no campo (FABRINI, p.2, Junho/2008).

O agronegócio hoje movimenta em torno de bilhões em financiamento como aponta o Plano Agrícola e Pecuário para os anos de 2016/2017 com a liberação de 202,8 bilhões de reais para financiamento do médio e grande produtor.

Os agricultores familiares representam a maior parte da produção de alimentos servidos na mesa do trabalhador, com uma variedade de verduras, grãos, animais, legumes e frutas saudáveis ao consumo, contudo dispõem de um valor mínimo de acesso ao crédito.

Para a SAF/MDA a agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação com a agricultura não familiar, ou seja, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda.

Destaca-se a relação particular do agricultor familiar com a terra, seu local de trabalho e moradia. Sua produção é diferente do agronegócio que trabalha na monocultura, enquanto a familiar dispõe de uma diversidade produtiva.

Inicialmente gostaria de apontar que para a construção desse trabalho não se tinha até a presente data de sua configuração trabalhos científicos que tratasse especificamente essa temática voltada para a história da formação do assentamento, nesse sentido recorreu-se as informações prestadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Roraima INCRA/SR/25, na qual a instituição disponibilizou o processo de criação do PA, sendo este o principal instrumento formalizado para a construção do capítulo I, acompanhado de publicações realizadas e entrevistas realizadas em campo como uma das principais fontes.

O interesse em trabalhar com o Assentamento Pa Nova Amazônia teve sua origem ainda na graduação sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Pessoal – CAPES, junto ao Programa Pró-Amazônia de Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia ligado à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no qual passei dois anos pesquisando o assentamento. Através desse vínculo com esta região decide escrever a História do Assentamento, como forma de visibilizar os seus moradores quanto a sua história de vida no assentamento e seu modelo de produção.

Inicialmente pretendia-se estudar a aplicação das políticas públicas ambientais no assentamento como forma de identificar a aplicabilidade dessa legislação federal em vigor nesta área de estudo. Porém após alguns meses mudei a proposta de pesquisa para analisar a importância da Reforma Agrária, através do processo histórico de formação do PA, com foco na produção local da região.

A presente pesquisa teve sua estrutura dividida em três capítulos nos quais foi destinado o Capítulo I, para as discussões pertinentes ao processo histórico do assentamento Pa Nova Amazônia, o Capítulo II, com a história de vida dos assentados e o Capítulo III, para a produção do assentamento.

O primeiro capítulo intitulado de “ **Histórico do Assentamento Pa Nova Amazônia**”, apresenta uma análise do processo de criação do PA, descrevendo toda estrutura pertinente a antiga Fazenda Bamerindus, histórico de compra e venda das fazendas e educação no assentamento.

O segundo capítulo “ **História de Vida dos Assentados do Pa Nova Amazônia 2003-2017**”, destinou-se para apresentar os moradores do Pa Nova Amazônia, ou seja, sua forma de moradia, estrutura das estradas, consumo de água, rede de elétrica etc. Analisou-se a escolaridade dos assentados, filhos, locais de estudos, Instituições de Ensino e Transporte Escolar.

O terceiro capítulo “ **Produção do Assentamento Pa Nova Amazônia**”, por sua vez veio mostrar a produção gerada no PA, seu modelo de produção, quais produtos são encontrados no PA, formas de comercialização dos produtos, locais de comercialização, perfil dos consumidores, meios de transportes da produção local. Ou seja, este capítulo vem demonstrar importância da produção dessa região para atender ao mercado local da capital de Boa Vista, ao dispor de uma gama de produtos variados a essa população atendendo aos princípios agroecológicos.

O leitor vai perceber a importância dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao terem acesso à terra no qual conquistam para suas famílias qualidade de vida, melhores condições financeiras, moradia, transporte, educação etc. Tendo um papel importantíssimo para a sociedade ao produzirem uma variedade de produtos saudáveis que chegam na mesa dos brasileiros, uma vez que o agronegócio só produz um único produto com uso de agrotóxicos.

Portanto o papel desses agricultores familiares ao país é notório uma vez que os mesmos levam os alimentos necessários para alimentar a nação brasileira diariamente com frutas regionais, legumes, verduras, grãos, hortaliças, frango, carne etc. Sem a presença deles estaríamos refém da indústria de alimentos envasados.

Inserir esses dados para que possamos adentrar ao nosso objeto de estudo, a produção agrícola num enorme latifúndio, denominada até 1998 de Fazenda Bamerindus, pertencente a um grupo de capitalistas do setor financeiro do Paraná desapropriada em Boa Vista nos anos 2001, que com muita resistência e luta foi

destinado a reforma agrária para centenas de trabalhadores e trabalhadoras do campo vindo dos mais diversos lugares do país em busca do sonho da terra própria.

CAPÍTULO I HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA

1.1 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA

A presente pesquisa contextualiza o processo histórico de criação do Assentamento PA Nova Amazônia, partindo das pesquisas realizadas nos documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), regional Roraima (SR/25), órgão responsável no Brasil pela destinação de terras aos beneficiários da reforma agrária brasileira, de publicações científicas que abordam o assentamento, de publicações de jornais, mídias impressas e eletrônicas e de entrevistas com os agricultores familiares moradores da região analisada, constante de uma bibliografia embasada nas questões agrárias brasileiras e seus conflitos para conquista da terra.

De acordo com os dados científicos publicados, demonstram que até o presente momento as pesquisas a respeito desta localidade estão constituídas em duas dissertações e uma especialização sendo a nível de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Geografia- Tratamento da Informação Espacial – PUC/MINAS e Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM e um Lato Sensu- Especialização, do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – PRONAT/UFRR:

Os primeiros trabalhos sobre o Assentamento PA Nova Amazônia são os seguintes: A reforma Agrária no Lavrado de Roraima: o pioneirismo do Projeto de Assentamento PA Nova Amazônia de autoria de Elisângela Gonçalves Lacerda, defendida em 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia- Tratamento da Informação Espacial – PUC/MINAS. Elisângela Lacerda é docente do Curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima, atualmente está cursando doutorado no mesmo programa de formação do seu mestrado na PUC/MINAS.

Nesta obra a autora trabalha com as questões voltada as problemáticas da Reforma Agrária Brasileira e traz como foco fonte de sua pesquisa um estudo processado a respeito do Assentamento PA Nova Amazônia, localizado no

Município de Boa Vista-RR, na gleba Cauamé. Relata em sua pesquisa que tal local hoje dispõe de vários lotes sem ocupação, o que faz com que não se tenha nesta localidade uma atividade agrícola.

A autora destaca ainda que a utilização desse espaço está servindo de área de lazer aos fins semana para os que dispõe de uma parcela de lote, uma vez que o assentamento está em um percurso de fácil acesso pela BR 174, no sentido Pacaraima/Venezuela em asfalto.

Apona que o percentual de evasão no assentamento é relativamente baixo estando em 3,44%, em relação aos demais assentamentos do Estado de Roraima. Tais taxas de evasão de acordo com a autora estão ligadas a uma correlação positiva com a baixa idade e pouca escolaridade dos assentados, bem como da pouca infraestrutura do assentamento, no que tange as vias de ligação.

Em suas conclusões ela destaca que os problemas diagnosticados no assentamento estão relacionados a uma série de erros cometidos pelo INCRA/RR, durante o processo de criação e instalação do assentamento.

A autora destaca que “Criar um assentamento em área de Lavrado seria uma forma de reduzir a pressão existente nas áreas de floresta do estado, além disso, seria possível aproveitar as características ambientais da área (relevo plano, pouca vegetação, etc)”. Ou seja, o poder público esqueceu de efetuar os investimentos financeiros necessários para que a região se torne produtiva.

Outro destaque na pesquisa está evidenciado em relatar que a maioria dos assentados é proveniente de áreas urbanas, e que muitos deles nunca haviam vivido no meio rural ou que dificultaria no manuseio da terra.

O Segundo trabalho A Luta Social pela Terra: Narrativas dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento PA Nova Amazônia tem um olhar mais antropológico acerca do assentamento de autoria de Robson Sá de Souza, defendida em 2013 pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. Robson Souza é docente da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima, formado em Licenciatura em História pela UFRR.

Nesta pesquisa o autor trabalhou com um foco centrado nas narrativas dos assentados do Assentamento PA Nova Amazônia, contextualizando as migrações, suas relações sociais, produtivas e políticas, bem como a contrapartida das esferas governamentais frente às suas histórias de vidas. Analisou a compreensão da relação de pertencimento da terra com os assentados da região.

Verificou as narrativas da trajetória de vida dos assentados, afim de compreender melhor o respectivo assentamento. Demonstrou em sua pesquisa os programas de acesso ao crédito destinado aos assentados em fase inicial de implantação nos lotes do assentamento e posterior dos programas de financiamento destinado aos agricultores familiares tais como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e das formas de vendas da produção local que pode ser feita aos órgãos públicos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos o PAA ou Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Realizou um estudo sobre a escolaridade dos assentados do qual ficou demonstrado que 0,2% possuem Pós-Graduação, 6% o ensino superior, 21% ensino médio completo, 12% o ensino fundamental completo, 5% analfabetos. O autor afirma que os trabalhadores rurais do Assentamento PA Nova Amazônia não têm um passado coeso, são fragmentados até mesmo na questão da identidade. Ou seja, “o passado dos trabalhadores rurais é algo esquecido, logo, se distanciam e se agarram ao presente e às circunstâncias que promovem sua permanência na terra ou seu êxodo”.

Em suas considerações traz os seguintes destaques que existem comunidades de trabalhadores e trabalhadoras rurais com a finalidade de produzir no modelo de agricultura familiar, sendo está incentivada pelo Governo Federal ao lotear área federal desapropriada para a Reforma Agrária. Em relação à pesquisa realizada pelo autor o mesmo trabalhou muito as questões voltadas as narrativas de vida dos assentados, já está pesquisa trabalhará em um viés mais focado no processo de produção dos alimentos e abastecimento a capital Boa Vista com a geração de capital aos assentados.

O terceiro trabalho intitulado Qualidade da Água Subterrânea em Poços do Assentamento Nova Amazônia (RR): Influência dos Agentes Impactantes de autoria Marcia Phelipe Martins de Melo, defendida em 2009 pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – UFRR, na modalidade de Especialização. Marcia Melo é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Roraima.

A autora realizou um estudo a respeito dos aquíferos existentes no assentamento PA Nova Amazônia com enfoque na caracterização físico-química e microbiológica da água subterrânea dos poços utilizados para abastecimento de lotes do Assentamento Nova Amazônia, em Boa Vista-RR, relacionando os

resultados às principais fontes de poluição identificadas nos lotes estudados. Os resultados das amostras de água consumidas no Assentamento Nova Amazônia não atendem aos padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde em virtude da constatação de índices de coliformes totais em 100% das amostras e termotolerantes em 50 %, além de altos valores de nitrato.

Os resultados da pesquisa apontam que nos poços monitorados no assentamento, os valores de nitrato variam de 1,6 a 220 mg/l e média de 28,56 mg/l; o pH varia de 4,65 a 9,79 com média de 6,64; a condutividade elétrica está entre 5,5 a 161,15 $\mu\text{S}/\text{cm}$ (média de 33,37 $\mu\text{S}/\text{cm}$) e temperatura média de 29,22°C. Que o nível do lençol freático varia de 0,52m a 7,64 metros de profundidade, em função do período de chuvas e estação do ano.

Outro aspecto apontado diz respeito aos valores de coliformes fecais totais que indicam que 100% dos poços analisados apresentaram dados insatisfatórios e os valores de coliformes fecais termotolerantes indicam que 50% dos poços mostram valores preocupantes de contaminação do aquífero. Ao final a autora realiza recomendações a respeito dos dados obtidos a fim de alertar sobre o consumo e importância dos aquíferos para os usuários.

De acordo com as pesquisas apresentadas observa-se que ambas não efetivaram o processo histórico do assentamento como foco central, uma vez que a primeira dissertação buscou trazer ao leitor os aspectos que envolvem a situação do assentamento em quanto uma reforma agrária realizada em uma região de lavrado, diagnosticando os principais aspectos de sua estrutura após 10 anos de sua criação.

A segunda pesquisa trabalhou no sentido dos relatos de vidas dos assentados em relação ao seu pertencimento à terra, e da forma como eles visualizam as ações do Estado direcionadas ao assentamento e suas relações como um todo. A terceira pesquisa buscou analisar os aquíferos na região do assentamento para verificar a existência da qualidade da água dos poços amazônicos ingerida pelos assentados em seus lotes.

Diante das análises realizadas em busca de dados científicos se verificou uma carência nos estudos acerca do assentamento em questão, não somente para se retratar a história do assentamento, bem como de seus atores participantes dessa área.

Conforme o exposto se decidiu construir a história do assentamento PA Nova Amazônia embasados em dados oficiais e da comunidade habitante nesta área

ouvindo os mais antigos assentados que datam do ano de 2003, aos mais recentes integrantes membros da reforma agrária brasileira destinado a esta região.

O processo histórico do Assentamento PA Nova Amazônia iniciou de acordo com informações do *site*¹ institucional do INCRA em 15 de outubro de 2001, através da Portaria/SR-25/nº. 010/2001 e está localizado em duas áreas distintas: as fazendas Murupú e Caumé², situadas à margem esquerda da BR-174, a 30 km da capital Boa Vista. As portarias que autorizam a transferência das terras da Secretaria de Patrimônio da União – SPU para o INCRA foram 61,62 e 63 datadas de 17 de abril de 2001.

Segundo Fabrini, Luz e Lacerda (1999), os assentamentos da reforma agrária surgem, dos resultados das mobilizações e organizações dos trabalhadores rurais sem terra através de lutas frente ao Estado pressionando o mesmo para atender suas reivindicações quanto ao seu direito à terra. O trabalhador rural quando em posse da terra na condição de assentado passa a ter uma nova função de organização da produção agrícola no assentamento como condições básicas para garantir sua permanência na terra.

Os imóveis rurais repassados eram denominados de Fazendas Murupú, Cauamé e Truarú (Morrinho, Arame, Carmo e Livramento) ambas localizadas no município de Boa Vista/RR. A fazenda Truarú, está localizada na margem direita da BR-174, a 45 km de Boa Vista, com capacidade para atender 800 famílias.

Esse complexo de terras das três fazendas mede 77.688,3800 hectares, popularmente chamado de Fazenda Bamerindus cujo objetivo, como de todo capitalista ou empresário moderno e o de garantir o aumento de seus ganhos.

Segundo Tourneau e Bursztyn (2010), destacam que a questão agrária no Brasil ganhou forças no fim do ano de 1950. Contudo em 1962, alguns passos foram realizados afim de concretizar tal ação com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com a promulgação da do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), e tentativa de desapropriação de imóveis próximos às estradas e obras federais para reassentar agricultores sem-terra, tal fato foi realizado pelo então Presidente João Goulart.

Em 1970, extinta a estrutura governamental de fomento à reforma agrária, foi criado o INCRA. O novo órgão assumiu o papel de organizar a política de

¹ <http://www.incra.gov.br/agricultores-comemoram-criacao-do-assentamento-nova-amazonia>.

² No processo de criação do Assentamento PA Nova Amazônia consta o nome Caumé, porém acreditamos que seria Cauamé, por decisão manteremos o nome Cauamé.

terras do governo, segundo os critérios vigentes. Por um lado, os focos de tensão fundiária nas áreas de ocupação consolidada – a luta pela terra por pequenos agricultores com ou sem terras – seriam objeto de uma ação governamental coordenada. Por outro, no lugar de promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados (colonização) (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010, p.114).

Segundo Tourneau e Bursztyn (2010), essa nova política fundiária do INCRA, que estava concentrada no aspecto de colonização em vez de ter um foco maior na reforma agrária é o resultado crucial para a explicação da dinâmica territorial do Brasil.

O imóvel foi repassado pelos proprietários para a União no dia 21 de junho de 2001, em uma ação de transferência de pagamento ocorrida através de débito do Banco Bamerindus LTDA com o Banco Central do Brasil. Em que firmou acordo com a União para receber as respectivas terras pelos respectivos débitos contraídos pelo então Banco Bamerindus LTDA.

Para Santos (2004), ao aborda a questão fundiária de Roraima na década de 1970, traz que as terras públicas das áreas de Savana em Roraima, as quais estavam vinculadas as três fazendas governamentais dos tempos coloniais, aos poucos foram sendo privatizadas pelos fazendeiros pecuaristas. Dais quais utilizava-se de mão de obra indígena.

As terras foram gradativamente adquirindo valor de troca maior que o de uso e um problema tomou visibilidade quando a ordem burocrática federal se impôs na década de 1970: com poucas exceções, não havia limites definidos nem titulação das terras que davam até então sustentação à economia básica do território – a pecuária. Isso foi um fato complicador, com resultados de momento e no futuro, já que envolveu relações de poder e provocou choques com a burocracia e a legislação federal (SANTOS, 2004, p.159).

Segundo Santos (2004), “a questão fundiária de Roraima aprofundou-se após a Constituição Federal de 1988 e a criação do estado”. Tal ação se deu por meio da nova carta, em seu artigo 231, que reconheceu os direitos dos indígenas às suas terras imemoriais.

O resultado dessa nova instrução, fez com que a situação fundiária do estado ficasse complexa e indefinida, estando com uma solução indeterminada e sujeita a desdobramentos políticos.

No ano de 1998, o então Banco Bamerindus LTDA adquiriu da Fazenda Cauamé Agropastoril Sociedade Anônima o imóvel pelo valor de R\$ 4.235.572,32

reais conforme consta no contrato de compra e venda registrado no cartório de imóveis desta cidade.

As Fazendas Murupú, Cauamé e Truarú contavam com uma enorme estrutura tanto em questões de estruturas físicas, quanto em máquinas e equipamentos utilizados na manutenção das três fazendas.

Conforme consta no laudo de avaliação das fazendas realizados pelo INCRA/RR, os equipamentos de uso das fazendas estão listados abaixo:

Infraestrutura: 2 galpões, 1 escritório, 01 oficina com borracharia, 01 lavador de veículos, 01 casa de força, 01 alojamento de 05 quartos, refeitório e cozinha industrial, 01 garagem para máquinas e caminhões, 01 posto de combustível, 01 vila residencial com 15 casas de alvenaria, rede de água e esgoto, 02 linhas telefônicas e 01 poço artesiano.

Para apoio social dos moradores a fazenda contava com 01 grupo escolar com 04/ salas de aula, biblioteca e mini farmácia, 01 igreja, 01 açougue, e uma horta comunitária. Seu núcleo dos currais possui cada um, 03 casa de moradia, 01 depósito de ração, 01 tropeira, 01 aprisco (menos o curral 02), tronco, brete, apartadouro, balança e embarcadouro. O curral 01 possui alojamento com 05 quartos.

O saneamento básico era equipado com rede de água e esgoto. A água provém de poço com cata-vento e reservatório para 10.000 litros. Suas cercas contavam com 406 KM de cercas de itaúba com 05 fios de arame liso. A energia elétrica era equipada com 03 grupos de geradores.

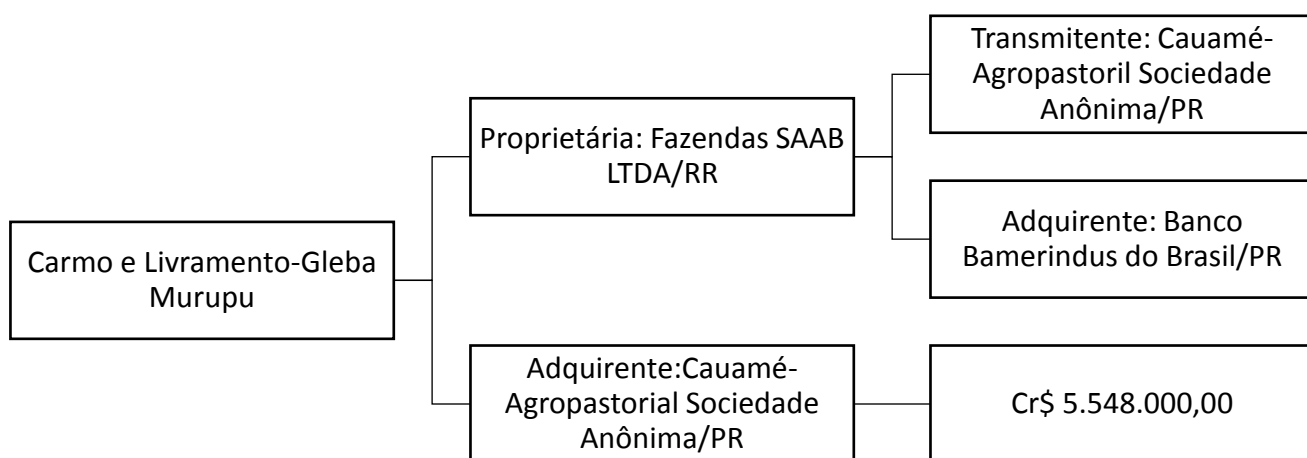
A pastagem contava com 23.580 (ha) de pastagens formadas com *brachiária húmídica* e *andropogon gayanus*. Seus cochos mediam 1000 m de cochos para arrojamento de bezerros. As casas de sal eram compostas por 66 saleiros cobertos.

Em relação a máquinas e equipamentos (Uso das 3 fazendas) segue a lista abaixo das máquinas e equipamentos:

01 Toyota, 01 caminhão, 01 comboio, 01 caçamba, 01 carregadeira, 01 motoniveladora, 01 trator de esteira D6, 01 trator de esteira D4, 01 colhedeira de cereais, 01 pampa, 02 kombis escolares, 01 S-10, 01 F1000, 02 F4000, 01 caminhão caçamba, 01 Caminhão boiadeiro, 01 caminhão comboio/blindado, 03 tratores Valmet 78, 02 tratores Valmet 68, 02 CBT (8060 e 8040).

A figura 1, mostra o processo de compra e vendas das fazendas onde hoje funcionar o assentamento pesquisado.

FIGURA 1- Organograma do processo de compra e venda das Fazendas



Fonte: Superintendência Regional do Incra/Roraima/2001.

De acordo com o organograma exposto é possível verificar o processo de compra e venda das fazendas que constituem o Assentamento PA Nova Amazônia. A fazenda Carmo e Livramento localizada na Gleba Murupú pertencia as Fazendas SAAB LTDA/RR, sendo adquirida pela Cauamé Agropastorial Sociedade Anônima originaria do estado do Paraná.

A Fazenda Cauamé Agropastorial Sociedade Anônima realizou a transmissão da fazenda ao então chamado Banco Bamerindus do Brasil, também localizado no Paraná, uma vez que não honrou com os pagamentos contraídos por meio de financiamento junto ao Banco.

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU), transferiu a titularidade ao INCRA, para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, tendo seu amparo no que preconiza o Estatuto da Terra.

1.2 HISTÓRICO DE COMPRA E VENDA DAS FAZENDAS

Conforme informações obtidas junto ao cartório de registro de imóveis da 1ª Circunscrição Judiciária de Roraima sob a matrícula nº 11779, que trata do imóvel “Carmo e Livramento”, situada na Gleba Murupú, Município de Boa Vista-RR, com área de 29.062,8280 (vinte e nove mil e sessenta e dois hectares, oitenta e dois ares e oitenta centiares), e perímetro de 74.297,71 metros.

Proprietária: FAZENDAS SAAB LTDA, com sede em Boa Vista-RR, realizou a venda do imóvel por meio de escritura pública de compra e venda lavrada em 31 de julho de 1992, a empresa adquirente da Fazenda Carmo e Livramento foi a CAUAMÉ AGRO-PASTORIL SOCIEDADE ANONIMA, pelo valor de **Cr\$ 5.548.000.000,00** na mesma transação foi realizado os pagamentos dos respectivos tributos referentes a transação de venda do imóvel em questão.

De acordo com o relatório de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que realizou o estudo sobre a caracterização dos ecossistemas terrestres do Projeto de Assentamento PA Nova Amazônia – antiga Fazenda Bamerindus de responsabilidade técnica do pesquisador Reinaldo Imbrózio Barbosa o mesmo documento afirma que:

A parte que agora é alvo do projeto era denominada de Fazenda São Salvador (a antiga sede ficava próxima do atual Curral I) Propriedade do Grupo J. G. de Araújo, que foi adquirida pelas Fazendas Saab Ltda., do empresário Bechara Saab, entre o final da década de 1970 e início de 1980. Foi dividida em duas Fazendas (Cauamé e Murupu) nos anos 1980. As fazendas foram vendidas separadamente entre 1991 e 1992 ao Banco Bamerindus, juntamente com uma outra denominada Truarú e, que agora, está em poder do Governo do Estado de Roraima. Todas foram incorporadas ao patrimônio da União em 1998 por força judicial (Relatório de Pesquisa, INPA/RORAIMA, junho de 2013).

Segundo Vieira (2003), o Grupo J.G. de Araújo no Estado de Roraima sempre foi um detentor de enormes latifúndios de terras, JG. Araújo foi um grande comerciante e aviador de Manaus. Consta que no ano de 1937, só no município de

Boa Vista do Rio Branco o grupo detinha uma fortuna com um total de 40 fazendas, com mais de 68.276 cabeças de gado.

Seguindo o entendimento de Vieira, no ano de 1950, seu império cresceria passando a ser proprietário de 136 fazendas, das quais constam que no município de Boa Vista só tinham 276 fazendas, o que representaria quase a metade dos bens existentes. “A maioria das fazendas adquiridas por JG Araújo não possuía titulação definitiva; a única menção existente era a da compra e venda das benfeitorias existentes nas propriedades”.

Essa imensa fortuna, acumulada desde 1918, quando JG Araújo se estabeleceu na região, não é fruto somente da compra de terras a pecuaristas endividados, que em sua maioria vendiam as benfeitorias realizadas. O aumento em seu patrimônio também foi possível devido à ocupação de boa parte das Fazendas Nacionais, São Bento, São José e posteriormente parte da fazenda São Marcos, que havia passado aos cuidados do Serviço de Proteção ao Índio em 1914 (VIEIRA, 2003).

Conforme os dados do cartório de registro de imóveis de Roraima na matrícula nº 3373 e AV-3373, datadas de 04 de novembro de 1981, constante na folha nº 133 do livro 2-M/Registro Geral. O citado imóvel foi adquirido por Dante Roberto Brescianini, brasileiro, casado, agricultor, amazonense, filho de Dante Brescianini e Elizabelha Irma Rosa, conforme título definitivo nº 0341 expedido pelo Incra.

Foi adquirida pelo valor de **Cr\$ 441.562,25**, que em seguida foi adquirida por Bechara Saab, brasileiro, solteiro, advogado, e agropecuarista do Paraná. A nova aquisição feita pelo paranaense custou **Cr\$ 10.000.000,00**, conforme às folhas 199/201 do livro 87, do Tabelião Deusdete Coelho.

Passados quase seis anos a Fazenda Cauamé Agro-Pastoril Sociedade Anônima, foi adquirida pelo então Banco Bamerindus do Brasil sob intervenção³ com sede na cidade de Curitiba-PR sob o nº de Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 23 de março de 1998 no cartório Volpi, da comarca de Curitiba-PR.

Na data da aquisição foram apresentadas as certidões de regularidade fiscal do imóvel rural, bem como as certidões negativas de quitação de tributos juntos ao Ministério da Fazenda.

³ Cédula Rural Hipotecária oficializada junto ao Banco Bamerindus SA.

De acordo com o laudo de vistoria e avaliação das Fazendas Cauamé, Murupú e Truaru o mesmo aponta como características gerais da área do assentamento PA Nova Amazônia, que sua região é a de “lavrado” correspondente ao cerrado, caracterizado por extensas planícies, com influência de campos nativos, onde predomina o Latossolo com mediana acidez e baixa fertilidade, corrigíveis com a aplicação de calcário e fertilizante, sendo pequena a necessidade de destoca⁴.

A Fazenda Cauamé está localizada no Município de Boa Vista, pela rodovia BR 174, no sentido Boa Vista/Venezuela, percorre-se 28 km até a chegada na entrada fazenda que está à margem da rodovia 174. Seus limites ao sul está o Rio Cauamé, norte a Fazenda Murupú ao oeste o Igarapé Samaúma e ao leste com a BR 174 e o Rio Murupú.

Já a Fazenda Murupú conforme ordem de serviço expedida pelo INCRA nº 07 de 20 de novembro de 2000 a referida fazenda possui uma área de 21.983,00 ha (vinte e um mil, novecentos e oitenta e três hectares). Seu número de módulos fiscais é de 219,83. Está localizada pela Rodovia BR-174, no sentido Boa Vista/Venezuela, com uma distância de 35Km da capital Boa Vista. Sua entrada está à margem da BR-174.

Seus limites e confrontações sendo ao sul com a Fazenda Cauamé, norte com a propriedade do ex-prefeito de Boa Vista-RR, Iradilson Sampaio, oeste com o Igarapé Samaúma e leste com a BR 174.

No período estiagem prolongada, há sérios problemas de deficiência hídrica, onde a administração da fazenda tem resolvido com o manejo dos animais da fazenda vizinha (Fazenda Cauamé), do mesmo proprietário, que por ser mais plana e mais baixa conserva a água por mais tempo. A fazenda dispõe de uma área de aproximadamente 150ha destinada ao cultivo de milho, sorgo, milho e outros produtos, usados na produção da silagem.

Em relação aos dados relativos ao laudo de vistoria realizada na Fazenda Truarú temos uma área registrada em 35.062,4025 há (trinta e cinco mil e sessenta e dois hectares, quarenta e vinte e cinco centiares). Com 350,62 módulos fiscais, tendo seu acesso partindo do município de Boa Vista, na rodovia BR 174, no sentido Boa Vista/Venezuela, com uma distância de 60 Km, onde a direita encontra-se a entrada da Fazenda que fica a margem da BR 174.

⁴ A destoca – limpeza da área, terreno – praticada por proprietário rural para desobstruir a área de pastagem em sua fazenda.

Suas limitações ao sul com a Fazenda Pau Rainha e Sítio Aleluia, ao norte com o Rio Uraricoera, Fazenda Campo Formoso, Fazenda Monte Além, Fazenda Monte Claro, Fazenda Canavial e Fazenda Jaburú, ao oeste Fazenda Monte Santo, Fazenda Rancho Grande e BR 174 ao leste com o Rio Uraricoera e Reserva Indígena do Truarú. Os recursos hídricos do imóvel compõem diversos córregos, proporcionando aguadas a todas as subdivisões de pasto, além de existirem várias represas, poços manilhados e reservatórios elevados além de fazer divisa com o Rio Uraricoera, que é perene.

O referido imóvel possui uma área sistematizada que no período estiagem produz uma excelente quantidade de massa verde, equilibrando o déficit hídrico, não tendo maiores problemas com a estação seca, devido a possibilidade de saná-los com o manejo de rebanho.

O referido imóvel foi utilizado para a pecuária de corte, com uma área de pasto de 8.330/ha composto de pastagem plantada, enquanto 26.732/ha de pastagem nativa. Sua estrutura operacional estava condicionada na divisão da pastagem que correspondiam a dois centros operacionais, denominados Sede Principal e Sede Secundaria, com infraestrutura semelhantes e independentes. Todos os seus currais possuem acesso permanentes através de estradas de cascalhadas.

À época o Estado de Roraima possuía uma área de 225.116,10 KM², e uma população de 247.699 habitantes. Neste período a capital do estado Boa Vista, possuía 154.166 habitantes, onde seu perímetro abrange uma vasta área de “lavrado” correspondente ao cerrado.

A região era utilizada, basicamente com bovinocultura de corte, onde se explora a pastagem nativa, que por sua vez proporciona baixíssima capacidade de suporte. Muito embora, com a utilização de tecnologia, no sentido de corrigir o solo e promover adubação química, altera radicalmente os índices de produtividade das áreas em comento, a exemplo do imóvel avaliando que produz novilho precoce e planta culturas anuais para produção da silagem.

A vegetação segundo informações obtidas na publicação do Projeto RADAMBRASIL, folha NA/NB 20, volume 8, confirmada por observação in loco a vegetação nativa é a savana (cerrado), comumente denominada de “lavrado”. Nesta área a vegetação corresponde a campos nativos com pouquíssimos arbustos.

Próximo aos córregos há uma vegetação mais intensa, com predominância de palmeiras.

Os recursos hídricos desta região estão cortados por diversos córregos proporcionando aguadas a grande parte das subdivisões de pasto, além de existirem várias represas, poços profundos e reservatórios elevados, além de fazer divisa com o Rio Murupú e Igarapé Samaúma, ambos perenes, possuindo ainda, uma lagoa perene em seu interior.

O relevo da área é predominantemente plano, variando para levemente ondulado, com exceção da Serra Maira. Seu solo tem predominância de Latossolo Amarelo, embora constata-se a presença de solos concrecionários, solos hidromórficos e areias quartizosas, que apesar de ficarem alagadas em parte do ano, é de grande valia na estação da seca.

O uso do imóvel estava voltado para a pecuária de corte, em conjunto com a Fazenda Murupú, do mesmo proprietário e sob a mesma administração, onde observou-se uma exploração de tecnologia.

A estrutura operacional da fazenda, consiste na divisão da pastagem que corresponde a dois centros operacionais, denominados de curral 4 e curral 5, com infraestrutura semelhantes e independentes. Todos os currais possuem acesso permanentes através de estradas de cascalhadas.

Neste período o ex-governador do Estado de Roraima Neudo Ribeiro Campos (1995/2002), trabalhava no sentido de intensificar a produção da região de cerrado, correspondente a quatro milhões de hectares, segundo fonte do INPA, procurava promover uma exploração mais eficiente, com conseqüente redução dos impactos ambientais decorrente da utilização do cerrado em detrimento das áreas de mata (Laudo de vistoria e avaliação do INCRA/2000).

Na realidade, o direcionamento da Agropecuária para as áreas de cerrado, aliviaria a pressão ocupacional sobre as áreas de floresta, aliado ao grande potencial existente em tornar a região produtora e exportadora de grãos e carne.

Ambas as três Fazendas (Cauamé, Murupú e Truarú), tinham seu foco principal de renda e trabalho com a criação de gado de corte para atender ao mercado local de Boa Vista e a própria fazenda geravam os insumos necessários para confecção de alimento para as cabeças de boi existentes.

Seu clima é dividido em duas estações bem definidas (chuvosa entre abril/maio – agosto/setembro e a seca), com uma precipitação anual média de 1500 mm e temperatura média de 27,4°C.

A distância para escoar os produtos produzidos nas fazendas ao mercado mais próximo Boa Vista está entre 30 e 50 Km.

A questão hídrica é evidenciada com água de boa qualidade, porém com a necessidade de abertura de alguns poços artesianos dependendo da localização do loteamento.

Com toda essa infraestrutura ora demonstrada seria possível atender as demandas de qualquer empreendimento agropecuário. Com base no parecer do INCRA regional Roraima se levantou limitações de qualidade de solos, porém sem inviabilizar a área para assentamento.

A composição da avaliação realizada das três fazendas em questão será demonstrada abaixo com os valores em reais das benfeitorias existentes nos três imóveis constantes do valor da terra nua, benfeitoria não reprodutivas e reprodutivas, máquinas e equipamentos e rebanho bovino existentes nas fazendas.

A tabela 1, representa a avaliação da Fazenda Cauamé ao qual estão dispostos em reais os valores referentes ao respectivo imóvel com suas benfeitorias.

TABELA-1 Resumo da Avaliação da Fazenda Cauamé

Valor da terra nua	R\$ 829.848,60
Valor das benfeitorias não reprodutivas	R\$ 398.452,00
Valor das benfeitorias reprodutivas	R\$ 923.442,00
Subtotal-1	R\$ 2.151.742,60
Máquinas e equipamentos	R\$ 361.500,00
Subtotal-2	R\$ 2.153.246,60
Rebanho	R\$ 1.077.640,00
TOTAL	R\$ 3.590.882,60

Fonte: Laudo de vistoria e avaliação/INCRA/SR-25/ NOV/2000

Ao analisar o resumo de avaliação da Fazenda Cauamé fica notório que a função social deste imóvel era atender com a criação de gado para o mercado local

de Boa Vista com um total de R\$ 1.077.640,00 (Um milhão e setenta e sete mil e seiscentos e quarenta reais) dispostos em cabeças de gados.

Na data de avaliação do imóvel o valor da terra nua sem suas respectivas benfeitorias chegou a ser avaliado em R\$ 829.848,60 (Oitocentos e vinte e nove mil e oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos). A área desse imóvel está calculada em 20.643,00(ha).

Outro aspecto relevante na Fazenda Cauamé está em seus bens próprios e de grandes maquinários existentes que serviam de uso para plantação na fazenda, na qual produzia o próprio alimento para o gado como também para os trabalhadores rurais.

Em relação os dados relativos a Fazenda Murupú que compõem uma área de 21.983,00 (ha), demosramos na Tabela 2- o resumo de avaliação da Fazenda com seus respectivos valores em reais.

TABELA- 2 Resumo da Avaliação da Fazenda Murupú

Valor da terra nua	R\$ 885.035,58
Benfeitoria Não Reprodutivas	R\$ 1.079.722,20
Benfeitorias Reprodutivas	R\$ 1.217.006,00
Subtotal-1	R\$ 3.181.813,78
Máquinas e equipamentos	R\$ 224.500,00
Subtotal-2	R\$ 3.406.313,78
Rebanho Bovino	R\$ 1.628.800,00
Total Geral	R\$ 5.035.113,78

Fonte: Laudo de vistoria e avaliação/INCRA/SR-25/ NOV/2000

Assim com a Fazenda Cauamé a Fazenda Murupú já com uma área maior de extensão de pasto, tinha sua serventia atrelada a criação de gado para corte e comercialização no mercado local de Boa Vista.

Observa-se que está por sua vez dispõe de mais cabeças de gado em relação a Fazenda Cauamé o que totaliza R\$ 1.628.800,00 (Um milhão seiscentos e vinte e oito mil e oitocentos reais). Por sua vez contava com menos maquinários que a Fazenda Cauamé.

Por ter uma maior extensão por hectares a avaliação da terra nua da Fazenda Murupú ficou estipulado em R\$ 885.035,58 (Oitocentos e oitenta e cinco mil e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos). Contudo a Fazenda Murupú tinha uma estrutura mais consolidada referente a benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas.

A tabela 3, traz a avaliação da Fazenda Truarú a maior das três fazendas com uma área de extensão de 35.062,38 (ha), sendo essa uma unidade hoje recebedora das famílias de agricultores retirados demarcação da terra indígena raposa serra do sol os chamados desintrusados.

TABELA 3- Resumo da Avaliação da Fazenda Truarú

Valor da Terra nua	R\$ 1.400.392,40
Valor das benfeitorias não reprodutivas	R\$ 311.787,00
Valor das benfeitorias reprodutivas	R\$ 391.012,00
Subtotal-1	R\$ 2.103.191,40
Máquinas e equipamentos	R\$ 19.500,00
Subtotal-2	R\$ 2.122.691,40
Rebanho Bovino	R\$ 1.252.280,00
Total Geral	R\$ 3.374.971,40

Fonte: Laudo de vistoria e avaliação/INCRA/SR-25/ NOV/2000

A Fazenda Truarú teve a avaliação da sua terra nua em R\$ 1.400.392,40 (Um milhão e quatrocentos mil e trezentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), destaca-se também que o respectivo imóvel possuía poucas benfeitorias não reprodutivas e reprodutivas, tinha seu foco na criação de gado.

Outro ponto analisado tratava-se das máquinas e equipamentos que também eram os menores em valores em relação as duas outras fazendas já verificadas em seus relatórios de avaliação. Seu rebanho bovino contava com R\$ 1.252.280,00 (Um milhão e duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e oitenta reais) em cabeças de gado.

Representado os valores vernais das três Fazendas Cauamé, Murupú e Truarú fica notório a presença do grande capital imposto através do grande latifúndio de terras existentes no Brasil, que em Roraima não seria diferente, ao todo esse poder de terras que estava concentrado nas mãos de uma única empresa representava a soma de R\$ 12.000.967,78 (Doze milhões e novecentos e sessenta e sete mil e setenta e oito centavos), valor esse representado pela soma da avaliação das três fazendas.

A presença dessa enorme extensão de terras concentradas com um único foco de atender ao mercado agropecuário local com a produção maciça na criação e abate de bovinos traz consigo vários fatores de impacto a sociedade seja eles voltados as questões ambientais ou relacionados com a pouca e quase nenhuma participação dos menos favorecidos que possuem o direito de ter um pedaço de terra para morar, trabalhar, e ter na terra sua fonte de geração de renda.

Após as três fazendas terem sido repassadas ao INCRA/RR, afim de destiná-las a criação do Assentamento PA Nova Amazônia e o mesmo ter sido dividido em cinco polos de produção e das famílias contempladas com os lotes estarem assentadas.

No assentamento hoje que há uma variedade de produção de alimentos que vão desde (tomate, alface, abobora, pimenta, pimentão, macaxeira etc.), até mesmo a criação de galinha, carneiro, porco e gado que são comercializados nas feiras locais do município de Boa Vista. A Figura 2 – representa alguns dos meios de produção encontrados no Assentamento Nova Amazônia entre as produções encontradas destaca-se a criação de peixe, galinha e produções de verduras, legumes, hortaliças etc.

FIGURA 2- Meios de Produção encontrados no Assentamento Nova
Amazônia



Criação de Galinha



Plantação em Mandala



Plantação de Multicultivos

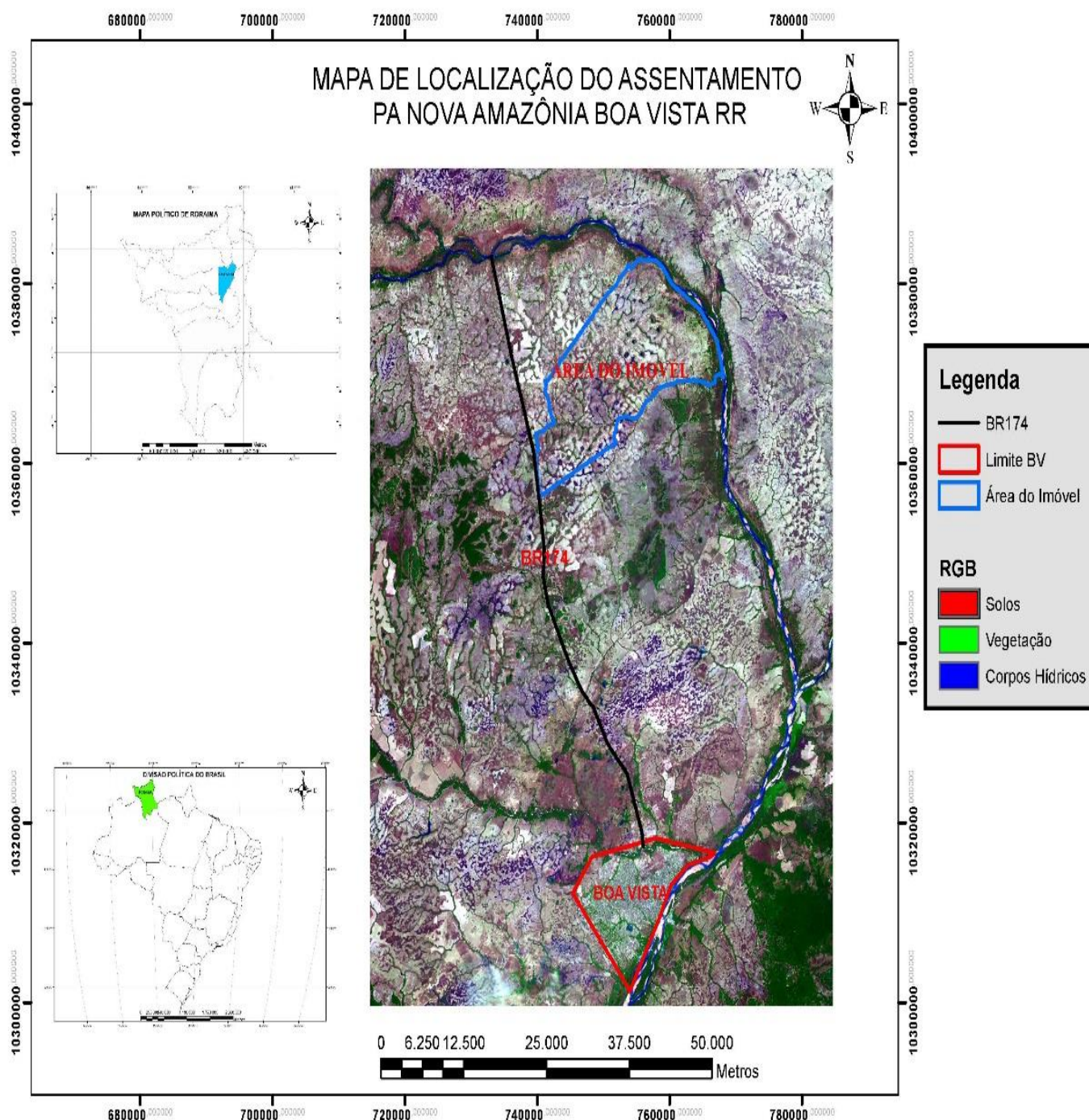


Produção de Peixe

Fonte: Arquivo pessoal

Abaixo demonstraremos o mapa de localização do Assentamento PA Nova Amazônia destacando a área do imóvel.

MAPA 1- Mapa de Localização do Assentamento Pa Nova Amazônia



Fonte: o autor/2017

Ao analisarmos o mapa de localização do Assentamento em questão fica claro o grande potencial desta região por vários fatores entre eles destaca-se a proximidade com a capital Boa Vista ao qual ocorre pela Rodovia BR-174, sentido Pacaraima. Ou seja, a distância de Boa Vista até o assentamento está em 30 KM, em uma rodovia de excelentes condições de trafegabilidade para escoamentos das produções cultivadas pelos assentados.

O assentamento tem um grande destaque no Estado de Roraima por ser o único assentamento que está inserido dentro da capital Boa Vista na área rural do município com uma imensa área destinada a reforma agrária. A tabela 5- traz a área de extensão das três fazendas destinadas à Reforma Agrária em Roraima.

TABELA 4 – Área de extensão das Fazendas

Fazendas	Murupú	Cauamé	Truarú
Área (há)	21.983,00	20.643,00	35.062,38
Código INCRA	031.011.005.789-9	031.011.047.503-9	031.011.047.503-9

Fonte: Relatório preliminar das fazendas Nov/2000

Outro aspecto a ser observado diz respeito ao grande latifúndio improdutivo das fazendas durante o período da sua vigência, que ora atendia apenas ao setor agropecuário com uma boa demanda de bovinos que atendia ao mercado local de Boa Vista.

A região analisada dispõe de uma boa estrutura física composta de energia elétrica, água potável oriunda de poços artesianos, escola para o ensino fundamental e médio profissionalizante, acesso por meio de estrada (vicinais) não pavimentadas mais com bom acesso no verão.

A fazenda hoje é conhecida como Assentamento PA Nova Amazônia, tal ocupação ocorreu após dois anos de lutas dos movimentos sociais pela terra (FETAG⁵, STR de Boa Vista⁶, CESTER⁷ e CAR) e de várias pressões junto ao INCRA afim de agilizar o processo de assentamento das famílias que já aguardavam por seus lotes.

Segundo o INCRA o assentamento das famílias começou em novembro de 2003 e, no mês de abril daquele ano, centenas de agricultores acamparam a margem esquerda da BR-174, na entrada da Fazenda Murupú, com o objetivo de conseguir uma parcela rural no projeto.

Em Cardoso (2009), ele afirma que no ano de 2003, iniciou o processo de ocupação da antiga Fazenda Bamerindus ora repassada ao INCRA no ano de 2001,

⁵ Federal dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima – FETAG/RR

⁶ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista- STR/RR

⁷ Central dos Sem Terra e Sem Teto de Roraima - CESTER

para fins da reforma agrária que só após dois anos veio se firmar quanto assentamento. Relata que tal ação de ocupação fica marcada como sendo a primeira iniciativa no Estado de Roraima. De acordo com o *site* institucional do INCRA inicialmente, foram assentadas as famílias acampadas nos Polos II e III.

A partir do mês de janeiro de 2004, foram efetivados os assentamentos do restante das famílias acampadas, dos trabalhadores oriundos da antiga Fazenda Bamerindus que ainda residiam na sede, de hortigranjeiros oriundos do Bairro Operário, em Boa Vista, e de trabalhadores rurais do entorno da Fazenda Bamerindus e do Monte Cristo, no total de 262 famílias. Elas receberam lotes nas áreas definidas como Polo I, II, III e IV.

Segundo informações obtidas no *site* do INCRA no ano de 2005, instalou-se o Polo V, composto por famílias vindas do Rio Grande do Sul, que foram pioneiras no cultivo de grãos (soja e arroz) e da fruticultura, ao mesmo tempo em que foram assentados os agricultores do Polo II.

A região que forneceu mais imigrantes para o assentamento foi a Nordeste, seguida do Norte e posteriormente o Sul. Isso está em consonância com o histórico de ocupação do estado, no qual uma considerável leva de imigrantes nordestinos foi atraída em busca de novas oportunidades em garimpos ou mesmo em áreas disponíveis por meio da Reforma Agrária, fugindo principalmente da seca. Quando se observa o município de nascimento dos assentados nota-se que a grande maioria é de Boa Vista - RR (19,4%), seguido de Manaus - AM (3%) e Rodeio Bonito - RS (2,6%). Verifica-se que, de certa forma, a distribuição dos municípios de nascimento dos assentados possui um determinado padrão, como no caso do Rio Grande do Sul, onde os municípios estão alocados na porção Norte do estado, ou no caso do Maranhão, região Central (LACERDA; 2013).

Em reportagem publicada pelo Jornal Adital (*Notícias da América Latina e Caribe*), com data de divulgação o dia 23 de fevereiro de 2015, traz a seguinte manchete, em sua página na internet, sobre o assentamento PA Nova Amazônia **“Assentados de Roraima acusam Incra de Beneficiar gaúchos”**.

A denúncia em questão foi realizada pelo presidente da Central dos Assentados de Roraima (CAR), Sr. Antônio Ailton da Silva, representante da ação que afirma que para o Assentamento PA Nova Amazônia já tinham 1.585, trabalhadores rurais inscritos para recebimento de lotes no assentamento, e que até aquele momento apenas 319, estavam assentados na região e os 1266, estavam constando como assentados desde maio e junho do ano de 2014, quando de fato nunca receberam suas terras do INCRA.

Para agravar a situação, deverão chegar ao local 70 famílias provenientes do Sul do país, o que acirrou ainda mais os ânimos. O presidente afirma que os assentados sulistas têm os melhores e os maiores lotes, o que pode provocar um conflito entre os assentados na região. Antônio Ailton afirma que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estimula migração de gaúchos para o projeto de assentamento na antiga Fazenda Bamerindus, desapropriada há cerca de cinco anos. Ele acusa o superintendente regional do Incra, João Batista Ferreira dos Santos, e o executor do PA Nova Amazônia, Valter Freitag. Em 14 de fevereiro, haviam chegado aproximadamente 16 famílias de “gaúchos”, como chamam os assentados do Sul, que estão acampadas em um barracão de lona dentro do Projeto (Jornal Adital Notícias da América Latina e do Caribe; fev. /2015).

As famílias vindas da região sul do Brasil, de acordo com o Presidente da Central do Assentados de Roraima trouxeram consigo equipamentos agrícolas e mencionam ser protegidos do Presidente do Incra Nacional.

Os sulistas foram implantados no POLO V, do assentamento com área entre 50 e 80 hectares, estando esses nas melhores áreas de produção conforme dados de estudo do solo e pedológico ora realizado pelo INCRA.

Sendo que área destinada as primeiras 319 famílias, tinham seus lotes com tamanho entre 10 a 30 hectares e conforme relatos dos assentados ao jornal estavam nas piores terras, com alto teor de areia e baixa capacidade de produção.

Em contrapartida a regional do Incra em Roraima, relata que o cadastramento das famílias ocorreu de forma precipitada, equivocada, errônea e irregular pelo fato do INCRA ter realizado o pagamento de crédito de aquisição de material de construção, assim estando em desacordo com a legislação específica sobre o crédito.

Posteriormente, o assentamento foi dividido em dois sendo o PA Nova Amazônia e Nova Amazônia I, contudo o projeto Nova Amazônia ocupa uma área de 27.391,2700 hectares, com capacidade para 570 famílias. Atualmente, 567 parcelas estão ocupadas. Já a Nova Amazônia I mede 35.062,4035 hectares, com capacidade para 430 parcelas, das quais 427 estão ocupadas.

Conforme dados extraídos do *site* do INCRA uma parte desse assentamento foi destinado para os desintrusados⁸ da terra indígena Raposa Serra do Sol. O termo “*desintrusados*” é utilizado conforme o Decreto nº 8.738 de 3 de maio de 2016, em

⁸ O Decreto nº 8.738 de 3 de maio de 2016, em seu art.9º, VIII, faz referência aos trabalhadores rurais desintrusados de outras áreas, em razão de demarcação de terra indígena, titulação de comunidade quilombola ou de outras ações de interesse público.

seu art.9º, VIII, ao fazer referência aos trabalhadores rurais desintrusados de outras áreas, em razão de demarcação de terra indígena, titulação de comunidade quilombola ou de outras ações de interesse público.

De acordo com o Jornal local Folha de Boa Vista em matéria publicada em mídia digital realizada no dia 17 de novembro do ano de 2015, relata que os desintrusados retirados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, já passados seis anos de sua retirada da localidade onde habitavam foram direcionados para o Assentamento PA Nova Amazônia no município de Boa Vista-RR.

Ao todo foram assentadas no assentamento 18 famílias na gleba da região do Truaru (antiga Fazenda Bamerindus e Alagadiço), zona rural de Boa Vista pela BR-174 no sentido norte.

O agricultor Ailton Cabral disse que criava gado, porco e galinha numa área de mais de três mil hectares quando foi obrigado a sair da terra com a questão da Raposa Serra do Sol, mediante a promessa de ser assentado em outro local pela Justiça Federal. Ele foi assentado numa área de 497 hectares e reclama que ainda não recebeu os documentos. "Até agora não temos nenhum documento que diga que a terra é nossa. Mas, quando fomos retirados, tivemos a garantia da Justiça Federal de que seríamos indenizados e assentados em outra terra para continuar nossas atividades", disse. (Jornal Folha de Boa Vista, matéria intitulada desintrusados ainda esperam regularização, publicada em 17/11/2015).

Conforme relato, as famílias até hoje aguardam uma posição do INCRA em Roraima, para que seja feita a entrega dos títulos de posse das terras para que os mesmos possam iniciar suas atividades através de créditos de financiamentos destinado aos agricultores. O georreferenciamento dos lotes para delimitar os tamanhos da área de cada família ainda não foi realizado o que gera dúvida em relação aos tamanhos reais de cada lote.

1.3 EDUCAÇÃO NA FAZENDA BAMERINDUS

Na região da antiga Fazenda Murupú está localizada a Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – UFRR, a qual recebeu do INCRA este espaço para desenvolvimento da educação básica e profissional dos filhos dos agricultores familiares desta região.

Conforme o regimento da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima, a mesma teve sua criação pelo Decreto-Lei nº 041 de 24 de maio de 1982, pelo Governo do Ex-Território Federal de Roraima e incorporada à Universidade Federal de Roraima – UFRR, com denominação de Escola Agrotécnica da UFRR, reger-se-á pelo Regimento, em harmonia com o Estatuto e Regimento Geral da UFRR.

Com dados do *site*⁹ institucional da escola as atividades iniciaram em 17 de julho do mesmo ano, com o objetivo de formar técnicos agrícolas a nível de segundo grau. À época a instituição tinha por objetivo atender em especial a comunidade rural, isto contribuía tanto para a profissionalização dos filhos dos agricultores e pecuaristas, como para o fortalecimento do setor agropecuário de Roraima.

Contudo a instituição nesse período nunca tinha manifestado interesse pela então EAGRO/UFRR. Contudo com a força de alguns professores que deram o pontapé inicial com apoio dos movimentos sociais ligados ao campo foi possível tornar realidade a implantação da escola.

A metodologia de ensino adotada pela escola era conciliar educação e trabalho, assim adotou-se dois regimes de matrículas sendo o semi-internato (Tempo Integral) e Internato, sendo que este, destinava-se primeiramente aos alunos que não residiam na capital de Boa Vista.

A incorporação da Escola Agrotécnica de Roraima para a Universidade Federal de Roraima ocorreu na década de 90, com a Lei Estadual nº40 de 25 de maio de 1993, onde o então governador de Roraima Ottomar de Souza Pinto realizou a doação de toda a estrutura da escola a universidade.

Já incorporada a Universidade Federal de Roraima ganhou um novo nome (Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima- EAGRO), que passou a atuar como uma unidade de ensino técnico profissionalizante, vinculado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFRR, e tinha sua sede no Campus do Cauamé, situado na BR 174, Distrito Monte Cristo.

A escola passou por um período sem atividades, devido a não existência de verbas e nem interesse em tocar aquilo. Vivíamos a era FHC¹⁰, com a diminuição do Estado e de suas responsabilidades e o crescimento do ensino privado.

⁹ <http://www.eagro.ufrr.br/index.php/2014-02-27-20-31-53/historico>

¹⁰ Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC

Ou seja, o Neoliberalismo do FHC e seus respingos no lavrado. Retornando com suas atividades no ano de 2005, com a assinatura de um projeto idealizado pela UFRR em parceria com INCRA que viabilizou a reativação da instituição.

Com sua reabertura a EAGRO inicia suas atividades oferecendo o curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura e Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia.

Assim a escola no ano de 2009, em parceria com o Governo de Roraima fez com que a EAGRO ressurgisse com regularidade. Desta vez, situada no Assentamento PA Nova Amazônia na BR 174, KM 37.

A Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima tem oferecido o curso Técnico em Agropecuária em três modalidades: Integrado ao Ensino Médio, subsequente ao Ensino Médio e PROEJA.

Com a fixação física da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima (EAGRO) no Assentamento PA Nova Amazônia é diante da sua função de criação destinada a atender os anseios da escola técnica voltada ao campo. Os assentados que tinha seus filhos em idade apropriada para o ensino médio viram na escola uma possibilidade de seus filhos agregarem conhecimento técnico rural apropriado para a utilização juntos aos seus pais nas atividades rurais praticadas no assentamento.

Uma vez que a educação básica é atendida com o ensino fundamental no assentamento com a Escola Estadual Indígena Albino Tavares que tem seu funcionamento dentro do campus da EAGRO. Pois bem hoje os assentados possuem uma grande rejeição em relação a EAGRO devido aos seus processos de seleção que não contam com um processo diferenciado para a inclusão dos estudantes filhos dos assentados da localidade.

Outro aspecto de rejeição a EAGRO é que os assentados já fizeram audiência no próprio campus da EAGRO para a permanência da Escola Estadual Indígena Albino Tavares, que se encontra dentro do espaço pertence a Universidade Federal de Roraima (UFRR), que já solicitou a retirada da escola de suas dependências para ampliação da EAGRO.

Constantemente assentados e poderes públicos nas esferas federais e estaduais entram em atrito com relação ao ensino é funcionamento dessas instituições no Assentamento PA Nova Amazônia, pois segundo eles o intuito da doação das terras para a UFRR, dentro do assentamento era proporcionar um

ensino de qualidade aos seus filhos conforme o INCRA, preconizou quando fez o repasse das terras a UFRR.

Contudo para amenizar os impasses a UFRR após amplo diálogo entre o INCRA e os órgãos de controle de estado e os assentados, passou desde o ano de 2016, a ofertar vagas específicas para atender os filhos dos assentados da região possibilitando assim uma maior flexibilidade de acesso desses jovens a uma educação profissionalizante de qualidade.

Uma vez que antes eles concorreriam em desigualdade com os jovens residentes na capital de Boa Vista-RR, o que beneficiava esses por sua vez a conquistarem as vagas na EAGRO.

Pois tinha em mãos um amparado de ferramentas (livros, computador, internet, etc.) para realizarem seus estudos para as seleções. A figura 3 mostra os cursos ofertados hoje pela EAGRO/UFRR.

FIGURA 3 – Cursos Ofertados na Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – EAGRO/UFRR



Fonte: *site* institucional da EAGRO/UFRR

Em relação aos cursos ofertados pela EAGRO, destaca-se o mais novo ganho da escola que é o curso Superior em Agroecologia o qual as vagas são ofertadas juntas com o vestibular da UFRR, ao total são ofertadas 60 vagas conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Já o curso Técnico em Agropecuária anualmente é ofertado 120 vagas destruídas nas modalidades Ensino Médio Regular (Zona Urbana e Rural) com 30 vagas a cada uma das modalidades, Programa Nacional de Integração da Educação

Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com 30 vagas e o Subsequente ao Ensino Médio com mais 30 vagas.

De acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGA/UFRR, o corpo docente da escola é composto 30 professores com titulação de doutorado, mestrado e especialista o que colabora para um ensino de qualidade prestado aos alunos da EAGRO/UFRR. Abaixo segue a tabela 05 com a lista de docentes lotados na escola com suas respectivas titulações respectivamente:

TABELA 05 – Quadro Docentes da Escola Agrotécnica Da Ufrr

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	LOTAÇÃO
1	AFRANIO SILVA MADEIRO	DOUTOR	EAGRO/UFRR
2	ALBERTO JORGE DA SILVA	ESPECIALISTA	EAGRO/UFRR
3	ALBERTO MOURA DE CASTRO	DOUTOR	EAGRO/UFRR
4	ANTONIO BENICIO DE SALES	GRADUAÇÃO	EAGRO/UFRR
5	ANTONIO EDILSON DA SILVA ARAUJO	DOUTOR	EAGRO/UFRR
6	ARNOLDO MARCILIO GONCALVES DOS SANTOS	DOUTOR	EAGRO/UFRR
7	CAIO ALVES DA COSTA	MESTRE	EAGRO/UFRR
8	CAROLINE GOMES COELHO NASCIMENTO	ESPECIALISTA	EAGRO/UFRR
9	CATIA APARECIDA MOSQUEIRA	MESTRE	EAGRO/UFRR
10	CLAUDIA SALES DE OLIVEIRA	MESTRE	EAGRO/UFRR
11	DANIELA CAVALCANTE DOS SANTOS CAMPOS	MESTRE	EAGRO/UFRR
12	HIARLE DE OLIVEIRA SOUZA	GRADUAÇÃO	EAGRO/UFRR
13	IRAIMA CARVALHO BRIGLIA	GRADUAÇÃO	EAGRO/UFRR
14	IVANILDE DE LIMA BARROS	MESTRE	EAGRO/UFRR
15	JANDIE ARAUJO DA SILVA	DOUTOR	EAGRO/UFRR
16	JESSICA DE PAULO LEITE	ESPECIALISTA	EAGRO/UFRR
17	JOAO HENRIQUE DE MELLO VIEIRA ROCHA	DOUTOR	EAGRO/UFRR
18	JOSE LINDOLFO CARVALHO RENDA	MESTRE	EAGRO/UFRR
19	JOSE LUIS GUTIERREZ ANGULO	DOUTOR	EAGRO/UFRR
20	JULIA MARIA CORREA ALMEIDA	MESTRE	EAGRO/UFRR
21	JUVINO LUIZ ALBA	ESPECIALISTA	EAGRO/UFRR
22	LEYDE DAYANE MARTINHO DE ANDRADE	GRADUAÇÃO	EAGRO/UFRR
23	LUCIENE NUNES DA SILVA	ESPECIALISTA	EAGRO/UFRR
24	MARCIO AKIRA COUCEIRO	DOUTOR	EAGRO/UFRR
25	MARCOS ROBSON SACHET	MESTRE	EAGRO/UFRR

26	MARIA APARECIDA DE MOURA ARAUJO	MESTRE	EAGRO/UFRR
27	MYRIAN FILOMENA RODRIGUES DE ALMEIDA	MESTRE	EAGRO/UFRR
28	PEDRO ANTONIO DOS SANTOS	DOUTOR	EAGRO/UFRR
29	RAFAEL JORGE DO PRADO	MESTRE	EAGRO/UFRR
30	RICARDO ALVES DA FONSECA	DOUTOR	EAGRO/UFRR
31	RICARDO PENHA MORENO	ESPECIALISTA	EAGRO/UFRR
32	SUENIA KDIDIJA ARAUJO FEITOSA	MESTRE	EAGRO/UFRR
33	VIVIANE ANTUNES PIMENTEL	DOUTOR	EAGRO/UFRR

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas- SIGA/UFRR

Analisando os dados sobre a titulação dos docentes pertencentes ao quadro de servidores da instituição, observa-se que a composição está com 11 doutores, 12 mestres, 04 graduados e 06 especialistas demonstrando assim um corpo de profissionais bem qualificados para ministração de aulas a nível de ensino médio e agora com a graduação no curso de Agroecologia.

Ao todo o corpo docente está composto por 33 docentes com formação em diversas áreas do conhecimento, porém formação das ciências agrárias se sobrepõem as outras.

A estrutura física da EAGRO/UFRR, nos dias atuais está bem superior que anos anteriores, a pouco tempo a escola ganhou novos prédios de sala de aula, ampliação da biblioteca, novos equipamentos de informáticas, ganhou na sua entrada principal um portfólio, novos bens tais como centrais de ar, cadeiras, material pedagógico, reforma do restaurante, dentre outros bens e serviços que vieram a agregar para uma EAGRO.

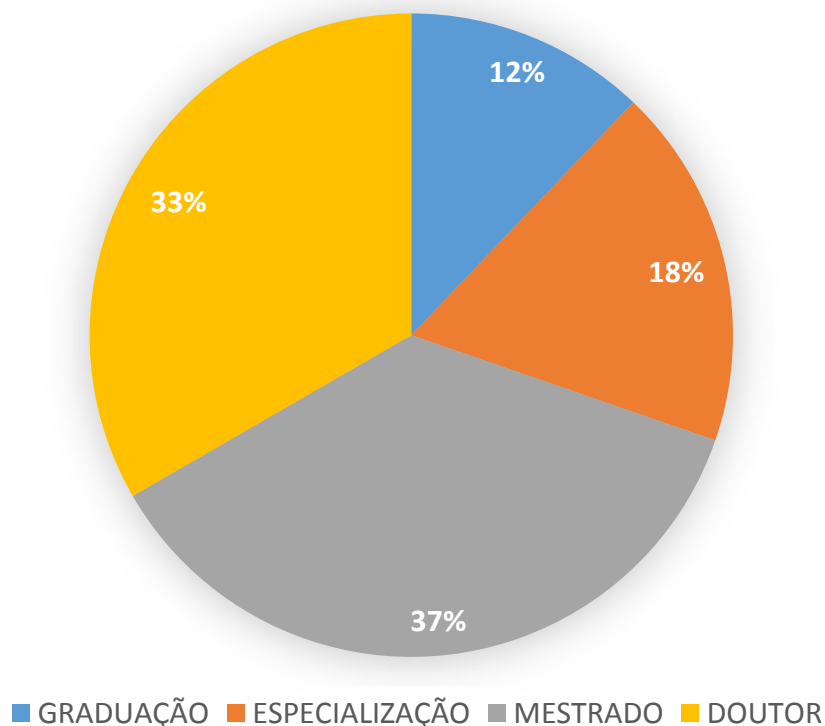
A escola conta com o serviço de internet disponibilizado pelo Campus Paricarana da Universidade Federal de Roraima por meio de link a qual é servida ao corpo docente e discente para as funções administrativas e acadêmicas.

O acesso a EAGRO ocorre através de transporte escolar realizado pela Universidade Federal de Roraima aos alunos que são oriundos da capital de Boa Vista, com saída periódicas pela manhã do campus Paricarana com retorno meio dia do Campus Murupú e com saída à tarde do Campus Paricarana, retornando à capital Boa Vista no fim do expediente da escola.

Abaixo o Gráfico 1, mostrar em porcentagem os níveis de titulações dos docentes pertencentes a EAGRO/UFRR.

GRÁFICO 1- Titulação dos Docentes da EAGRO/UFRR

TITULAÇÃO DOS DOCENTES DA EAGRO/UFRR



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas- SIGA/UFRR/EAGRO

Observa-se que 37% dos docentes possuem a titulação de mestre, seguido de 33% a titulação de doutor, 18% especialista e 12% com graduação. Assim percebemos que o corpo de docente da escola está em sua maioria concentrado entre mestres e doutores o que possibilitou a EAGRO a ofertar o curso de Agroecologia no ano de 2016.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas no campo diariamente pelos filhos dos assentados em conquistarem uma vaga em uma escola pública federal seja para a modalidade de ensino voltada ao ensino médio profissionalizante ou ao ingresso em uma universidade pública federal em cursos ligados a áreas do meio rural ou não rural, a ser notifica nesta pesquisa que hoje temos filhos de assentados do assentamento cursando o ensino superior nos cursos de agronomia, medicina veterinária e zootecnia sendo os mesmos aprovados entre as melhores notas no vestibular da UFRR.

Outro aspecto relevante nesses casos é que os acadêmicos por já terem a vivência do campo dentro dos seus respectivos cursos de graduação ou técnico apresentam uma vantagem em possuir o conhecimento prático dos ensinamentos teóricos abordados em sala de aula, dos quais cedem seus lotes para as aulas de campo práticas realizadas em parceria com a EAGRO ou UFRR junto aos assentados.

A diversidade trazida com a presença dos agricultores familiares no assentamento oriundos de várias regiões do Brasil que consigo trouxeram suas culturas e práticas de cultivo faz com que o assentamento tenha uma produção diversificada em vários ramos da produção.

O respectivo assentamento hoje representa ao mercado local uma fonte de renda aos agricultores familiares que vendem seus produtos na feira ou ao estado ou prefeitura através da venda direta ao programa de merenda escolar.

Os alimentos comercializados pelos agricultores familiares são de procedência orgânica e são alimentos regionais saudáveis que estão chegando à mesa dos boa-vistenses que adquirem tais alimentos nos pontos de venda nas feiras.

CAPÍTULO 2 HISTÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS DO PA NOVA AMAZÔNIA 2003 -2017

2.1 CONHECENDO OS MORADORES DO NOVA AMAZÔNIA

Neste segundo capítulo abordaremos os aspectos ligados aos moradores do assentamento PA Nova Amazônia, levando em consideração os mais antigos desta região (2001) e os mais recentes assentados (2014) pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA/RR). Aspectos ligados diretamente a vida dos assentados, tais como os dados socioeconômicos, de onde vieram, porque vieram, perfil de escolaridade e as formas de emprego encontradas no assentamento.

A figura 04, mostra uma das entradas para o assentamento. Essa fica na entrada da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima. Como vimos é pavimentada, com um bom sistema asfáltico. As outras entradas não são pavimentadas, porém estão em boas condições de tráfico.

FIGURA 4- Entrada para Assentamento pela EAGRO/UFRR



Fonte: Arquivo Pessoal

Essa entrada para o Assentamento é realizada pelo acesso principal da Escola Agrotécnica EAGRO/UFRR. Local este que pertencia a sede principal da fazenda Bamerindus que foi doada para a Universidade Federal de Roraima conforme já abordado no capítulo anterior onde está localizado o assentamento.

O assentamento PA Nova Amazônia está inserido em uma área rural do município de Boa Vista a uma distância de 35 Km da capital, o que faz com que a proximidade com a cidade faça dele um modelo diferenciado de assentamento entre os demais existentes no Estado de Roraima.

Tendo em vista que o assentamento está dentro de uma capital em seu perímetro rural as condições acabam por favorecer a permanência das famílias neste local, como também ajuda no processo de escoamento da produção pelas boas condições das estradas. A produção local tem apoio de várias instituições como por exemplo o Sebrae. Tais questões serão apontadas no terceiro capítulo com o foco na produção desta região.

FIGURA 5 – Vicinal de entrada ao Assentamento via EAGRO/UFRR



Fonte: Arquivo Pessoal

Conforme dados coletados por meio dos questionários aplicados por meio da amostragem a população residente na região tem uma média de idade entre 24-60 anos. A documentação de relação de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA/SR25), aponta que a maior parte dos assentados do

assentamento são mulheres. Tal fenômeno conforme relato extraído das entrevistas realizadas são de acordo com Rosa:

Antes o Incra realizava o cadastro do lote no nome do homem apenas, mais de uns anos para cá a gente tem o direito de registro no lote. Antes a mulher não tinha direito, porém com essa nova lei do Incra temos o direito de ficar com o nosso lote caso o nosso marido nos deixe é vá em bora de casa. Muitos pegavam é vendiam os lotes é deixava as mulheres sem nada agora tudo mudou a gente tem o nosso direito do lote.

O fato narrado por Rosa está previsto na Portaria nº 981/2003 do Incra que estabelece a titulação conjunta dos lotes para homens e mulheres em situação de casamento ou união estável.

Conforme o Incra:

A portaria nº 981/2003, estabelece como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável, e a Instrução Normativa nº 38/2007, também do Incra, que ajusta os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária. As medidas jurídicas asseguraram a participação delas, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família, e elevaram o índice de atuação das mulheres em aproximadamente quatro vezes.

A portaria prevê também que a mesma está alinhada com o Código Civil, trazendo um dispositivo assecuratório na qual concede a mulher o direito à terra nos casos de divórcio, desde que possua a guarda dos filhos, fato comumente ocorrido com as mulheres.

Conforme dados coletados nos questionários aplicados em campo, os moradores do assentamento Pa Nova Amazônia em sua maioria são migrantes oriundos do Nordeste Brasileiro. Com destaque o Estado do Maranhão que trouxe muitos ao Estado de Roraima em prol de uma perspectiva de vida melhor.

De acordo com Santos (2010):

Os migrantes trazidos para estas colônias, de acordo com o Atlas do Território Federal do Rio Branco, de 1981, eram originários, sobretudo, do Nordeste do Brasil, principalmente do Maranhão, utilizando a terra como base do trabalho familiar, explorando seus pequenos lotes no sistema de roças e exercendo a prática de uma agricultura de subsistência cuja base era de culturas alimentares de ciclo curto.

Conforme aponta os estudos realizados pela professora Maria José dos Santos em sua dissertação intitulada *Em busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*, já apontava que a maioria dos assentados oriundos da região Sul do Estado de Roraima tinham sua origem do Nordeste Brasileiro com destaque o Estado do Maranhão.

Tal situação não é diferente no Assentamento Pa Nova Amazônia que traz em seu corpo de migrantes uma representação majoritária de maranhenses que vieram para o Estado de Roraima na expectativa de ser obter um pedaço de terra e conseqüentemente ter melhores condições de vida, tendo em vista que em seu estado de origem não tinham expectativa de ser obter um lote de terra para sua morada, uma vez que no Maranhão, trabalhavam em propriedades particulares com seus pais agricultores.

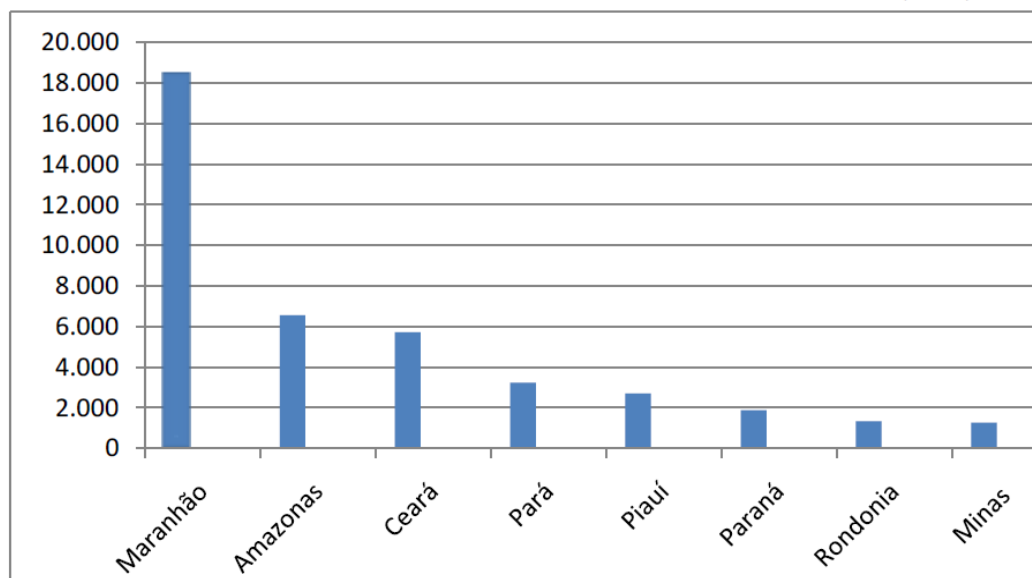
Desta forma o pouco ganho de salário dos pais apenas dava para atender as necessidades básicas da família conforme relato extraído das entrevistas e questionários aplicados.

Muitos dos assentados do Pa Nova Amazônia, já tinham familiares no Estado de Roraima que residiam na região do Sul do Estado, que vieram antes dos mesmos passando por vários estados da Amazônia até sua chegada em Roraima em prol de um pedaço de terra é da possibilidade de uma vida melhor para sua família.

Assim os familiares residentes aqui avisaram seus parentes das grandes possibilidades de ser obter um pedaço de terra aqui em Roraima, sendo este um estado novo que estava em processo de consolidação fez com que seus familiares saíssem do Maranhão para Roraima em prol desse sonho. O gráfico 02, demonstra a origem das ondas migratórias para o território de Roraima (1990).

GRÁFICO 02- Origem das Ondas Migratórias para o Território de Roraima (1990)

ORIGEM DAS ONDAS MIGRATÓRIAS PARA O TERRITÓRIO DE RORAIMA (1990)



Fonte: IBGE-RR, 1990

Fonte: Maria José dos Santos (2010).

A migração para a Amazônia ocorreu com a abertura das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho por estas vias chegaram milhares de migrantes. Dentro deste cenário, o então Território Federal de Roraima era sempre a segunda ou terceira migração interna na Amazônia, estes chegaram a Rondônia e somente em seguida migraram para o Território Federal de Roraima (SANTOS, 2010 p.58).

Os moradores do PA Nova Amazônia são migrantes oriundos da Região Nordeste em sua maioria, seguida da Região sul do país, porém no local atualmente encontram-se pessoas de todos os estados brasileiros. As informações disponibilizadas fazem parte do questionário aplicado na pesquisa de campo e entrevistas realizadas nos polos do assentamento.

Entre os estados com mais assentados está o Estado do Maranhão que possui uma representação expressiva em número de maranhenses, seguidos de paraenses, cearenses, paraibanos e sulistas.

Segundo Azar (2015), o Estado do Maranhão, traz em sua história “elevados indicadores de desigualdade, tem em sua formação socioeconômica, papel definido na divisão nacional e internacional do trabalho, invariavelmente, como fornecedor de produtos primários, com ciclos produtivos desde o período colonial”.

Conforme aponta Silva e Cunha (2012), o Maranhão sempre teve seu histórico de conflitos no campo estabelecidos em quatro séculos, dos quais até os dias de hoje os governantes não conseguiram estabelecer no estado uma verdadeira distribuição

de terras e de efetuar uma reforma agrária, afim de repara tal atraso aquém realmente tem direito a terra. “Isso significa que a impunidade sempre esteve ligada ao poder político e a riqueza daqueles que praticam crimes contra os camponeses e trabalhadores rurais do campo”.

De acordo com Silva e Cunha (2012):

A questão fundiária maranhense está em como se distribui o acesso aos recursos fundiários estando relacionado às políticas governamentais que vem se desenvolvendo desde final dos anos 70 que teve como marco inicial a edição da chamada “Lei Sarney de Terras”, que objetivou a transferências de imensas extensões territoriais a grupos empresariais do nordeste e centro-sul do Brasil.

Seguindo os autores observa-se uma grande concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários empresários da região que trabalham unicamente com a monocultura de produtos em larga escala como aponta Azar (2015), sendo a soja, eucalipto, cana de açúcar, bambu ambos produzidos para atender o mercado internacional.

Nesse cenário visualizado no Estado do Maranhão, fica impossível que o pobre venha ter acesso à terra para sua moradia é conseqüentemente utiliza a terra para a produção do seu próprio alimento, é de ter melhores condições de vida. Visto que os grandes latifundiários estão com a posse da terra, apoiados pelo governo para atender ao agronegócio. Gerando assim grandes conflitos no campo que levam fatalmente a morte de vários sem terras.

Segundo Vieira (2003):

Os Governadores, que eram nomeados pelo Presidente da República, começaram a atrair colonos para diversos programas de colonização rural, oferecendo, além de uma área de 25 hectares de terra para cada colono, passagem do Maranhão para Boa Vista e auxílio alimentação nos primeiros seis meses, fazendo surgir dessa forma as colônias agrícolas do Taiano, de Mucajaí e do Cantá. Por outro lado, também recebeu um número considerável de migrantes vindos de outras regiões do Brasil, que passaram a trabalhar na burocracia. A população urbana, que em 1950 era de 5.132 habitantes, passou para 7037 em dez anos, surgindo, além da pecuária já existente, uma nova forma de relação econômica, o contracheque dos funcionários públicos.

Conforme aponta o autor o Ex-Território Federal de Roraima estava realizando uma proposta tentadora para os nordestinos virem para o Estado em

especial aos maranhenses ao atraí-los com o oferecimento de terras medindo 25 hectares, com passagem do Maranhão para Boa Vista e diante da atual situação de terras existentes no Estado do Maranhão concentradas nas mãos de grandes latifundiários assim os fez virem para Roraima.

Neste contexto compreendemos que a predominância de moradores oriundos do Maranhão que habitam o assentamento Pa Nova Amazônia está intrinsecamente ligada a todos esses fatores ora explicitado.

Seguindo a origem dos moradores provenientes do assentamento, temos a região sul do Brasil representada com um bom número de gaúchos habitantes do Polo V, a qual dispõe de uma quantidade em hectares maior dos lotes, onde trabalham fortemente com a criação da bovinocultura, plantio de soja e plantações frutíferas.

Os moradores do próprio Estado de Roraima, estão em menor quantidade representativa no assentamento conforme dados disponibilizados na lista de assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SR25).

A tabela 06, traz os estados com maior frequência de respostas quanto à pergunta realizada “as pessoas do assentamento vem de onde? ”. Os dados foram coletados por amostragem contendo os dez estados com mais frequência de resposta nos questionários aplicados.

TABELA 06- Origem dos Assentados Do Pa Nova
Amazônia

01	Maranhão
02	Rio Grande do Sul
03	Pará
04	Ceará
05	Paraíba
06	Manaus
07	Roraima
08	São Paulo
09	Minas Gerais
10	Rondônia

Fonte: Questionário Aplicado

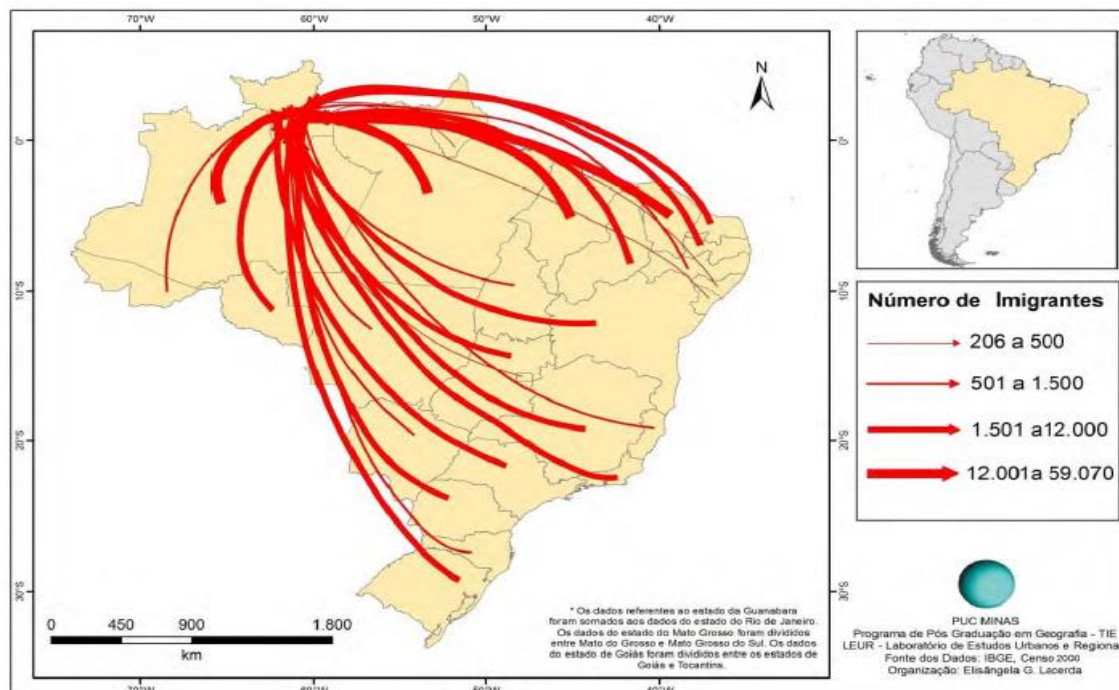
Diante da tabela 07, observa-se que no assentamento Pa Nova Amazônia conforme já foi visto anteriormente a maioria dos moradores são maranhenses seguidos dos sulistas.

Conforme a Professora Elisângela Gonçalves Lacerda em sua dissertação *intitulada A Reforma Agrária no Lavrado de Roraima: o pioneirismo do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (2013)*, a mesma informa que os migrantes residentes no Estado de Roraima, com base nas informações do Censo Demográfico de 2000, são provenientes dos estados do Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas”.

Uma grande vontade política para que a região fosse povoada passou a existir em função da criação dos cargos eletivos. Desse modo, chegou-se à conclusão que o estímulo à migração, por meio de uma maior oferta de terras, além do incentivo a atividade mineradora, aproveitando pressões fundiárias em outros estados do país, seria uma solução adequada e de baixo custo. Essas medidas atraíram considerável contingente de imigrantes (LACERDA, 2013, p.91).

Segundo a autora o Estado de Roraima com seu contínuo fluxo de migrantes chegou ao total de 47% de pessoas vindas de outras regiões do país. Só ficando atrás do Distrito Federal, local que tem a metade da sua população de migrantes. O mapa 01, traz a origem dos imigrantes em Roraima.

MAPA 02- Origem dos migrantes em Roraima 2009



Fonte: Elisângela Gonçalves Lacerda (2013)

De acordo os dados apresentados a respeito da origem dos residentes em Roraima, observa-se que no assentamento está presente múltiplas culturas, ao ter moradores de vários estados brasileiros, com a predominância expressiva dos nordestinos, seguido dos sulistas.

Com relação à origem dos assentados, os dados apontam que no assentamento se reproduz de maneira mais acentuada a realidade do estado, onde boa parte da população é constituída por imigrantes. No Projeto de Assentamento Nova Amazônia - Cauamé apenas 25,4% dos responsáveis pelo lote nasceram em Roraima, ao passo que 28,4% são do Maranhão, 9,1% do Rio Grande do Sul e 7,3% do Ceará. De maneira geral, quase todos os estados do Brasil estão presente no assentamento. É possível verificar no mapa 15 que apenas os estados do Amapá, Espírito Santo, São Paulo e Sergipe não estão representados (LACERDA, 2013, p.103).

Nesse contexto observa-se que do ano de 2013, ao ano corrente desta pesquisa o assentamento já recebeu novos migrantes dos quais hoje já temos moradores residentes do Estado de São Paulo.

As famílias do PA Nova Amazônia são constituídas em média por quatro (04), filhos conforme dados coletados na amostragem foi possível verificar que os casais de assentados não possuem famílias extensas. Na primeira etapa do questionário aplicado intitulado de histórico pessoal verificou-se tal aspecto

relacionado a origem e vida das famílias aos quais serão transcritos alguns trechos contendo a história de vida e trajetória no assentamento:

Entrevistada Rosa: Idade 58, anos, ano de entrada no assentamento 2004, já residia em Boa Vista-RR, oriunda do Estado Maranhão, assentada no Polo I, de pais que sempre exerceram a atividade de agricultores familiares no Estado do Maranhão, ao ser perguntada se os pais eram os proprietários das suas próprias terras onde cultivam a produção, Rosa responde não eram apenas trabalhadores visto que era impossível termos um pedaço de terra por lá é muito caro. Mãe de quatro (04) filhos com idades de 42,37,33 e 27. Ambos os filhos concluíram os estudos. Ao ser perguntado você prefere que seus filhos trabalhem na roça ou na cidade? Rosa respondeu na roça pois assim nos ajudam nos serviços da plantação. Ao ser perguntar é feita alguma contratação de trabalho pela senhora para auxiliar no lote? Sim contratamos para o plantio no lote. Como conheceu o PA? Na época eu fiz minha inscrição para ganhar um lote nos na associação de bairro Campolândia atual bairro Pintolândia. Participa ou participou de algum movimento social? Sim associação de bairro. Quem incentivou a participa desse movimento? Meu irmão já era da associação. Que vantagens você percebe em ter ocupado a terra? Primeiramente a tranquilidade aqui é tudo, depois eu agora tenho um pedaço de terra em que eu posso dizer é meu, vou plantar, criar animais, vou ter o que comer todos os dias e ainda vou vender o excedente que é o que eu faço. Aqui todos os meus filhos trabalham comigo é garantimos a nossa renda. Existem conflitos no PA? Não que eu saiba, mais uma vez ou outra existe só uns desentendimentos entre alguns vizinhos por água, devido ao poço artesiano. Rosa alguém já deixou o PA? Sim muitos no início que ainda não tínhamos uma estrutura que temos hoje. Daí não tinha condições de trabalhar e sem condições financeiras acabaram saindo dos seus lotes ou outros porque não se adaptaram com a vida no campo. Seus vizinhos vem de onde? Maranhão, Paraíba, Ceará, daqui mesmo, Rio Grande do Sul, São Paulo. Você tem preferência partidária? Sim Partido Popular Socialista (PPS). Já fez cursos no PA? Sim fiz práticas de plantação, doceira, entre outros. Quem realizou? Universidade Federal de Roraima, Sebrae entre outras instituições. O que você mais gosta no PA? Amo a tranquilidade desse lugar, não temos essa violência que eu vejo na capital de Boa Vista.

Segundo a história de vida dos assentados do PA Nova Amazônia os mesmos têm uma relação de pertencimento com a terra sendo eles filhos de pais que já trabalhavam com o campo seja em propriedade rural própria ou como empregados rurais em seus Estados de origem.

Conforme Silva e Mendes (2010), apontam que esse sentimento de pertencimento à terra está intrinsecamente ligado com relação a propriedade da terra.

A relação com a propriedade é outro traço marcante na agricultura familiar, a noção de propriedade e o pertencimento ao território ou a comunidade é muito presente no cotidiano. Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados do atual produtor viveram e constituíram suas

famílias, o que torna a propriedade carregada de um sentimento de pertencimento, posse e identificação (valores simbólicos). A possibilidade de trabalhar a terra, cultivar os produtos que preferir confere aos agricultores familiares uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva. Essa relação dos produtores familiares com a propriedade não se pauta na necessidade de produção para a comercialização, mas a ele a ver como uma base em que trabalha e vive.

Nesse entendimento de pertencimento o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan destacar que “esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança” (TUAN, 2012, p. 141).

Desta forma observa-se que os assentados que fazem parte do assentamento desde o seu início e que permanecem no local, são aqueles que de uma forma ou outra tiveram logo cedo com seus pais agricultores familiares os conhecimentos prévios de cuidado e manuseio com a terra.

Veremos mais uma história de vida relatada por seu Cravo, assentado desde o ano de 2003 no Polo I:

Identificação Cravo, Idade 38 anos, morador do Polo I, desde o ano de 2003. Escolaridade: Ensino Médio. Onde morava antes de vim ao assentamento? Eu morava no Estado do Maranhão, não era daqui de Boa Vista-RR. Tinha familiares em Roraima? Sim tinha meus tios e tias que já estavam em Boa Vista. Seus pais foram sempre agricultores familiares? Sim meus pais trabalhavam sempre no campo, porém não eram os donos da terra, visto que em meu Estado Maranhão, as terras são muito caras não tínhamos condições de comprar um pedaço de chão. Quantos filhos tem? Tenho três (03), filhos. Qual a idade deles? 11,13 e 17. Todos estudam? Sim todos estudam aqui mesmo no PA. Prefere que eles estudem ou não? Sim que estudem, claro. Você prefere que eles trabalhem em Boa Vista ou no PA? Minha preferência que todos trabalhem no assentamento conosco. Faz uso de contratação de mão de obra para auxiliar no lote? No meu caso não apenas nos dá família que trabalhamos e plantamos no PA, porém temos vizinhos que contratam sim pessoas daqui mesmo para ajudar no lote. Como soube do PA? Eu fui informada por uma cunhada minha que na associação de bairro estavam cadastrando pessoas para ganhar um lote do Incra. Participa de algum movimento social? Sim associação de bairro. Alguém lhe incentivou a participar do movimento? Não foi de interesse próprio. Que vantagens percebe em ter um lote no PA? Realização de um sonho de ter minha casa própria e ter meu rendimento todo mês com a venda de minha plantação e criação. Existem conflitos no PA? Sim, entre vizinhos mais devido a água que dividimos do poço artesiano, outras vezes na associação do polo ou com as cooperativas. Alguém já foi convidado a sair do PA? Que eu saiba ninguém foi convidado a deixar o PA. Porque algumas famílias querem sair do PA? Bem muitas saíram do PA, devido à falta de infraestrutura no início dada pelo Incra. Outras porque não tinha

aptidão para o trabalho no campo, caso de muitos que receberam seus lotes mais nunca tinha morado em interior é não sabiam nem por onde começar a plantar no lote. Muitos de nós que estamos aqui desde de 2003, e porque já trabalhavam com plantação, criação etc. Essa maioria mais antiga muitos vieram das chácaras do bairro Operário e Senador Hélio Campos então já tinha noção de viver no campo. As pessoas do PA vêm de onde? Meus vizinhos e conhecidos a maioria são do Estado do Maranhão, Pará, Ceará, Paraíba, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e agora recentemente temos muitos venezuelanos morando aqui no PA. Eles estão morando aqui nos lotes alguns de favor outros estão trabalhando com a gente na lavoura. Fez cursos no PA? Sim muitos. Quem os realizou? Teve a Universidade Federal de Roraima, Sebrae, Senar, Prefeitura de Boa Vista.

Conforme os dados demonstrados nos diálogos com os assentados do PA Nova Amazônia, observa-se que aqueles que ficaram nos lotes tem sua história de vida enraizada no campo, processo esse já vividos pelos pais desde sua infância.

Percebe-se que para estes que desde sua mocidade já tinha contato com o meio rural os mesmos não obtiveram tantas dificuldades de adaptação aos lotes recebidos pelo Incra.

Ao contrário dos que já não tinham experiência e vivência no meio rural, estes tiveram grandes barreiras de permanência nos seus lotes, haja vista que não tinha conhecimento de plantação e criação. Bem como do uso e preparo da terra para a produção. Assim muitos acabaram abandonando seus lotes conforme informações coletadas oralmente, não temos números para mostrar a esse respeito

Já nos dados coletados por meio de entrevistas e questionários notou-se que os atuais assentados do PA, que estão nesta região desde sua criação no ano de 2004, são aqueles que já tinha conhecimento de vida rural, uma grande quantidade que não possuía esse prévio entendimento de campo abandonou seus lotes, outros realizaram a venda dos lotes de forma irregular a terceiros.

Outro ponto colocado pelos moradores mais antigos está ligado com o pertencimento a terra, ou seja, deles terem seus próprios lotes, de serem detentores da posse da terra. De cuidar daquilo que é deles conforme Cravo diz:

O lote é meu aqui eu crio, planto, e vendo minha produção, tenho renda, minha família tem o que comer todos os dias, é nossa essa terra. Porque nossos pais sempre trabalharam nas fazendas dos outros no Maranhão é hoje temos algo nosso para nossos filhos é muito diferente ter algo que é seu do que trabalhar naquilo que não é.

Com a fala de Cravo fica claro que a terra, para eles que sempre trabalharam com ela desde muito novos com suas famílias tem uma representação muito forte,

no sentido de posse em poder hoje ter um novo formato de vida, ou seja, passando de empregados rurais para proprietários.

De acordo com Rosa:

Muitos vieram para cá achando que as promessas do Incra, com suas políticas iniciais de crédito para os recém assentados iria acontecer por completa. Porém o Incra só chegou a entregar a primeira parcela do crédito para a gente inicia nossa vida no assentamento. É mais muitos só pegaram os lotes para pegar esse dinheiro, depois que receberam sumiram dos seus lotes os abandonando e outros venderam. Esses na sua maioria eram aqueles que nunca trabalharam no campo, já a gente que conhecia a roça passamos por altos e baixos mais ficamos e daqui não saímos o PA, é tudo, muitos desses que abandonaram seus lotes hoje choram amargamente porque estão vendo como o assentamento está hoje um polo de produção para a agricultura familiar.

O crédito referido por Rosa, segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é o crédito de instalação disponibilizados aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que disponibiliza ao recém assentado uma linha de crédito destinado à sua instalação e ao desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes. O valor do crédito inicial era de R\$ 5,2 mil reais por família assentada.

O **Crédito de Instalação** é a primeira etapa de financiamento disponibilizada aos assentados. A concessão desses recursos está prevista no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629/1993. O atual modelo foi instituído pela Lei 13.001/2014 e o trâmite para acesso aos valores disponibilizados em cada modalidade (veja abaixo) é iniciado com a seleção dos assentados conforme os parâmetros definidos no Decreto 9.066/2017 (BRASIL, INCRA).

O processo da rota de assistência ao crédito realizado pelo Incra aos recém beneficiados dos lotes pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, passando da instalação, inclusão produtiva, fomento, semiárido e estruturação produtiva.

Nesse contexto verificamos a importância do Crédito de Instalação realizado pelo Incra ao recém assentado em um lote concedido pelas atuais Políticas Agrárias existentes no Brasil.

Em sua totalidade as terras são outorgadas aos assentados sem a mínima estrutura de moradia e planejamento de produção. Realidade que em muitos dos casos faz com que ocorra o abandono do lote, tendo em vista que a pessoa que recebeu a terra não tem conhecimento prévio sobre como realizar o cuidado com a mesma.

Contudo mesmo diante de muitas falhas internas realizadas pelas instituições responsáveis pela concessão da terra ao real cidadão que dela necessita para sua moradia e subsistência com sua família, temos casos de sucesso em relação a Reforma Agrária. A seguir segue a rota de instalação, inclusão e estruturação produtiva conforme dados do Incra.

Instalação:

- **Apoio Inicial:** para apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 5,2 mil por família assentada;
- **Fomento:** para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6,4 mil, dividido em duas operações de até R\$ 3,2 mil por família assentada;
- **Fomento Mulher:** para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3 mil, em operação única, por família assentada;
- **Semiárido:** para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas ao semiárido, reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, se destinando a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo, no valor de até R\$ 5 mil por família assentada.

Inclusão Produtiva:

- **Pronaf Microcrédito:** voltado à inclusão produtiva das famílias, possibilitando aumento da capacidade de produção e ingresso dos itens nos mercados consumidores a partir de assistência técnica, com acesso até três operações no valor de R\$ 4 mil.

Estruturação Produtiva:

- **Pronaf Investimento para a Reforma Agrária:** voltado à estruturação do lote, com limite de até R\$ 25 mil.
- **Pronaf Custeio da Reforma Agrária:** para financiamento de atividades agropecuárias, no valor de R\$ 7,5 mil, em até três operações

Segundo o Incra “após terem acesso ao Crédito de Instalação, os assentados estão qualificados a utilizar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destinados ao incremento da produção”. As primeiras linhas disponíveis são Microcrédito da Reforma Agrária, Investimento para a Reforma Agrária e Custeio da Reforma Agrária.

Com relação a moradia dos assentados constatou-se que ambas as residências são feitas em alvenaria e madeira ou mista estando o imóvel edificado com parte alvenaria ou madeira conforme figura 06.

FIGURA 06- Casa de Madeira e Alvenaria



Fonte: Arquivo Pessoal

As casas no assentamento são construídas sempre com a presença de plantações frutíferas ao redor da residência de tal forma que a sombra permanecesse constante nas moradias.

Os assentados do PA em suas residências dispõem do serviço de energia elétrica disponibilizado pela empresa Eletrobrás Distribuição Roraima, ponto de destaque no fornecimento dessa energia é que se tratando de eletrificação rural a mesma conforme dispositivos legais teriam que ter um custo mais barato aos moradores dessas regiões, no caso do PA, o valor cobrado é o mesmo do praticado na capital de Boa Vista-RR. A figura 07, traz a eletrificação encontrada no PA.

FIGURA 07 – Eletrificação no PA



Fonte: Arquivo Pessoal

A infraestrutura das vicinais do assentamento são pavimentadas por barro, ou seja, apenas ocorre uma terraplanagem no solo. No período do verão que vai de outubro a março a trafegabilidade nas vicinais ocorre sem transtornos aos moradores. Contudo no período do inverno que compreende os meses de abril a setembro com uma duração de 06 meses, as vicinais ficam em certos trechos com uma dificuldade de trafegabilidade.

Nesse período chuvoso muitos córregos de água da região transbordam acarretando o rompimento de pontes ou causando erosões nas vicinais. Carros com tração são os mais apropriados para a região nesse intervalo de tempo. Faz o uso comum de caminhão para efetuar o transporte da produção nessas localidades com dificuldades no inverno.

FIGURA 08- Vicinal no período chuvoso (Inverno)



Fonte: Arquivo Pessoal

Conforme observamos na figura 08, as vicinais no assentamento no período do inverno passam por transformações físicas com aparecimento de buracos em sua estrutura.

Tal situação ocorre devido ao acúmulo de águas proveniente das chuvas, fato preponderante para que durante este período os produtos comercializados pelos assentados na capital de Boa Vista, sofram ajustes de preço, uma vez que o valor do frete para ida dos produtos as feiras e mercados aumenta devido as dificuldades encontradas nas vicinais e pelo fato que algumas produções não são adaptáveis a longos períodos de chuva.

Contudo são planejadas no verão para serem colhidas no inverno. Por exemplo o coentro popularmente conhecido como “Cheiro Verde” que em períodos

chuvosos não se tem aproveitamento de plantação em virtude do retardamento de seu crescimento.

FIGURA 09- Casa de Alvenaria



Fonte: Arquivo Pessoal

As moradias no PA, em sua maioria dispõem de seis cômodos em cada residência, ou seja, são casas grandes pois as famílias são em grande número fazendo assim com que os imóveis sejam amplos. Entre os cômodos elas possuem uma sala, cozinha, quartos, banheiro e área de serviço.

Devido sua proximidade com a capital de Boa Vista nas residências tem os serviços de TV aberta com os sinais de comunicação comuns disponíveis no Estado de Roraima.

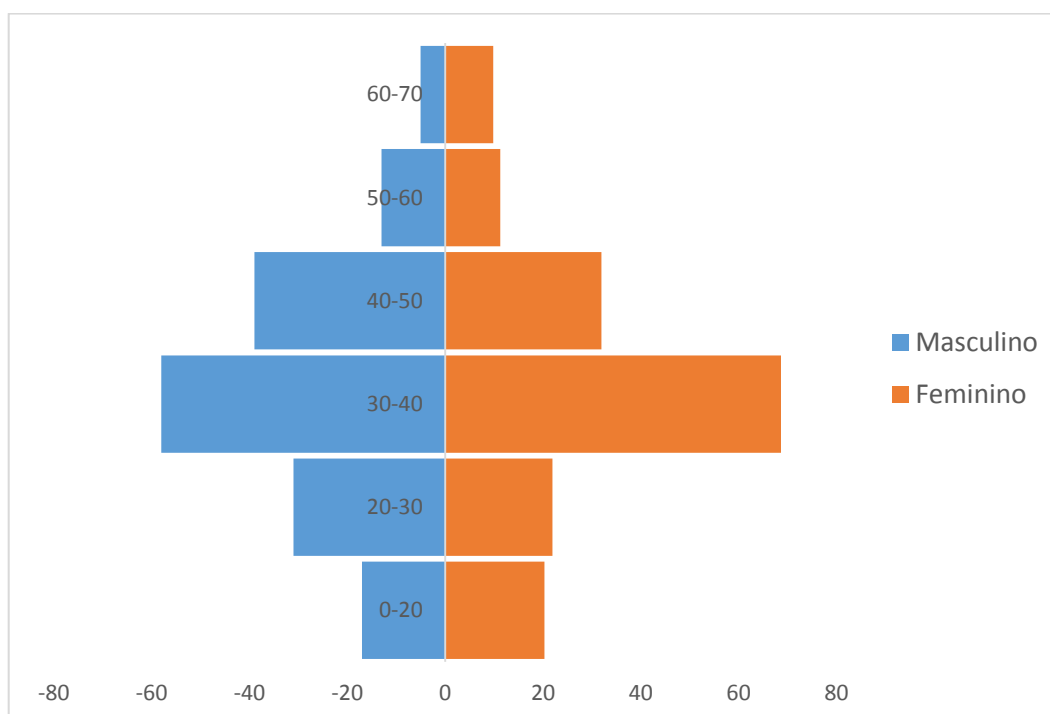
Outro ponto favorável ao assentamento é que seus moradores dispõem dos serviços de telefonia móvel (celular), para sua comunicação, bem como está disponível os serviços de internet na região.

Fato que ajuda muito os moradores no sentido de divulgação de informações internas do PA, tais como reuniões da associação, festa na comunidade, avisos sobre serviços que estarão sendo ofertados nas associações, cursos entre outros.

Segundo Lacerda (2013), a faixa etária de idade encontrada por ela foi 30 a 60 anos. “Sendo que um considerável percentual dos chefes do sexo feminino se encontra entre 50 e 59 anos, enquanto que o maior percentual de chefes do sexo masculino está entre 40 e 49 anos”.

Diante dos dados encontrados no ano de 2013, aos analisados agora em 2017, podemos constatar que a variância de idade ora verificadas se deu devido a entrada de novos assentados nessa região, o que fez com que se ingressasse nos lotes pessoas mais jovens, dando assim um novo aspecto ao assentamento. O Gráfico 3, representa a idade dos assentados do PA Nova Amazônia:

GRÁFICO 03 – Faixa Etária dos Assentados do Pa Nova Amazônia



Fonte: Informações do Questionário Aplicado

2.2 ESCOLARIDADE DOS MORADORES

Em relação a escolaridade dos assentados, observou-se que com o advento da Escola Agrotécnica (EAGRO/UFRR), e das escolas estaduais e municipais que atendem o assentamento e das parcerias realizadas entre diversos setores da sociedade com afimco de proporciona uma qualificação de estudo aos moradores daquela região temos hoje no PA Nova Amazônia assentados com qualificação de Cursos Técnicos, Ensino Médio, Fundamental, Graduação e Pós-Graduação a nível de Especialização.

Na figura 10, temos a Escola Estadual Albino Tavares que está localizada nas dependências da EAGRO/UFRR.

FIGURA 10: Escola Estadual Albino Tavares



Fonte: Arquivo Pessoal

Da mesma forma encontramos também muitos assentados que são detentores de níveis de escolaridade incompletos como sendo o Ensino Fundamental em sua maior proporção, seguido do médio. Notou-se alguns casos isolados de assentados sem grau de escolaridade que nunca realizaram algum tipo de estudo.

As informações coletadas mostram esse avanço considerável na questão educacional dos assentados devidos aos aspectos legais da educação no campo, o que fez com que muitos filhos de assentados tivessem a oportunidade de realizar uma graduação trazidas por estas políticas públicas.

FIGURA 11 – EAGRO/UFRR-2007



Fonte: Roberto Carlos Caleffi

Como forma de capacitar as associações rurais e cooperativas do Estado de Roraima a Universidade Federal de Roraima (UFRR), por meio do Curso de Administração no ano de 2005, criou o Curso MBA em Gestão de Cooperativas. Oportunidade na qual muitos assentados representantes das associações realizaram sua

especialização acadêmica na qual hoje colocam em prática nas associações do assentamento.

Outro ponto positivo para o avanço da educação no assentamento e na formação de técnicos especializados para a área rural se dá por meio da EAGRO/UFRR, o que proporciona aos filhos dos assentados uma formação de qualidade para atuarem nos seus lotes.

Os pais sempre estão incentivando seus filhos para estarem continuamente estudando, reflexo desse papel e o aumento dos filhos dos assentados inseridos nos cursos de graduação a UFRR no Campus Cauamé ao qual dispõe de seus cursos voltados para as questões rurais, bem como outros cursos do Campus Paricarana.

FIGURA 12- Antiga Escola Municipal José Davi



FIGURA 13- Rede de Internet na Escola Municipal José Davi



Fonte: Arquivo Pessoal

Os filhos dos assentados contam ainda com a Escola Municipal José Davi de Educação Básica fornecida por meio da Prefeitura de Boa Vista. A escola dispõe de uma boa estrutura física em relação ao seu prédio anterior como visto na figura 09, que em muitos casos as crianças chegavam a ter suas aulas ao céu aberto.

Conforme Rosa “ *quando era na escola anterior nossos filhos chegaram a estudar debaixo de uma árvore, era muito ruim. Com a nova escola melhorou a nossa vida aqui em relação ao estudo para os nossos filhos*”.

Na escola Municipal ocorrem diversos eventos voltados para a ampliação e discussões sobre assuntos pertinentes ao assentamento, de tal forma que tive a sorte de participar por dois dias de um evento onde foi discutido uma série de temas dos quais estavam presentes a educação do campo, reforma agrária, transporte escolar rural, titularização de terras entre outros temas. Na “*Oficina de Políticas Agrícolas, Agrárias, Indígenas e Educação do Campo no Contexto das Reformas de*

Estado”, realizada pelo Sindicato dos Professores da Universidade Federal (SESDUF), em parceria com outras organizações. Ocorreu o encontro com as lideranças dos polos e moradores em geral conforme a figura 14.

FIGURA 14- Oficina de Políticas Agrícolas, Agrárias, Indígenas e Educação do Campo no Contexto das Reformas de Estado.



Fonte: Arquivo Pessoal

No encontro realizado com os moradores ambos discutiram a real situação de vida que eles passam todos os dias nos seus lotes em específico nessa oficina os assentados de forma unânime colocaram como ponto de partida a situação da educação no campo em período chuvoso, da dificuldade do ônibus escolar de pegar as crianças para as aulas na escola, da situação da titulação definitiva dos lotes, da falta de um posto de saúde, de espaços de lazer é da EAGRO/UFRR, não disponibiliza o ônibus escolar para pega os filhos dos assentados que estudam na EAGRO/UFRR.

Os moradores do assentamento reclamam da Escola Agrotécnica no sentido de que a escola apenas oferta o transporte escolar para os alunos que residem na capital do Município de Boa Vista-RR, na qual o ônibus tem sua saída do parlatório, uma espécie de praça na Universidade Federal de Roraima em direção ao Campus Murupú. Fazendo essa rota no período da manhã e tarde.

Nesse contexto expõe seu Cravo:

A escola foi pensada para atender os nossos filhos que morram aqui, quando o Incra deu essa área a UFRR, eles falaram agora os filhos de vocês terão uma educação de qualidade aqui mesmo no PA., porém o que vemos hoje por parte da UFRR, é uma separação entre alunos da cidade e os nossos filhos que morram aqui é que lutam por uma vaga em uma seleção, que após um bom tempo brigando concederam uma seleção para a gente.

Conforme a fala de Cravo os moradores do assentamento Pa Nova Amazônia vinham na EAGRO/UFRR, a oportunidade de vida para que seus filhos fossem educados no próprio assentamento com uma educação de nível médio profissionalizante de excelência.

Contudo a EAGRO/UFRR, até o ano de 2014, apenas realizava uma seleção de forma geral, ou seja, os filhos dos assentados concorriam igualmente com os demais candidatos oriundos da capital de Boa Vista.

No ano de 2015, após várias reuniões com os assentados e diversas instituições públicas foi possível ter uma seleção mais inclusiva ao ponto de que fossem destinadas vagas específicas para os alunos residentes da área rural do município de Boa Vista, assim a EAGRO aprova uma destinação de 30 vagas para a seleção de 2016.

A EAGRO/UFRR, aprova seu edital N° 001/2015, com a destinação de 30 vagas para o ingresso em 2016, destinando especificamente para alunos residente em área rural. O que proporcionou aos filhos dos assentados uma maior oportunidade de conquista por uma vaga na instituição.

A luta por melhorias na Educação no Campo no assentamento Pa Nova Amazônia é constantemente realizada por meio das associações e seus moradores, a próxima conquista que os assentados reivindicam é o acesso ao transporte escolar para os seus filhos irem à EAGRO/UFRR, como é realizado aos alunos moradores da capital de Boa Vista.

FIGURA 15- Ônibus escolar da EAGRO/UFRR



Fonte: Arquivo Pessoal

2.3 MERCADO DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA

Com relação ao mercado de trabalho encontrado no Assentamento PA Nova Amazônia, estão ligados ao uso da terra, bem como do comércio local existente na região.

Atualmente no Pa Nova Amazônia já existe uma vida própria, praticada pelo seu morador e moradora que não necessita se deslocar com tanta frequência a Boa Vista.

Com sua proximidade com a capital de Boa Vista-RR, é com uma boa estrada para sua trafegabilidade no verão temos no PA, um comércio ativo, com quase todas

as demandas de necessidade dos assentados entregues pelo comércio local da região.

As famílias contam no PA, com a maioria dos serviços ofertados na capital tais como: Panificadora, Salão de Beleza, Supermercado, Bares, Oficina para bicicletas, motos e carros, Borracharia, Sorveteria entre outros serviços.

O trabalho autônomo está presente no assentamento com os seguintes tipos de serviços encontrados como encomenda de bolos, decoração para festa, costureiras em geral, eletricitas, pedreiros, encanadores, maquinistas e outros.

No período de plantação mais intensa as famílias realizam a contratação de mão de obra interna do próprio assentamento para ajudar no plantio, em sua maioria são os mais novos que trabalham mais diretamente no trato com a terra, realizando a campina, a limpeza em geral das áreas onde serão realizados os cultivos. Por sua vez os mais velhos ficam mais com as ações de plantio, escolha de sementes e adubos.

A forma de remuneração dos trabalhadores no assentamento ocorre de duas maneiras sendo a primeira aquela onde é realizada a contratação do serviço por meio de pagamento em espécie (dinheiro), a outra é realizada por meio coletivo de ajudar onde os vizinhos se unem e plantam juntos é na época da colheita ambos dividem o apurado na plantação, bem como existe a troca voluntária do trabalho que consiste na ajuda mútua um com o outro agricultor familiar ou seja, um ajuda o outro no seu plantio em seu lote.

Desta forma observa-se que os assentados do Pa Nova Amazônia trabalham em união um com outro, gerando assim uma reciprocidade entre ambos moradores.

Com a crise política e econômica existente no País da Venezuela vizinho do Brasil fez com que houvesse um grande processo imigratório para o município de Boa Vista, tendo em vista que o assentamento fica as margens da BR-174, fez com que muitas famílias venezuelanas fossem chegando ao local em prol de ajudar humanitária para morarem é poder trabalharem visto que em seu país de origem a situação não estava mais favorável para se viver.

Com entrada dos estrangeiros no assentamento fez com que muitas famílias brasileiras concedesse moradia aos mesmos desde de que trabalhem com eles na produção diária do lote. Outro aspecto relatado pelos assentados por meio do questionário aplicado é que a agora eles contratam alguns serviços mais baratos

realizados pelos venezuelanos nos seus lotes tais como a campina, limpeza de canteiro para plantio, entre outros serviços realizados pelos estrangeiros.

Algumas famílias fazem o uso de máquinas como tratores para arada a terra e semear as sementes no período de plantio. Contudo existem famílias no PA, que trabalham unicamente com o processo de plantio manual, dispensando assim o uso de máquinas. Os tratores utilizados pelos assentados são de uso coletivo das associações que realizam os agendamentos aos seus associados para trabalho nos lotes dos assentados. São máquinas concedidas pelo Governo do Estado de Roraima e pela Prefeitura de Boa Vista.

Muitos dos moradores do PA, são empregados na capital de Boa Vista-RR, fato pela sua proximidade a poucos minutos das empresas, e pela própria falta de emprego no assentamento. O que faz com que ocorra uma migração dos mais jovens para o mercado de trabalho na capital.

Os assentados do PA, para conter gastos com os filhos que trabalham ou estudam na capital compraram casas na capital aos quais servem de morada para seus familiares quando estão em Boa Vista resolvendo pendências.

Na Capital os principais postos de trabalho onde estão os moradores do PA Nova Amazônia são para os cargos de vendedores, caixa de supermercado, atendentes, secretária, frentistas, dentre outros.

Destaca-se que existem assentados servidores públicos empregados nas três esferas de governo, assumindo vários cargos no Estado de Roraima. Esses por sua vez assumiram seus empregos pós assentados.

Os homens no assentamento têm mais possibilidades de emprego que as mulheres, visto que eles podem atuar como ajudantes na lavoura, plantadores, criadores, pedreiros, ajudantes de pedreiro, entre outros serviços braçais.

Violeta diz que:

No PA, a maioria dos empregos está mais voltado para os homens, visto que eles têm muitas opções de terem contratos para trabalhar aqui como pedreiro, eletricista, ajudante no plantio, campinando, motorista, muitas formas, já a gente mulheres muito pouca opção ou trabalhamos plantando e vendendo na feira a produção, ou fazemos serviços em casa como costura, encomenda de bolos, crochê.

Os empregos gerados nas associações dos cinco polos do assentamento têm uma representatividade feminina a frente da presidência das associações. Outro

destaque que põe as mulheres em linha de frente de trabalho trata-se do plantio em coletividade realizada nas áreas de uso comum distribuídas nos cinco polos.

As áreas de uso comum estão dispostas nos cinco polos do assentamento sendo de uso dos associados de cada associação, nas respectivas áreas são plantados produtos em larga escala a exemplo do ano de 2015, em que foi realizada a plantação de feijão-caupi.

FIGURA 16- Colheita do Feijão- Caupi no PA Nova Amazônia



Fonte: G1 Roraima

A escolha do que vai ser plantado na área de uso comum é realizada em reunião com seus associados, neste ano de 2017, está sendo realizado o plantio do milho. Todos os gastos realizados na área de plantação coletiva são calculados e divididos em igual valor entre os agricultores que desejam está realizando o plantio coletivamente. Da mesma forma quando ocorre a colheita toda a receita obtida com a venda do plantio é dividida entre todos os que plantaram naquele período.

Nas áreas coletivas do assentamento temos uma representação marcante da mulher enquanto gestora na função de presidente das associações é agricultoras

com maior número de mulheres plantando que mesmo homens nas áreas coletivas, o que mostra a força da mulher do campo nas relações de trabalho nos dias atuais.

Nesse sentido as formas de empregos encontradas no PA, tem uma grande ligação com o uso dos lotes por meio da plantação e colheita dos produtos realizados em família ou por terceiros contratados no próprio assentamento gerando a circulação de capital na localidade.

Contudo o PA, não chega a absolver as expectativas de trabalho dos mais jovens o que faz com que eles se qualifiquem e busquem sua empregabilidade na capital de Boa Vista, com mais opções de postos de trabalhos aos mesmos.

Conforme Lírio:

A gente mais jovem tem dificuldade de trabalhar aqui no assentamento, pois a maioria do trabalho é mais voltada a roça tipo plantar, colher, criar. Estamos se formando em um curso técnico na EAGRO/UFRR, mais aqui no PA, os governos não dão assistência técnica para a gente nos lotes, podendo abrir seleção para a gente trabalhar aqui mesmo já que conhecemos a necessidade da nossa gente.

Na fala de Lírio (2017), fica claro que os jovens têm uma preocupação em poder está nos lotes ajudando os seus pais e demais moradores quando preciso com os conhecimentos conquistado em seus cursos técnicos ofertados pela EAGRO/UFRR. Contudo gostariam de exercer a profissão no próprio assentamento, porém sem oportunidades acabam migrando para a capital.

Segundo Crisântemo (2017), *“queremos ficar aqui no assentamento trabalhando mais não vejo ainda como trabalhamos aqui, daí vamos a Boa Vista pela falta de oportunidades dadas pela Prefeitura e Governo”*.

Desta forma observa-se um querer dos mais jovens em aplicar seu trabalho em seu próprio local de moradia, visto sua experiência nata adquirida por seus pais assentados ao passo do conhecimento conquistado em seus cursos técnicos.

Assim o Assentamento PA Nova Amazônia no que tange ao seu aspecto de empregabilidade tem poucas oportunidades de emprego para atender ao crescente número de jovens que estão em processo de formação técnica.

Por outro lado, os assentados mais antigos que trabalham exclusivamente com a produção familiar em sua terra relatam de acordo com Saramago *“ aqui a gente é quem faz o nosso trabalho, a gente trabalhar na hora que quer, a gente faz*

nosso horário, temos mais qualidade de vida eu não troco isso por nada". Ou seja, para eles o tempo e o emprego são bens administrados.

As questões ligadas a empregabilidade em um aspecto formal com registro na carteira de trabalho na qual garante ao empregado o acesso a todos os seus direitos constitucionais conforme previsto nas legislações vigentes trabalhistas, no assentamento estão dispostos em menor grau visto que são poucos os postos de trabalhos.

A maior parte dos empregos gerados no PA, são provenientes do trabalho realizado nos lotes com a produção de legumes, verduras, hortaliças e criação de animais de pequeno e grande porte. Nesses casos a contratação do serviço é realizada por meio de diárias, ou seja, não gera vínculo empregatício com quem realiza a contratação.

Nesse sentido boa parte dos assentados empregados são trabalhadores que estão no mercado local da capital de Boa Vista, assumindo cargos no setor privado tais como serviços gerais, caixa de supermercado, atendimento em geral, assistente administrativo, merendeira, copeira entre outras funções. Nos setores públicos municipal, estadual ou federal encontram-se moradores do assentamento nos cargos de direção de escolas, professores, assistentes de alunos, técnicas em enfermagem e outros cargos. Contudo os trabalhos autônomos e familiares são crescentes nesta localidade. Gerando assim riquezas aos moradores.

Desta forma uma das coisas que mais me chamou atenção no assentando durante a pesquisa de campo foi que não notei a presença de trabalho infantil nesta localidade, tendo em vista que em outros assentamentos da reforma agrária existente no Brasil o trabalho infantil é notório como uma forma de exploração do trabalho diante da situação socioeconômica das famílias.

Nos lotes as crianças e os jovens tinham seus direitos garantidos tendo seu horário de estudo, tempo de brincar e ajudar nas atividades do lote. Contudo com os venezuelanos que hoje estão vivendo no assentamento com famílias brasileiras se percebeu que boa parte dos assentados estão fazendo uso desta mão de obra mais barata vinda do exterior.

CAPÍTULO 3 PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA

Neste terceiro capítulo abordaremos as questões pertinentes ao modelo de produção existente no Pa Nova Amazônia, traremos ao nosso leitor os aspectos relacionados a produção local desse assentamento que faz parte da zona rural do município de Boa Vista.

Para tanto faremos uma breve reflexão sobre a reforma agrária e agricultura familiar dois pontos marcante da produção existente no assentamento em questão bem como em outros espalhados pelo País.

Refletiremos o papel da produção do assentamento para abastecimento da capital de Boa Vista com alimentos de qualidades e livre de agrotóxicos com um preço acessível a mesa do trabalhador.

3.1 REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

As questões que envolvem o mundo da reforma agrária brasileira no século XXI, norteiam vários aspectos enraizados desde décadas passadas a começar com o ano de 1950, quando iniciou no país as discussões sobre a questão agrária no campo acadêmico e político ambas sendo trabalhadas em um contexto mais econômico e social.

Passados cinco anos de debates sobre a questão agrária em 1955, o assunto ganha força advinda das ligas camponesas oriundas do Nordeste brasileiro é tão logo se espalhou pelo país legitimando por parte do governo que fosse realizada a reforma agrária pela primeira vez.

No ano de 1960, com a recessão gerada politicamente e economicamente com o combate a inflamação gerada pela instabilidade política do governo populista e conseqüentemente do regime militar fez com que o debate sobre a reforma agrária ficasse instabilizada durante esse período sem atenção a distribuição de terras aos que dela necessitavam (FRITZ e BUTZKE, 2017).

A reforma agrária volta a ser palco de novas discussões no ano de 1980, quando finda o regime militar, dando início ao processo de industrialização e modernização da agricultura brasileira.

Portanto o debate da reforma agrária ganhou destaque no Plano Nacional de Reforma Agrária do Presidente da República Tancredo Neves. Nesse governo a reforma agrária ganha um papel de destaque junto a população brasileira, porém não eficaz ao ponto de se concretizar uma real reforma agrária.

Neste embalo, a retomada da reforma agrária, como programa estratégico para modificar a estrutura fundiária do país, amenizar a pobreza e facilitar o desenvolvimento econômico da agricultura, foi fortemente defendida pelo PT, na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 e novamente em 2002 (FRITZ e BUTZKE, p.4 2017).

De acordo com o Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores - PT do ano de 1989, traz em sua estrutura que “a reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática”. Ou seja, visava antes de mais nada romper com o monopólio da terra garantindo o desenvolvimento para a agricultura e economia brasileira.

O Plano do ano de 2002, trouxe o seguinte legado relacionado a questão agrária:

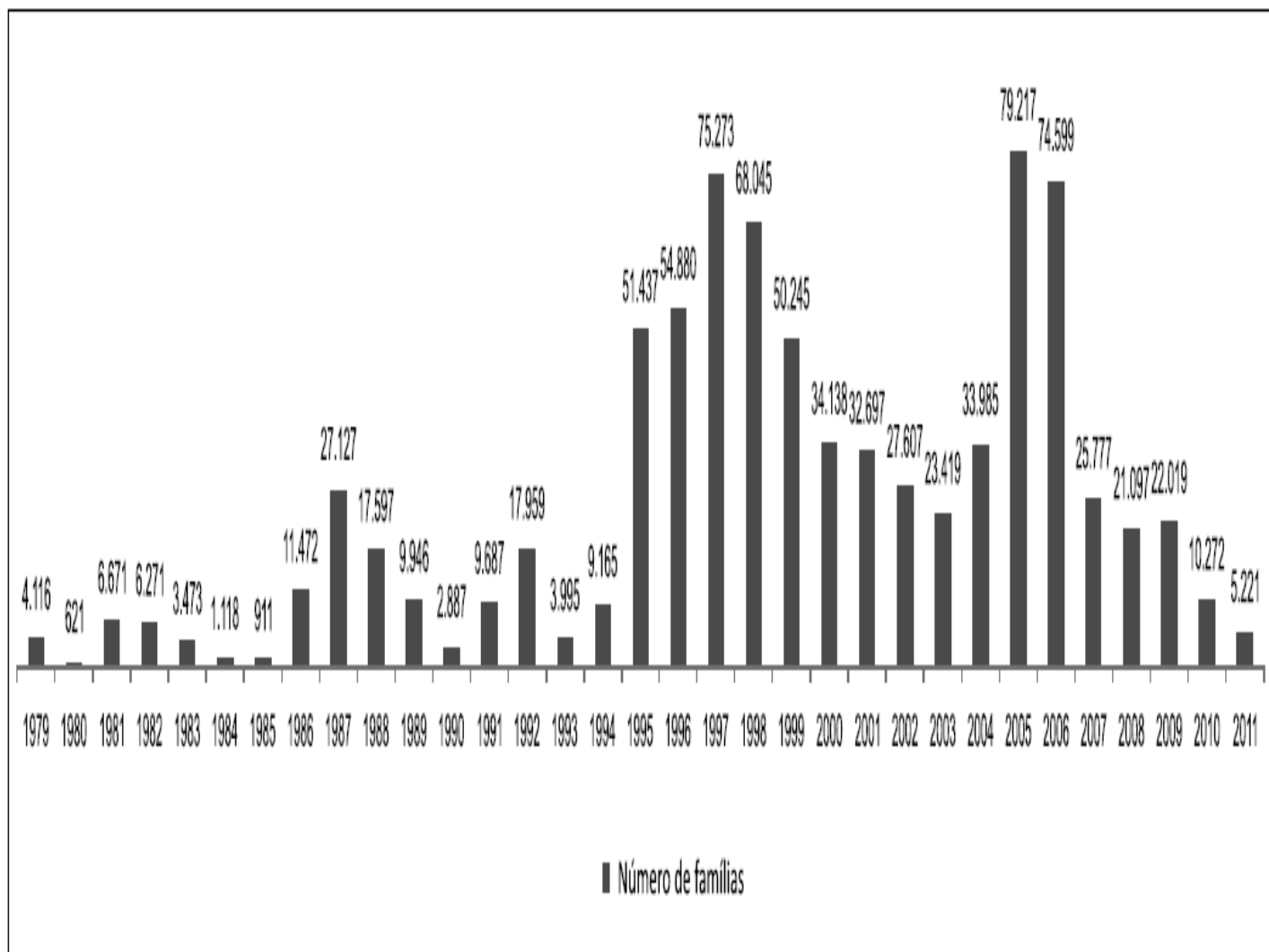
O ponto de partida será a realização de um programa efetivo de reforma agrária, contextualizado ao programa econômico sob o controle do Estado, via instrumento de desapropriação, complementado pelos demais instrumentos convencionais, incluindo política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos (PROGRAMA DE GOVERNO 2002 COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, p.18, 2002).

Diante das informações apresentadas a respeito da questão agrária no Brasil desde os anos de 1950 ao ano de 2002, com a presença do discurso trazido pelo Partido dos Trabalhadores – PT, assim representado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, verifica-se que durante seu mandato político que foi algo esperado pela classe trabalhadora, sindicatos e pela classe social mais desprovida de renda não se teve uma ação positiva com relação a reforma agrária, mais sim houve uma política imediatista, porém importante de combate à pobreza com o programa Bolsa Família. No qual o respectivo programa estava destinado para a distribuição de renda para as famílias de baixa renda tanto na cidade quanto no campo visando atenuar a miséria existente no país (FRITZ e BUTZKE, p.4 2017).

Segundo Fritz e Butzke (2017), afirma que o “segundo programa agrário do PT se volta para o combate à pobreza e o desenvolvimento capitalista do campo principalmente, acompanhado de um programa básico de políticas públicas”

contando com uma estruturação de assentamentos consolidados e com a desapropriação de novas áreas em menor intensidade.

GRÁFICO 04 – Número de Famílias Assentadas no Período De 1979-2011



Fonte: Dataluta (NERA), 2013

Conforme os dados apresentados no gráfico 04, observa-se que os anos com mais famílias assentadas no campo foi no período de (1986-1989), tempo do Governo José Sarney que teve o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Já de (1990-1992), no governo de Collor de Melo ocorreu uma inflexão no ritmo de assentamentos de trabalhadores rurais embora no ano de 1992, exiba números altos (BARRONE e FERRANTE, p. 28, 2017).

Para os autores os números continuam elevados no Governo provisório de Itamar Franco (1993-1994), no qual é criada a Lei Complementar que trata do rito sumário para a desapropriação de terras (1993), “legislação inferior que orienta os procedimentos do Executivo no processo de desapropriação para fins de reforma agrária e dá uma formatação legal mais definitiva à ação do Estado”.

Outro momento de crescimento no assentamento de famílias teve início no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002):

O movimento ascendente no número de sem-terras assentados cresce desde 1995 e atinge o clímax no ano de 1997, a partir de quando observa-se um descenso constante até o primeiro ano do período Lula (2003). A intensa mobilização dos trabalhadores rurais marca o período, assim como a pressão internacional advinda do impacto das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás (ambas no Estado do Pará). Em resposta às pressões, mesmo que em meio à oposição de parcela dos movimentos de luta pela terra (principalmente o MST), o governo federal assenta cerca de 400 mil famílias no período (BARRONE e FERRANTE, p.28, 2017).

Conforme os autores são assentados quase 300 mil famílias no Governo de Lula (2003-2010), de acordo com os dados extraídos do Dataluta. Gerando assim o terceiro ciclo desse boom de famílias assentadas.

Sendo que no ano de 2003, são assentados 23 mil, (2004-2006), o governo assenta um grande número de assentados, com destaque a 2005, que teve 79 mil assentados e 2006, com 74 mil, corresponde ao primeiro mandato de Lula. No governo Dilma não se teve uma quantidade expressiva de assentados não passando de menos 10 mil famílias por ano (BARRONE e FERRANTE, p.28, 2017).

Dados do Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente aos anos de 1985 e 2006, relatam que o problema da estrutura fundiária do Brasil está afincado desde o período da colonização. De tal forma que até os dias atuais não temos uma distribuição de terras igualitárias no país.

Os resultados do censo revelam que terras com mais de 1000 hectares representam um total de 43% das quais são destinadas ao setor da agropecuária, enquanto áreas com menos de 10 hectares correspondem a 2,7% do total de área produtiva do país.

O índice Gini¹¹ dos anos de 1985 e 2006 para a população rural foi de 0,857 e 0,854, os dados só comprovam que o Brasil continua sendo o país mais desigual do mundo quando se faz referência a sua estrutura agrária com uma burguesia concentradora de terras em suas mãos gerando assim uma hegemonia de grupos de grandes latifundiários que impedem uma política de democratização da terra (FRITZ e BUTZKE, p.2 2017).

Segundo o professor José Graziano da Silva

O agro Latino-americano mudou muito desde os anos 50 quando começaram esses processos na região. Hoje, o setor agropecuário se encontra fortemente globalizado e em muitos casos a terra é cada vez mais produtiva. Todavia, a persistência do latifúndio improdutivo em algumas áreas e a excessiva concentração da riqueza em todo o continente fazem com que a América Latina continue a ser a região mais desigual de todo o planeta, particularmente no acesso aos bens naturais? Especialmente terra e água, vitais para a sobrevivência dos pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais (SILVA, 2010, p.1).

Neste contexto observa-se que a atuação do grande latifúndio cada vez mais está direcionada ao setor agropecuário, do agronegócio com plantações em largas escala com a produção da soja, milho, algodão, cana de açúcar, feijão, trigo, arroz com avançadíssimos recursos tecnológicos.

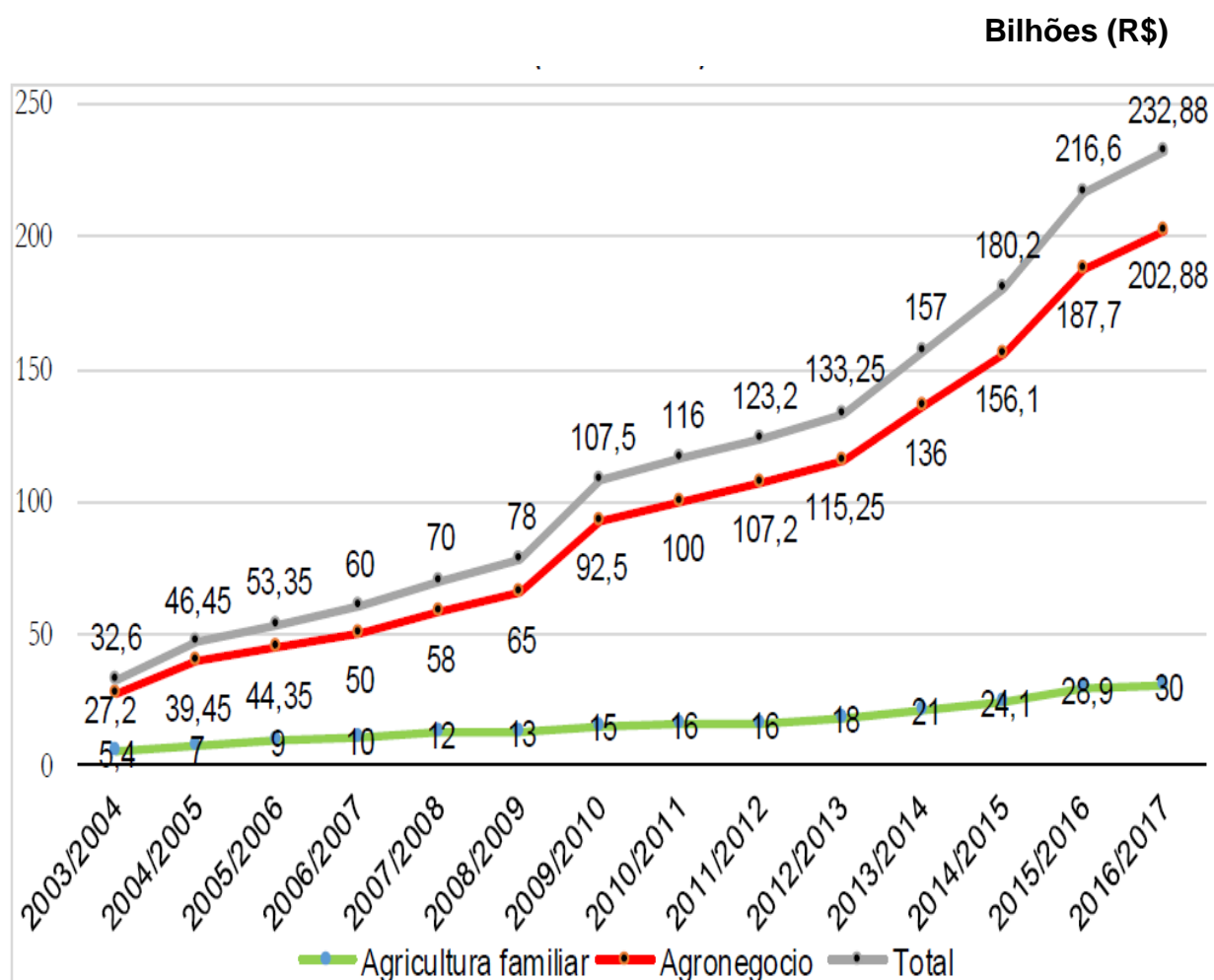
É o mesmo traz em seu bojo uma solução de emprego para as populações do campo e da cidade se passando como um remédio para o desenvolvimento do país e para o desemprego.

No entanto se apropriam de uma mão de obra barata dessas populações que por não terem condições financeiras para adquirir um pedaço de terra para sua moradia e plantação ficam refém desses grandes grupos empresariais detentores de imensos espaços de terras pelo país.

O Gráfico 05, traz a evolução dos recursos para o crédito agropecuário nos Governos Lula e Dilma.

¹¹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda.

GRÁFICO 05- Evolução dos Recursos para o Crédito Agropecuário nos Governos Lula e Dilma.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2003-2016); Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004-2016) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2016.

Com base nos dados apresentados no gráfico 05, fica notório a presença do financiamento ao agronegócio por parte do Estado nos Governos de Lula e Dilma, se inclinando para o campesinato que somente foi ouvido com muita pressão social como se fosse uma reforma agrária ao realizar a distribuição de terras em lugares

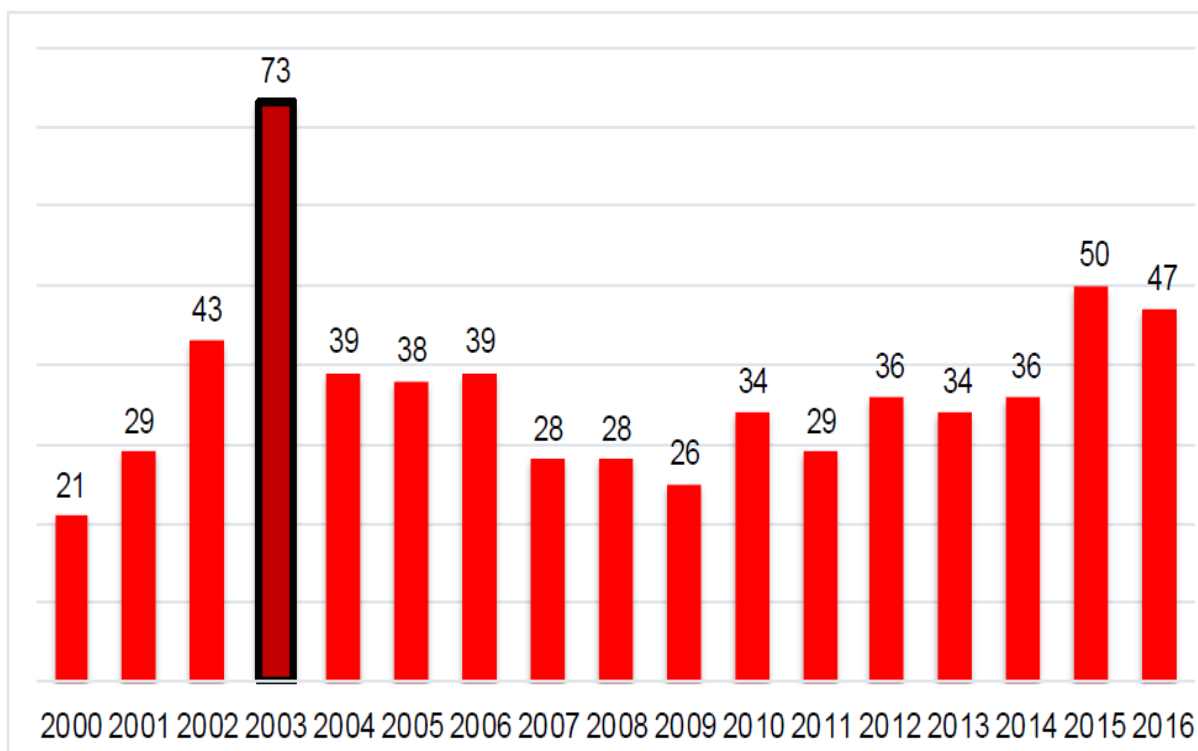
distantes, de forma dispersa e de oferecer escasso apoio aos assentamentos, ou facilitar em pressão aos movimentos sociais (COSME, p. 7-8, 2016).

Outro aspecto preocupante na luta por uma reforma agrária no Brasil vem de encontro com a violência crescente e corriqueira ocorrida no campo brasileiro como bem explicar Ariovaldo Oliveira (2007, p.153):

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa à economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra -CPT até ao ano de 2006, já se tinha contabilizados 629 assassinatos no campo brasileiro de líderes de movimentos e organizações sociais do campo (COSME, p.8, 2016). O gráfico 02, traz os assassinatos no campo brasileiro. O gráfico 06, traz os assassinatos no campo brasileiro do ano 2000 a 2016.

GRÁFICO 06 – Assassinatos no campo brasileiro



Fonte: CPT (2000-2016). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2016.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra - CPT em seu relatório denominado massacres no campo que comina dados do ano de 1985 a 2017, confirma que nos últimos 32 anos de luta pela terra no Brasil foi registrado 42 massacres que vitimaram 220 pessoas nos estados do Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT reconhece como “massacre” casos em que em um número igual ou maior de três pessoas foram mortas na ocasião no conflito pela conquista da terra. O Mapa 03, traz os estados em que ocorreram os 42 massacres que levou a morte de 220 pessoas.

MAPA 03- Massacre no Campo Brasileiro



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT- CEDOC Dom Tomás Balduino / CPT (2017).

Diante das informações apresentadas a respeito da questão agrária no Brasil percebe-se que desde o início das lutas pelas terras gerenciadas pelos camponeses que logo em seguida se consolidam em sindicatos e associações militantes pela causa dos sem-terra. O Brasil não teve uma preocupação em realizar uma verdadeira reforma agrária completa de forma unânime realizando a distribuição de terras entre aqueles que realmente detém o direito à terra.

Para tanto o país durante todos esses anos esteve atrelado aos grandes grupos capitalistas ligados ao setor da agropecuária e industrialização de alimentos, estes sim sempre tiveram por parte do Estado grande rios de investimentos disponibilizados a todo instante para realização da chamada modernidade no campo,

atrelada a grande investimento na área tecnológica com fim específico de ganho de capital em cima da classe trabalhadora.

No entanto para os grandes latifundiários desse país o próprio Estado faz a concessão de terras para eles através do chamado agronegócio gerador de empregos e de riqueza na balança comercial, essa é a parte bonita em que centralizam o foco nele, porém por de traz desta maquiagem se tem uma produção em monocultura com destaque a soja, milho, trigo, cana de açúcar tido como os principais plantados. Destaca-se aqui o setor agropecuário colocando o Brasil como segundo maior exportador de carne para o exterior.

Não revelam que tais produtos oriundos do agronegócio são detentores de altíssimas taxas de agrotóxicos¹² utilizados durante a plantação e manutenção dessas monoculturas até a sua colheita. Fazendo do Brasil um dos países que mais faz uso de defensivos agrícolas no mundo. Das imensas áreas de floresta que são debruadas nos estados da Amazônia para dar lugar a pastagem para atender ao setor agropecuário e mananciais que são afetados com uso dos produtos químicos utilizados nas plantações e irrigações.

Outro aspecto que merece destaque trata-se dos trabalhadores rurais que diariamente estão em contato com essa imensa quantidade de veneno inserido nas plantações de monocultura com destaque a cana de açúcar no estado de Pernambuco maior produtor. Gerando sérios problemas de saúde respiratório devido a inalação de fortes substâncias.

A reforma agrária é o grande sonho dos brasileiros que dela necessitam para ter um pedaço de terra para sua moradia e formação de sua família no campo brasileiro com dignidade respeitado todos os seus direitos constitucionais.

É notório que com uma justa distribuição de terras por meio da reforma agrária teremos uma expansão da agricultura familiar responsável por quase 80% da produção de alimentos de forma saudável e barata para o trabalhador do campo e da cidade.

Tendo o brasileiro o acesso à terra com uma política voltada para o assentado com apoio de uma formação qualificada e linhas de créditos para sua

¹² O Brasil é o único país do mundo que adotou um termo novo para designar as substâncias utilizadas na proteção de plantas: agrotóxico. O termo, em si, já cria, na sociedade, uma certa aversão, além do razoável, a estes produtos. Nos outros países são chamados de agroquímicos, protetores de plantas, pesticidas, praguicidas etc. No Mercosul tenta-se padronizar o termo produto fitossanitário. Finalmente, foi aprovado, recentemente, no Congresso Nacional a eliminação do termo agrotóxico da legislação brasileira. Disponível em <http://sindiveg.org.br/consumo-de-produtos-fitossanitarios-no-brasil/>

implementação na sua terra teremos baixos índices de abandono de lotes deixados pelas pessoas assentadas pelo Incra que somente largam os mesmos em um espaço de terra sem as mínimas condições necessárias de infraestrutura como água, luz, saúde, educação, estradas dentre outros fatores.

Umas das soluções para a erradicação da miséria existente neste país encontra-se na possibilidade de assentar as famílias no campo respeitando seus direitos fundamentais. Pois estando uma família no campo a mesma com uma política de governo voltada para o campo terá a sua própria produção de alimentos de forma continuar ou seja, terá o seu próprio sustento vindo da terra.

Na atual situação do nosso país não temos muitas esperanças em relação a mudanças voltadas para a atenção de que se tenhamos um olhar voltado para a questão agrária que venha atender os anseios da sociedade brasileira.

Tendo em vista que a esperança que estava alicerçada na mudança que poderia ter ocorrido com a eleição do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, foi frustrante uma vez que não aplicou suas propostas estabelecidas em seu plano de governo apoiando projetos do grande capital no campo o grande exemplo disso pode ser visto em Mato Grosso do Sul, mas especificamente em Dourados onde o agronegócio da cana, para produção de álcool é um dos maiores do país, tendo como consequência a expulsão das populações indignas para a beira das estradas.

Contudo os sindicatos rurais continuam diariamente lutando pela conquista da terra frente aos grandes latifúndios improdutivos existentes nesse país que somam imensas áreas apoderadas nas mãos de grandes grupos capitalistas.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR DO SÉCULO XXI

Neste segundo tópico abordaremos a agricultura familiar que se conecta com a questão da reforma agrária tendo em vista que para uma expansão da agricultura familiar no campo brasileiro temos que ofertar terras para aqueles que não tem recursos disponíveis para comprar, conforme dispositivo constitucional.

Assim, a reforma agrária assume sua importância em contribuir para que se tenha mais famílias assentadas pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal gerando assim a inclusão dessas famílias no campo, retirando-as das margens da pobreza manifestada nos grandes centros urbanos espalhados pelo país.

Segundo Silva e Mendes (2010), definem que a agricultura familiar é um segmento em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção, de tal forma que assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Ou seja, os agricultores familiares possuem uma “identidade territorial formada em bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas constituída, a partir das relações estabelecidas com território e com cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes”.

As discussões acerca da agricultura familiar tiveram maior enfoque, somente, no decorrer da década de 1990, esse fato é atribuído a uma série de fatores, entre eles destacam-se: os problemas relacionados à grande concentração fundiária, à diversidade de situações apresentadas pelas regiões brasileiras, ao modelo de organização sociopolítico e econômico, reforçados por segmentos governamentais comprometidos com os interesses dos grandes proprietários e com os interesses internacionais e o fortalecimento do movimento dos trabalhadores que lutam pelo direito de reconquistar a terra (SILVA e MENDES, 2010, p.2)

Nesse contexto Schneider (2006) afirma que a expressão agricultura familiar no Brasil ganhou força na década de 1990, advindo de dois eventos significativos ocorridos na região Centro-Sul que gerou um impacto social e político no meio rural. Sendo o primeiro deles na esfera política com a adoção de uma nova categoria de síntese para a expressão “agricultura familiar” por parte dos movimentos sociais do campo dirigida pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O segundo esteve relacionado ao cenário social e político brasileiro da afirmação da agricultura familiar por parte do Estado que no ano de 1996, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf, teve sua criação após muita luta do sindicalismo rural brasileiro desde o ano de 1990, sua função primordial é “promover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de produtores rurais que vinha sendo alijados das políticas públicas ao longo da década 1980, e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade”.

Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por

exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2006, p.1)

De acordo com Schneider (2006), pode ser falar em um terceiro momento definido por ele como sendo à reorientação dos debates acadêmicos a respeito dessa nova ruralidade brasileira. Para o autor o ano de 1990, assistiu a “uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores”.

Passados 27 anos do terceiro momento definido por Schneider (2006), ainda temos poucas instituições de ensino público ou privado interessadas em gerar conhecimento para a agricultura familiar bem como para abrir diálogos sobre a questão agrária, reflexo dessa realidade são os poucos cursos de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado no Brasil voltados a essa temática. Sua maioria está desenvolvendo ciência e tecnologia para atender o agronegócio com capital público ou privado.

Conforme Abramovay (1997, p.3):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

De acordo com Abramovay (1997), ele esclarece que para que ocorra a agricultura familiar em uma propriedade rural a mesma deve se constituir do trabalho realizado pela família definido por ele como “*laços de sangue*”. Ou seja, a produção realizada nessa propriedade terá características intrínsecas tais como a plantação de múltiplos cultivares, não uso de agrotóxicos, produção destinada para a subsistência da família e o remanescente destinado a venda.

A escolha da agricultura familiar está relacionada com multifuncionalidade da agricultura familiar, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação

de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (CEPLAC, Relatório Técnico).

Conforme os estudos de Lamarche (1994), “Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro”. Assim suas chances de alcançar o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles.

A agricultura familiar traz para os seus agentes sociais uma memória enraizada na luta pela terra, pela origem da própria família, pelo conhecimento adquirido de gerações, pelas diversas formas de produzir e colher. Os agricultores familiares não se diferenciam-se apenas pelos poucos recursos financeiros é de sua capacidade de geração de empregos no campo “diferenciam-se também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação” (SAVOLDI e CUNHA, 2010, p.28).

De acordo com Wanderley (1996)

Conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Conforme a autora esta categoria de definição exposta é genérica, uma vez que a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e espaço grande diversidade de formas sociais. Para Lamarche (1993) “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade”.

Segundo Abramovay (1992)

A agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes, na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

Conforme o entendimento do autor perceber-se que os agricultores familiares no caso do Brasil são detentores de pequenos espaços de terras que os tomam pequenos agricultores familiares. Ou seja, esse tipo de propriedade tem uma funcionalidade diferente do agronegócio que tem em suas mãos grandes extensões de terras e tecnologias de altíssima geração a favor do agronegócio.

Segundo Lamarche (1997)

Uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Nesse contexto Carneiro (1997), define a questão da agricultura familiar como sendo uma categoria com uma grande variedade de definições de extensão, assim acredita que devesse respeitar o consenso dos pesquisadores que atuam nesta área de pesquisa destacando a agricultura familiar como sendo “ unidade de produção onde trabalho, terra e família são intimamente relacionados”.

De acordo com Savoldi e Cunha (2010) “No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar”. Segundo os autores existe um número significativo de estabelecimentos familiares que são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família.

Conforme a professora Wanderley (1966)

A agricultura camponesa vem a ser uma destas formas sociais. Trata-se, efetivamente, de uma agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família, mas a agricultura camponesa tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito à forma de produzir, aos objetivos da atividade econômica e às experiências de sociabilidade (WANDERLEY, 1996, p. 4).

Neste contexto observa-se que o termo agricultura familiar de acordo com os autores ora trabalhados nesta pesquisa fazem sua relação intrinsicamente com a

propriedade, trabalho e seu modos de produção. Ou seja, a união destes fatores com a representação da família traz a figura da agricultura familiar.

De acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006

Conforme a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Nas conformidades da Lei nº 11.326/2006, define também como agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário afirma que a “agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda”.

Segundo Barbosa (2014)

Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal - que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

No Brasil o principal apoio dado aos agricultores familiares vem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Na qual através dele os agricultores podem ter acesso a linhas de créditos de acordo com sua necessidade e seu projeto de trabalho para sua terra. “Podem ser projetos destinados para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura”. Para acessar o Pronaf, a renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil” (SEAD,2016).

Neste sentido a agricultura familiar no Brasil representa uma importante parcela dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros diariamente tendo em vista que essa produção é diferente da realizada pelo processo de monocultura

utilizada pelo agronegócio que foca sua produção em um único produto a ser comercializado.

Assim, os produtos provenientes da agricultura familiar produzem de forma natural sem o uso de produtos agrotóxicos na plantação, em contrapartida os provenientes do agronegócio para que sua colheita seja feita mais rápida possível recebe grandes quantidades de veneno.

De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, demonstrados pelo último Censo Agropecuário de 2006, apontou que 84,4% dos estabelecimentos agropecuários são pertencentes a grupos familiares. Na qual são aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo sua maioria na Região Nordeste.

A agricultura familiar é comprovadamente por meio de pesquisas e visivelmente identificável pela observação empírica, fator promotor de autossuficiência familiar, emancipação social, fonte de geração de renda, sustentabilidade, empregabilidade, empoderamento, governança, protagonismo, associativismo, entre tantos outros adjetivos e termos técnicos dela proveniente (BARBOSA, 2014, p.10).

Outro ponto de relevância na agricultura familiar diz respeito a sua forma de representação de fácil identificação sendo fortemente notável sua presença por meio das pequenas propriedades rurais na qual vivem com a família, produzindo no campo uma diversidade de produtos na qual sua produção é destinada inicialmente para atender as demandas da família e o restante para comercialização nas feiras, supermercados ou no próprio lote.

Desta forma a Reforma Agrária e Agricultura Familiar estão vinculadas uma com a outra ao ser conceder a terra para uma família em um assentamento com investimentos por parte do Estado tais como (estrada, moradia, água, assistência técnica especializada, saúde, lazer e educação) assegura-se a permanência desta família no campo garantindo a mesma o direito produzir seu próprio alimento e trabalho na sua terra.

Afastando essa família dos índices de pobreza, desemprego e habitacional. Nesse sentido a Agricultura Familiar representa um passo importante para a inclusão de famílias que estão à mercê dos grandes centros urbanos sem a mínima condição de vivência nestas cidades dando-lhe o direito a sua dignidade por meio do campo

Nesse contexto percebe-se que a atual situação da agricultura familiar no Brasil no século XXI, passar por todos os esses momentos de reconhecimento de uma política pública voltada para uma verdadeira Reforma Agrária, que venha atender as necessidades de ambas as classes sociais, garantindo seus direitos constitucionais ao direito à terra.

Enquanto não for realizada uma Reforma Agrária eficaz por parte do Estado que hoje não tem interesse algum em modificar essa real situação pois está comungado com os grandes grupos empresariais do setor do agronegócio e pecuária neste país ao fazer doações imensas de terras para implantação de monoculturas e indústrias de beneficiamentos dessa produção com um discurso de geradores de empregos e renda ao país teremos essa triste realidade vivenciada atualmente com a terra concentrada com os grandes capitalistas rurais.

Por outro lado, temos milhares de brasileiros sem teto e em situação de extrema pobreza espalhados nos grandes centros urbanos, muitos outros acampados à beira de estradas sem o mínimo de estrutura e condições humanas lutando para ter o seu direito à terra garantidos.

Apontamos até aqui uma explicação do próprio funcionamento da questão da agricultura familiar para mostrar seu funcionamento na prática no PA Nova Amazônia, onde a produção como já abordamos no segundo capítulo se baseia na metodologia da agricultura familiar tendo excelente resultados econômicos e sociais nessa região.

3.3 PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA

O Estado de Roraima é composto por 15 (quinze) municípios sendo eles Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz e Uiramutã. Entre eles destaca-se a capital Boa Vista com aproximadamente 332.020 habitantes estimados para o ano de 2017 conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE¹³.

A capital de Boa Vista está dividida em duas áreas sendo a urbana e rural. Tendo na área rural o Assentamento Pa Nova Amazônia a 35 Km de sua área

¹³ Informação extraída do site institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>

urbana. O assentamento em referência é um importante polo de produção da agricultura familiar no Estado de Roraima no qual discorresse-a ao longo deste capítulo.

A tabela 07, traz os dados referentes a população residente em Boa Vista pela situação do domicílio e sexo referentes ao último censo de 2010.

TABELA 07 – População Residente, por situação do domicílio e sexo (2010)

População residente, por situação do domicílio e sexo - 2010		
	Urbana	Rural
onte: IBGE, Censo Demogr áfico 2010	Total	277799
	Homens	136877
	Mulheres	140922
		6514
		3924
		2590

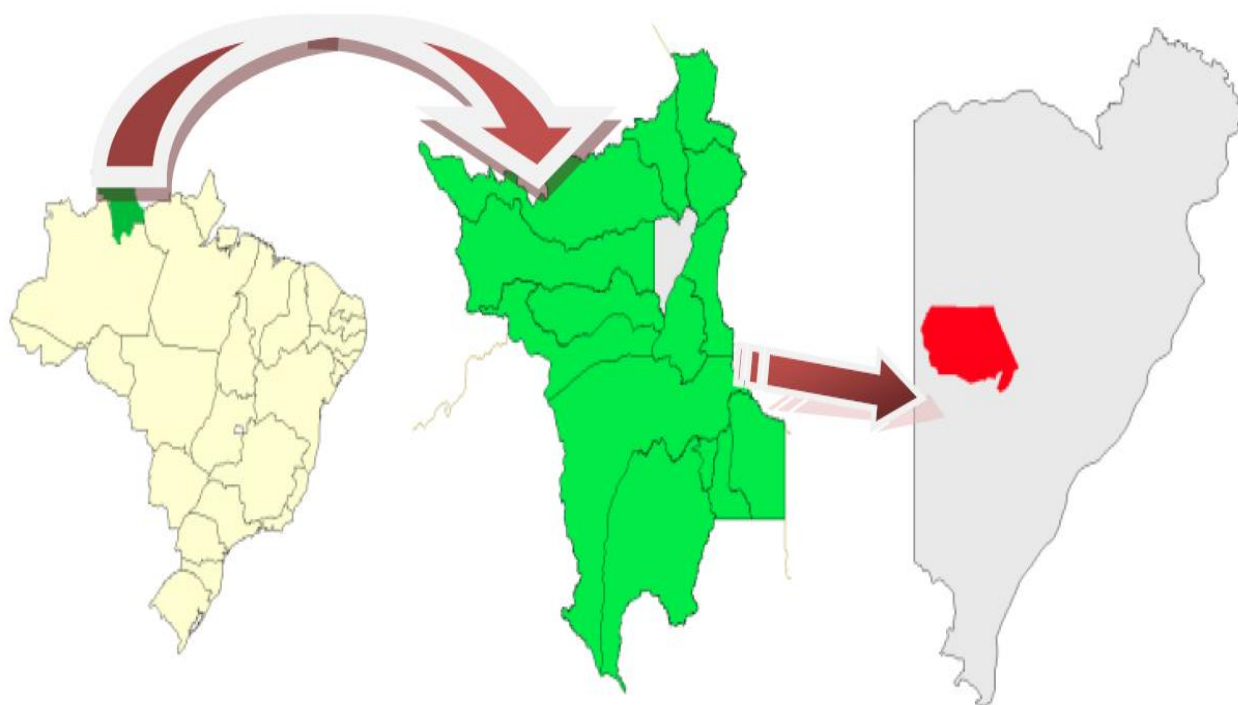
Nesse contexto observa-se que a população do Município de Boa Vista contempla um número de 6.514, habitantes residentes na zona rural residindo em lotes ou chácaras. Na capital temos o bairro Operário e Senador Hélio Campos inseridos no meio rural. Desse total a maioria encontra-se no Assentamento Pa Nova Amazônia.

A principal fonte de produção da antiga Fazenda Bamerindus de 76 mil hectares era a criação de gado que possuía na região 15 mil cabeças de gado, o que para época representava 10% do rebanho bovino do Estado de Roraima¹⁴.

O mapa 04, traz a localização do Pa Nova Amazônia I, localizado em Boa Vista-RR.

MAPA 04 - Localização do PA Nova Amazônia I, em Boa Vista – RR

¹⁴ Informação extraída do *site* institucional do Jornal Folha de São Paulo em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/24/brasil/17.html>



Fonte: Costa e Silva (2011), Incra/RR.

Conforme o mapa de localização do Assentamento Pa Nova Amazônia observa-se a predominância do uso de pastagem natural de formação savânica (graminosa) sendo do tipo “campo limpo”, com pequenas vegetações rasteiras do tipo “campo sujo” unidas com áreas de vegetação arbórea natural que se associa a savana parque onde as matas associam-se a vegetação de solo úmido que se estabelecem aos corpos aquosos (COSTA e SILVA, 2011, p.7).

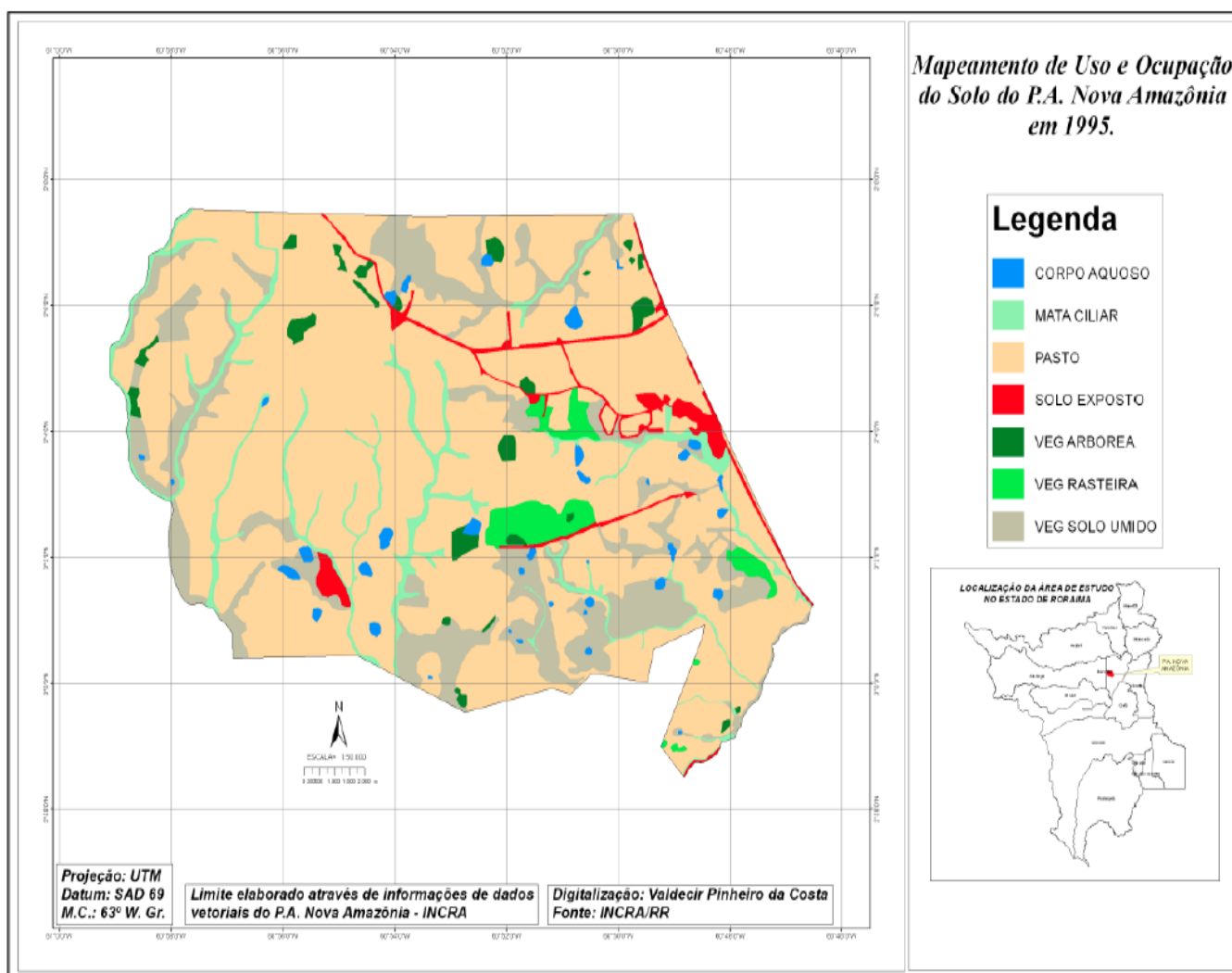
Segundo os autores os lotes do assentamento não seguem um padrão de tamanho uniforme, sendo que na localidade tem lotes maiores e menores um dos outros. Sua vegetação é a savana com um solo infértil e de pouca potencialidade agrícola, ou seja, o solo em questão para sua produção deve ser preparado para a atividade produtiva.

Os solos são utilizados principalmente como pastagem extensiva praticado pelos criadores de animais de grande porte como (gado bovino) e de pequeno porte como (caprino), e pequenas áreas com uma modesta fruticultura e culturas de subsistência, o que se vê é um sistema tradicional de pecuária e agricultura deficitário e pouco produtivo e de baixíssima qualidade, incompatível com as exigências do mercado o tornando assim apenas de subsistência para essas famílias (COSTA e SILVA, 2011, p.10).

Portanto conforme relatório do INCRA/SR/25, traz que boa parte da área onde encontra-se o assentamento à época foi trabalhado o solo com aplicação de calcário para fortificação dessa terra para o plantio de produtos para confecção de ração para os animais bem como para o uso dos funcionários.

O mapa 05, faz referência ao uso e ocupação do solo do Pa Nova Amazônia do ano de 1995.

MAPA 05 - Uso e ocupação do solo do PA Nova Amazônia I, em 1995.



Fonte: Incra-RR - Imagem de satélite Landsat TM+ 5, 1995, em Costa e Silva 2011

De acordo com Costa e Silva (2011), os moradores do assentamento não empregam no preparo do solo o uso de queimadas em suas atividades de limpeza dos terrenos que é dito como forma predatória para facilitar no plantio de lavouras e outros. Assim todos não fazem o uso dessa prática uma vez que a região em

períodos de estiagem (Verão) fica com a vegetação totalmente seca representando assim um perigo eminente e de grandes proporções.

Nesse contexto em que se abordou alguns aspectos relacionados ao solo do Assentamento Pa Nova Amazônia, fato preponderante para as questões que envolvem a produção desta região. Assim, trabalhar-se a produção partindo das recentes publicações a respeito dessa temática aos dados apontados na pesquisa de campo.

O assentamento Pa Nova Amazônia está dividido em quatro polos sendo que o Polos I e II, trazem consigo as seguintes características é uma associação sem fins lucrativos cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios da região e com inúmeros sócios, com foco na produção agropecuária, agro extrativismo e piscicultura (PEREIRA e NODA, 2016, p. 6).

A associação do Polo I, denominada de “Associação Elias Levi Filho” localiza-se na área comunitária, da vicinal 2 do Assentamento Pa Nova Amazônia. Na qual tem como representante majoritária uma mulher à frente da presidência. Conta com (80) Oitenta associados. O Polo II, por sua vez tem a Associação Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – AASPANA, localizada na Vila Tropical, no Município de Boa Vista (PEREIRA e NODA, 2016, p. 7).

Portanto a Associação AASPANA, tem sua constituição jurídica baseada no direito privado, sem fins lucrativos na qual congrega-se os agricultores familiares deste assentamento. Seu objetivo é a inclusão social, geração de emprego e renda aos seus associados que somam um total de (31) trinta e um.

Destaca-se a produção realizada no Polo I, do assentamento pelas mulheres assentadas as quais realizam o preparo de doces caseiros tais como Pereira e Noda (2016) afirmam:

Uma das atividades exercida no lote pelas mulheres associadas são os doces caseiros (goiaba, mamão, leite, abobora e banana), pães e bolos (macaxeira, carimã, pães de milho e leite), que são comercializados para o Programa de Aquisições de Alimentos (PAA) por intermédio da COOPERCINCO, para distribuição nas Escolas Estaduais e Municipais dos Polos dentro do Projeto de Assentamento, bem como, a produção generalizada de produtos hortícolas, como cheiro verde – coentro e cebolinha –, quiabo, maxixe, rúcula, alface, couve, pimenta de cheiro, berinjela, limão e grãos como feijão verde, milho verde, banana prata, batata doce, além de comercialização de pequenos animais como frangos vivos.

De acordo com as autoras a Associação AASPANA do Polo II, tem em sua constituição os mais antigos moradores do bairro operário¹⁵ assentados nessa localidade. Segundo Portela e Júnior (2013), “O bairro Operário caracterizou-se como a região das chácaras e como zona rural da cidade de Boa Vista até o ano de 1999, quando a prefeitura em convênio com o exército realizou o novo mapeamento da cidade”. Assim, essa área foi designada como bairro Operário e incorporada à zona urbana de Boa Vista. Que tão logo após vários embates entre prefeitura e moradores a gestão municipal decide então a configurar o bairro operário como zona rural da cidade.

Conforme Pereira e Noda (2006), os principais produtos provenientes da produção do Polo II, são “couve, cheiro verde, alface, maxixe, limão, abobora etc.” Outro aspecto deste Polo é que o mesmo tem uma distribuição circular, com sua área de produção coletiva utilizada pelos associados que trabalham de forma coletiva na área dividindo os ganhos e perdas da plantação.

Costa e Silva (2011), aponta em seus estudos que os lotes do assentamento em questão são utilizados da seguinte forma sendo 30% lavouras permanentes com plantações adaptadas, 30% pastagem natural para pequenas criações de animais de grande e pequeno porte e 37,14 utilizam outras técnicas nas quais em seus lotes são utilizadas máquinas agrícolas para o arado do solo e aplicação e calcário, mesmo com todo o preparo do solo o mesmo não é adaptável a certas culturas.

Segundo Lacerda (2013), traz que o número de lotes disponível por polos sofre variações de tamanho, sendo os de menor porte os pertencentes ao Polo I, cuja sua função é o plantio de hortaliças, já o Polo V, contém os lotes com maiores espaços uma vez que seu destino é a criação de gado bovino.

Conforme a tabela 09, abaixo podemos verificar que o Assentamento Pa Nova Amazônia está dividido em cinco polos de produção, sendo cada um responsável por certo tipo de cultivo.

¹⁵ A área onde se situa o bairro Operário era de propriedade da Diocese de Roraima adquirida pelo governo estadual em 1992. Era conhecido inicialmente como Campos Elizeus. Em 1994 o ITERAIMA iniciou a doação das chácaras as famílias que gostariam de desenvolver atividades agrícolas no local. Os moradores dão conta de que as primeiras ocupações da área ocorreram nesse mesmo ano (PORTELA e JUNIOR, 2013, p.8).

TABELA 08- Área dos Polos e Atividade Agrícola indicada

Polo	Número de Lotes	Área Total (ha)	Área Média dos Lotes (ha)	Atividade Indicada
1	143	2.831,40	19,8	Hortaliças
2	98	5.733,00	58,5	Grãos
3	67	2.599,60	38,8	Criação de Pequenos Animais
4	184	4.544,80	24,7	Piscicultura
5	45	3.600,00	80	Gado Bovino
Total	537	19.308,80	44,36	-

Fonte: IMAZON, 2005

Desta forma observa-se que os polos com os maiores tamanhos de área são os polos V, II, III e os com menor área são os Polos I e II. Outro fator diagnosticado por Lacerda (2013), é a divisão dos polos por tipo de produção sendo as hortaliças ao Polo I, Grãos ao Polo II, Criação de Pequenos Animais Polo III, Piscicultura Polo IV e Gado Bovino Polo V.

Lacerda (2013)

A questão do tamanho dos lotes já foi motivo de descontentamento por parte dos assentados, uma vez que os gaúchos, que em sua maioria estão alocados no polo 5, receberam lotes maiores. Alguns afirmam haver por parte do INCRA um favorecimento dessas pessoas, por acreditarem que os gaúchos têm maior capacidade de trabalhar a terra.

Nos polos do Assentamento Pa Nova Amazônia observa-se um fenômeno inovador dentro dos assentamentos existente no Brasil, pois nele a presença da mulher é fortemente notada a frente das associações e diretamente na produção do lote com destaque aos grupos de mulheres que produzem nas áreas de uso coletivo pertencente as associações.

Dentre as características dos responsáveis, chama a atenção o fato de que representativos 45,7% dos lotes do assentamento estão sob a responsabilidade de mulheres. Enquanto que os homens chefiam 53,9%. No Brasil a tendência é que grande parte dos domicílios sejam chefiados por homens, especialmente quando se trata de áreas rurais. Por certo que

essa proporção vem mudando ao longo dos últimos anos e as mulheres cada vez adquirem a sua independência e ascendem como chefes de família (LACERDA, 2003, p.99)

Desta forma a mulher do campo mostra sua força de gestão e trabalho ao está à frente da produção local no assentamento estando, portanto, habilitada com o uso da terra. As mulheres do PA, são natas em sua gestão de negócios ao comercializar sua produção no próprio lote ou nas feiras disponíveis em Boa Vista.

Os dados demonstrados na sequência fazem parte das entrevistas e questionários aplicados na pesquisa de campo juntamente aos assentados dessa região nas quais cobriram as questões pertencentes a propriedade e a produção local do assentamento (produção, comercialização, consumidores, posse da terra).

Conforme entrevista realizada com a Dona Flor moradora do assentamento desde 2003 no Polo I:

Dona Flor você trabalha em sistema coletivo ou familiar? Eu trabalho em sistema familiar. Como funciona o sistema de cooperativas dentro do assentamento? Bem a gente realiza a produção em nosso lote ou na área coletiva da associação e repassamos para a cooperativa que por sua vez faz a venda dos produtos, vendemos para a merenda escolar nas escolas da prefeitura e do governo do Estado. Quais as vantagens e desvantagens das cooperativas? Para mim é facilidade de realizar a entrega da produção direito para eles, porém vejo como desvantagem a demora do pagamento que levar em média trinta dias. Sr (a) se importa em dividir o lucro com os outros assentados? Não fazemos tudo em união, por exemplo quando vamos plantar o feijão-caupi todos compramos o que for necessário para o plantio e depois dividimos entre a gente os gastos bem como o lucro da colheita. O Sr (a) tem escritura da sua terra? Não temos a escritura ainda estamos esperando a regularização por parte do Incra. Gostaria de ter? Porque? Sim eu gostaria muito de ter o nosso título do nosso lote, pois poderia conseguir empréstimos para mim crescer a produção, ter um poço artesianos, comprar insumos etc. Se você pudesse venderia sua terra? Eu já mais venderia eu amo morar aqui, tudo aqui é maravilhoso. Você gostaria em outro local? E exerceria outra atividade? Não eu amo esse lugar e adoro ser agricultor familiar pois aqui eu planto tudo para minha família. Compraria outra terra no campo ou na cidade? Se eu tivesse condições compraria no campo e aqui no assentamento mesmo. Como é organizado o assentamento? O assentamento está dividido em cinco polos, no polo I, tem frangos e Hortaliças. No Polo II, tem soja e algumas cabeças de gado. No polo III, tem Carneiro e Gado. No Polo IV, tem Verduras e Peixes. Já o Polo V, está voltado para a agropecuária. Porque “fulano” é líder? Quem escolheu? Até quando ele vai ser o representante do assentamento? Nossos presidentes das associações são eleitos somente pelos associados em dia com suas contribuições junto ao sindicato, seu mandato dura 4 (quatro) anos. O que acha do sistema familiar? Ótimo. O que você acha do sistema coletivo? Usamos aqui o coletivo em nossas áreas coletivas nas associações é muito bom viu. Qual sua visão de campo e cidade? Para mim o campo é muito tranquilo aqui a gente tem qualidade de vida, já a cidade é muita violência, trânsito, barulho etc. O campo não temos paz e tranquilidade.

De acordo com Dona Flor ao ser perguntada sobre o que a Sr (a) produz no assentamento? Meu filho eu aqui tenho de tudo um pouco no meu lote:

TABELA 09 – Produção do lote de Dona Flor

Produção	Produção	Animais
<ul style="list-style-type: none"> • Cebolinha • Pimenta de Cheiro • Couve • Cuentro • Beringela • Cenoura 	<ul style="list-style-type: none"> • Manga • Caju • Limão • Ata • Alface • Mamão 	<ul style="list-style-type: none"> • Peixes • Galinhas • Porcos • Codorna • Picote • Ganso

Fonte: Questionário Aplicado

A comercialização da produção realizada pelos assentados em seus lotes é realizada nas feiras da capital de Boa Vista, sendo na feira do Pintolândia, Caranã, Vila Jardim e Garimpeiro. Distribuído também em restaurantes e supermercados locais da capital. Das feiras mencionadas as que mais absorvem a produção do assentamento é a do Bairro Caranã, realizada todo sábado pela manhã. A segunda com maior fluxo de venda é a do Garimpeiro ocorrida na Avenida Ataíde de Teive aos domingos pelo período da manhã.

A feira do Vila Jardim foi implementada recentemente através de uma ação do Governo do Estado de Roraima, para atender ao maior conjunto habitacional do município de Boa Vista, estabelecida na localidade desde de fevereiro (2016) pela Seapa (Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), movimentando todos os meses pouco mais de R\$ 94 mil.

De acordo com o Governo do Estado de Roraima a feira ao ar livre do Vila Jardim beneficia 140 (Cento e Quarenta) feirantes, já movimentou mais de mais de R\$ 560 mil. A iniciativa tem gerado renda extra que auxilia no orçamento familiar de quem trabalha no local.

FIGURA 17 – Feira ao ar livre do Vila Jardim



Fonte: Governo do Estado de Roraima – Foto- Neto Figueredo (2017)

Os principais consumidores dos produtos produzidos no assentamento Pa Nova Amazônia, conforme dados apontados nos questionários, são os munícipes de Boa Vista, sendo os clientes mais efetivos os idosos, seguido da população adulta. A representação idosa é marcante na feira do bairro Caranã. Outra parte da produção é entregue para as cooperativas que por sua vez realizam a comercialização para a Prefeitura e Governo do Estado de Roraima para atender ao Programa Merenda na Escola, que segundo nossa entrevista demora mais de trinta dias para realizar o pagamento.

FIGURA 18 – Produtos comercializados na Feira do Bairro Caranã (Buriti, Açaí, Graviola, Goiaba, Maracujá, Taperebá, Cupuaçu, Graviola)



Fonte: Arquivo Pessoal

Na Feira do Bairro Caranã os clientes dos assentados do Pa Nova Amazônia contam com uma diversidade de produtos a sua disposição entre eles a uma variedade de polpas de frutas extraídas das frutíferas dos polos que atendem aos restaurantes da capital de Boa Vista e as escolas da rede municipal e estadual. A imagem 03, traz alguns produtos comercializados na Feira do Caranã.

FIGURA 19 – Produtos comercializados na Feira do Caranã



Fonte: Arquivo Pessoal

Na imagem 19, constam alguns produtos comercializados na feira do Caranã tais como Laranja, Limão, Banana, Abacaxi. A forma de exposição dos produtos ocorre por meio de barracas e de caixote de madeira ou plástico.

As próximas imagens da Feira do Caranã contemplam mais produtos comercializados pelos assentados. Produtos como o milho, pimenta, pimenta de cheiro, pimentão, couve, coentro, tomate, berinjela, quiabo, maxixe, batata doce, Limão.

FIGURA 20- Produtos comercializados na Feira do Caranã



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 21- Produtos comercializados na Feira do Caranã



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 22- Produtos comercializados na Feira do Caranã



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 23- Produtos comercializados na Feira do Caranã



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 24- Barracas da Feira do Caranã



Fonte: Arquivo Pessoal

A figura 24, acima tem como objetivo mostrar a feira localizada no bairro do Caranã, no qual as barracas seguem padronizada com a cor verde. São aproximadamente vinte expositores que todos os sábados fazem a comercialização dos seus produtos.

Os assentados do Pa Nova Amazônia em um total de aproximadamente 20 (vinte) da feira do Caranã, de acordo com dados coletados junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RR, da unidade de Agronegócios são contemplados com o Projeto denominado “SEBRAEBIO” com foco na Agroecologia e Produção Orgânica. O respectivo projeto tem um alvo de atender 80 (oitenta) microempresas localizadas no Município de Boa Vista, formado por produtores rurais com DAP¹⁶, sendo estes localizados no Pa Nova Amazônia.

Conforme o Sebrae/RR com base no Projeto SEBRAEBIO:

Considera-se que o projeto proposto conseguirá localmente com significativos ganhos de produtividade, diversificação dos produtos, redução dos custos de produção e no avanço do consumo de alimentos saudáveis, de boa qualidade e sem riscos de contaminação dos recursos naturais, deixando os consumidores cada vez mais conscientes em adquirir produtos mais saudáveis, garantindo a integração da produção na economia de mercado.

Os produtos comercializados na Feira do Caranã conforme tabela 10, a seguir por meio do projeto SEBRAEBIO foram disponibilizados pela Unidade de Agronegócios do Sebrae/RR.

TABELA 10- Comercialização do Projeto SEBRAEBIO na Feira do Caranã

PRODUTO	QUANTIDADE/Produtor	VALOR UNITÁRIO
Cheiro Verde	80/300 – Maços	2,00/1,00
Couve	90 – Maços	1,00
Rúcula	15 – Pés	2,00
Chicória	20 – Maços	16,00
Limão	30 – Pacotes	2,00
Berinjela	20 – Pacotes	2,00
Abóbora	10 – Unidades	1,00
Pimenta	10 – Pacotes	1,50

¹⁶ Declaração de Aptidão ao Pronaf - Portaria nº1, de 13 de abril de 2017, da Secretária Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Subsecretaria de Agricultura Familiar

Maxixe	5 – Maços	1,00
Quiabo	15 – Maços	1,00
Alface	70 - Pés	3,50
Mastruz	25 – Maços	2,00
Feijão verde	20 - Pacotes	6,00
Maracujá	10 – Pacotes	7,00
Ata	5 – Pacotes	5,00
Graviola	5 - Unidades	10,00
Tomate	5 – Pacotes	2,00
Milho	300 - Unidades	1,00
Mel composto	15 - Unidades	12,00
Mel puro	15 - Unidades	11,00/6,00
Ovos de codorna	5 – Dúzias	6,00
Vinagreira	10 – Maços	2,00
Hortelã	15 - Maços	2,00
Tucumã	10 – Pacotes	5,00
Chicória	10 – Maços	1,00
Batata Doce	70 kg	4,00
Cebola	15 – Pacotes	2,50
Mamão	15 – Unidades	2,00
Buriti (polpa)	25 Kg	2,00
Acerola	15 kg	4,00
Pepino	15 - Pacotes	1,00

Fonte: Unidade de Agronegócios do Sebrae/RR

Nesse contexto observa-se uma gama de produtos disponibilizados na feira do Caranã pelos assentados do Pa Nova Amazônia com preços bem atrativos para os compradores dos produtos aos sábados. Ressalte-se que todos os produtos colocados à disposição dos clientes são procedentes do cultivo e manejo agroecológico estando portando livres de agrotóxicos.

Diante de todos os produtos listados na tabela 04, os que mais tem saída de venda são conforme Dona Rosa “ Cheiro verde, couve, abóbora, feijão verde, maxixe quiabo, batata doce, mamão, alface, limão e polpas em geral ”.

O transporte dos produtos até as feiras locais em Boa Vista e realizada pelos assentados por meio de carro (pick-up), motocicleta com carinho de carroça ou às vezes utiliza-se bicicleta. Os assentados que produzem e fazem sua venda nestes locais que não dispõe de transporte se unem em dia de feira e fretam caminhonetes para levar sua produção. De acordo com Dona Rosa “ *todos aqui somos unidos então um ajudar o outro os que tem carro e tem espaço livre levar os produtos dos outros sem problema, o importante é a nossa união é nossa força de vontade*”.

A tabela 11, disponibilizada pelo Sebrae/RR, Unidade de Agronegócios traz os valores referentes aos ganhos mensais referente à venda dos produtos comercializados na feira do Caranã por meio do Projeto SEBRAEBIO.

TABELA 11- Faturamento Mensal da venda dos Produtos do Projeto SEBRAEBIO realizada na Feira do Caranã

FATURAMENTO MENSAL	TOTAL R\$
JANEIRO	4.319,00
	4.342,50
	4.775,00
	5.803,50
Faturamento Mensal	Total R\$
FEVEREIRO	5.233,50
	5.985,00
	5.969,50
	5.609,50
Faturamento Mensal	Total R\$
MARÇO	7.451,50
	6.023,50
	5.088,50
	4.971,50
Faturamento Mensal	Total R\$
ABRIL	5.271,50
	6.846,00
	4.724,50
	5.608,50
Faturamento Mensal	Total R\$
MAIO	5.113,00
	5.276,50
	6.412,00
	5.952,00
Faturamento Mensal	Total R\$
JUNHO	7.190,00
	7.041,50
	6.354,00
	7.772,00

Fonte: Unidade de Agronegócios do Sebrae/RR

De acordo com os dados apresentados na tabela 05, em relação ao faturamento mensal da Feira do Caranã, observa-se que durante o mês de janeiro o faturamento chegou a R\$ 19.240,00, fevereiro R\$ 22.797,50, março R\$ 17.511,50,

abril R\$ 22.450,50, maio R\$ 22.753,50 e junho R\$ 28.357,50. A média mensal da Feira do Caraná está por volta dos R\$ 22.185,08. Outro ponto a ser destacado em relação ao faturamento da feira hora apresentados é que os mesmos sofrem variações semanais tendo em vista a circulação de dinheiro nas primeiras e últimas semanas dos meses quando é realizado o pagamento dos servidores públicos e privados do Estado de Roraima, com isso as vendas nesses sábados são mais rendosas aos assentados da Feira do Caraná.

Outro ponto de venda dos produtos do assentamento é na Feira do Pintolândia, localizada no Bairro Pintolândia na Rua Pedro Ademar Bantim, sua constituição é do tipo feira ao ar livre de responsabilidade da Prefeitura de Boa Vista, para a alocação dos feirantes em seus pontos de venda. Assim, a produção realizada no assentamento por sua vez atende aos consumidores locais desta região e demais localidades próximas da feira.

FIGURA 25- Feira do Bairro Pintolândia



Fonte: Arquivo Pessoal

A Feira do Bairro Pintolândia segue o padrão comum de feiras existente no Município de Boa Vista, ou seja, são pequenas barracas de ferro fixadas para alocação dos produtos comercializados pelos feirantes.

Conforme observa-se na figura 25, existe a presença contínua de pequenos outros meios para a venda de alguns produtos como ver-se na imagem um carinho de mão, bacias, caixotes, lonas afixadas no chão etc. Estes feirantes por sua vez que comercializam desta forma são aqueles que não se encontram regularmente cadastrado junto a Prefeitura de Boa Vista na qual faz a concessão das barracas para os feirantes no dia das feiras. De acordo a figura 26, tem-se a comercialização de galinhas caipiras oriundas do assentamento na feira.

FIGURA 26- Galinha Caipira



Fonte: Arquivo Pessoal

Desta forma observa-se mais uma vez a presença dos assentados com sua produção local sendo comercializada nas feiras, gerando assim mais ganhos de recursos aos agricultores familiares do assentamento Pa Nova Amazônia.

FIGURA 27- Produtos comercializados na Feira do Pintolândia



Fonte: Arquivo Pessoal

Conforme a figura 27, a mesma traz alguns dos produtos do assentamento comercializados na Feira do Pintelândia tais como o coentro, cebola, limão, pimenta de cheiro, abóbora, couve e rúcula.

Os consumidores da Feira do Pintelândia são diversificados, ou seja, o público consumidor é do tipo misto entre jovens, idosos e adultos se diferenciado da Feira do Caranã que tem um público de consumidores mais idosos em relação as demais categorias ora citadas.

Em entrevista realizada com Dona Rosa perguntou-se os Governos Federal, Estadual, Municipal compram os produtos do assentamento? De que forma é feita a venda? “ Sim os governos compram nossos produtos através das cooperativas e das associações que temos aqui através do PAA”.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (SAF/MDA/2017).

Como funciona: Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais (SAF/MDA/2017).

O acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos está voltado aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

A execução do PAA, é realizado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com os estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).


Ao pergunta-se quais os financiamentos disponíveis por parte dos governos para a produção do assentamento Dona Rosa? “ Usamos o Pronaf, Pronaf Jovem e Pronaf Programa Mais Alimentos”

Os Programas de Financiamento informados por Dona Rosa serão descritos abaixo com base em informações extraídas da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA.

- **Pronaf:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.
- **Pronaf Jovem:** Os beneficiários do Pronaf são jovens maiores de 16 anos e com até 29 anos, integrantes de unidades familiares que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nessa condição, o jovem deverá procurar a o sindicato rural ou o escritório local da Emater para solicitar a DAP Jovem acessória. O limite de financiamento é de até R\$ 15 mil por contrato, podendo o jovem realizar até três contratos. A taxa de juros é de 2,5% ao ano e o prazo de pagamento é de até 10 anos, incluídos três anos de carência, mas pode ser elevada para até cinco de carência quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico.
- **Pronaf Mais Alimento:** O Pronaf Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade. Individual: formalizado com um produtor. Sua forma de Concessão de Crédito pode ser individual ou Coletiva: formalizado com grupo de produtores, para finalidades coletivas. Voltado exclusivamente para o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes; máquinas; equipamentos, inclusive de irrigação; e

implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum. Devem ser respeitados os limites individuais descritos anteriormente.

TABELA 12- Transparência Pública do PAA- Programa de Aquisição de Alimentos do Pa Nova Amazônia

		Companhia Nacional de Abastecimento				09/02/2018	
		Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos				14:41:07	
						Pág.: 1 de 1	
Ano: 2016							
Modalidade: CPR-Doação							
Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome							
UF: RR Município: Boa Vista							
CPR	CNPJ	Organização Fornecedora	Data	Situação	Formalizado R\$	Executado R\$	Devolução R\$
RR/2016/02/0001	07.895.712/0001-65	COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS CINCO POLOS COOPERCINCO	26/10/2018	EM EXECUÇÃO COM ENTREGA	763.450,60	287.316,95	0,00
RR/2016/02/0003	07.219.368/0001-94	ASSOCIAÇÃO AGROPECUARIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZONIA POLO II	02/08/2017	ENCERRADO	87.999,50	87.996,94	0,00
RR/2016/02/0004	07.246.041/0001-01	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO POLO 1 ELIFAS LEVI VELOSO FILHO	02/08/2017	ENCERRADO	448.000,00	447.893,50	0,00
RR/2016/02/0005	84.037.274/0001-45	ASSOCIAÇÃO SETENTRIONAL DE APICULTORES DE RORIAMA	05/12/2018	EM EXECUÇÃO COM ENTREGA	408.000,00	150.255,00	0,00
Total					1.707.450,10	973.462,39	0,00

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

Fonte: Conab/2018

De acordo com os dados apresentados na tabela 06, da Transparência do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, referente ao ano de 2016, observa-se a movimentação de venda de produtos do assentamento no valor de R\$ 973.462,39 de um total formalizado em R\$ 1.707.450,10. O restante do montante está em execução neste ano de 2018. Sendo os fornecedores dos produtos as cooperativas e associações do assentamento que recebem os produtos diretamente dos agricultores familiares da região.


Ressalta-se que cada família formaliza uma comercialização de entrega de sua produção as associações ou a cooperativa no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme espelho de fornecedores da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Neste contexto verificar-se um crescimento de recursos circulando dentro do assentamento Pa Nova Amazônia, advindo dos recursos recebidos através das vendas as associações ou cooperativas e das vendas nas feiras da capital de Boa Vista e da venda direta aquela que tem sua execução no próprio lote do assentado.

A ascensão socioeconômica das famílias do assentamento tem ocorrido de forma gradativa vinda da produção realizada pelas mesmas em seus lotes, e da crescente procura da sociedade por alimentos mais saudáveis.

Tal fato é narrado por Dona Rosa “ *Quando eu e outros amigos chegamos aqui não tínhamos nada, apenas a vontade de ter a nossa casa e terra para vivermos em um lugarzinho nosso é ter nossos filhos. Os anos foram passando é hoje através de nosso trabalho estamos aqui com a nossa casa, uma moto, um carro, tivemos nossos filhos que trabalham com a gente aqui e estudam aqui mesmo no assentamento. Através da Reforma Agrária hoje saímos da pobreza e estamos em ótimas condições aqui, não saiu daqui para outro lugar*”.

Tabela 13- Produtos Vendidos pela Associação Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Polo II ao PAA


	Companhia Nacional de Abastecimento	09/02/2018
	Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	15:31:38
		Pág.: 1 de 1
Ano: 2016 Modalidade: CPR-Doação Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome UF: RR Município: Boa Vista CPR: RR/2016/02/0003		

Produtos

Produto	Quantidade Formalizada em Kg	Quantidade Executada em Kg
ABÓBORA> (Classificação sem características)	3.000,000	3.000,000
BATATA-DOCE> (Classificação sem características)	3.000,000	3.000,000
BERINJELA> (Classificação sem características)	1.065,000	1.065,000
COUVE> (Classificação sem características)	2.000,000	2.000,000
FEIJÃO> CAUPI	6.000,000	6.000,000
MAXIXE> (Classificação sem características)	2.000,000	2.000,000
MELANCIA> (Classificação sem características)	14.000,000	14.000,000
PEPINO> (Classificação sem características)	3.000,000	2.999,350
RAIZ DE MANDIOCA> (Classificação sem características)	10.000,000	9.999,000
TOMATE> (Classificação sem características)	3.000,000	3.000,000


Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

TABELA 14 - Produtos Vendidos pela Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos
Coopercinco ao PAA

 Companhia Nacional de Abastecimento Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos		09/02/2018 15:36:14 Pág.: 1 de 1
Ano: 2016 Modalidade: CPR-Doação Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome UF: RR Município: Boa Vista CPR: RR/2016/02/0001		
Produtos		
Produto	Quantidade Formalizada em Kg	Quantidade Executada em Kg
ABÓBORA> (Classificação sem características)	17.142,000	8.678,000
ALFACE> (Classificação sem características)	6.000,000	1.331,000
BANANA> (Classificação sem características)	38.142,000	38.142,000
BATATA-DOCE> (Classificação sem características)	10.000,000	8.615,000
BOLO> DE MACAXEIRA	6.000,000	1.570,000
CARNE DE FRANGO> ABATIDO	10.000,000	0,000
CEBOLINHA> (Classificação sem características)	6.473,000	2.896,000
COENTRO> (Classificação sem características)	6.000,000	213,000
COUVE> (Classificação sem características)	6.000,000	1.214,000
FEIJÃO> CAUPI	5.000,000	493,000
FEIJÃO> DEBULHADO, VERDE	3.600,000	1.603,000
LARANJA> (Classificação sem características)	10.000,000	872,000
MAMÃO> (Classificação sem características)	17.462,000	3.739,000
MANGA> (Classificação sem características)	14.666,000	7.489,000
MAXIXE> (Classificação sem características)	4.000,000	2.286,000
MELANCIA> (Classificação sem características)	64.389,000	64.389,000
MELÃO> (Classificação sem características)	4.500,000	240,000
MEL DE ABELHA> (Classificação sem características)	12.050,000	0,000
MILHO> VERDE EM ESPIGA	20.000,000	7.681,000
MURICI> (Classificação sem características)	3.600,000	0,000
PEPINO> (Classificação sem características)	5.000,000	1.465,000
QUIABO> (Classificação sem características)	1.650,000	190,000
RAIZ DE MANDIOCA> IN NATURA COM CASCA	16.000,000	14.235,000
RÚCULA> (Classificação sem características)	6.000,000	525,000
TOMATE> (Classificação sem características)	5.000,000	3.479,000


Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

TABELA 15 - Produtos Vendidos pela Associação Dos Agricultores Familiares Do
Polo 1 Elifas Levi Veloso Filho ao PAA

		Companhia Nacional de Abastecimento		09/02/2018
		Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos		15:39:46
				Pág.: 1 de 1
Ano: 2016				
Modalidade: CPR-Doação				
Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
UF: RR Município: Boa Vista				
CPR: RR/2016/02/0004				
Produtos				
Produto		Quantidade Formalizada em Kg		Quantidade Executada em Kg
ABÓBORA> COMUM		5.907,000		5.907,000
ACEROLA> (Classificação sem características)		2.250,000		2.215,000
ALFACE> (Classificação sem características)		3.450,000		3.450,000
BANANA> (Classificação sem características)		7.785,000		7.785,000
BATATA> DOCE		11.442,000		11.442,000
BERINJELA> (Classificação sem características)		1.217,000		1.217,000
CAJU> (Classificação sem características)		1.650,000		1.650,000
CARNE DE FRANGO> ABATIDO		12.000,000		12.000,000
CHEIRO VERDE> (Classificação sem características)		6.055,000		6.055,000
COUVE> (Classificação sem características)		8.160,000		8.160,000
FEIJÃO> VERDE EM VAGEM		18.834,500		18.834,000
GOIABA> (Classificação sem características)		1.200,000		1.200,000
LARANJA> COMUM		1.941,000		1.941,000
LIMÃO> COMUM		3.365,000		3.365,000
MAMÃO> COMUM		4.003,000		4.003,000
MANGA> (Classificação sem características)		3.200,000		3.200,000
MARACUJÁ> (Classificação sem características)		1.250,000		1.250,000
MAXIXE> (Classificação sem características)		8.500,000		8.500,000
MELANCIA> (Classificação sem características)		14.077,000		14.077,000
MILHO> EM ESPIGA COM PALHA, VERDE		2.548,000		2.548,000
MURIC> (Classificação sem características)		460,000		460,000
PEPINO> (Classificação sem características)		2.194,000		2.194,000
PIMENTA> DE CHEIRO		2.400,000		2.400,000
PIMENTÃO> (Classificação sem características)		550,000		550,000
QUIABO> (Classificação sem características)		2.628,000		2.628,000
RAIZ DE MANDIOCA> (Classificação sem características)		10.000,000		10.000,000
RÚCULA> (Classificação sem características)		5.040,000		5.040,000
TOMATE> (Classificação sem características)		1.372,000		1.372,000

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

TABELA 16 - Produtos Vendidos pela Associação Setentrional de Apicultores de Roraima ao PAA

	Companhia Nacional de Abastecimento	09/02/2018
	Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	15:42:44
		Pág.: 1 de 1
Ano: 2016 Modalidade: CPR-Doação Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome UF: RR Município: Boa Vista CPR: RR/2016/02/0005		

Produtos

Produto	Quantidade Formalizada em Kg	Quantidade Executada em Kg
MEL DE ABELHA> (Classificação sem características)	54.400,000	20.034,000

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

Fonte: Conab/2018

De acordo com as tabelas apresentadas sobre a venda dos produtos do assentamento Pa Nova Amazônia pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, observa-se que existente 03 (três) associações e 01 (uma) cooperativa comercializando os produtos produzidos pelos agricultores familiares. Os consumidores dessas produções conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, foram a Cooperativa de Empreendimento Solidário do Município de Boa Vista, Associação Grupo de Luz e Serviço Social do Comércio- SESC.

Conforme dados expostos na Tabela 06, a cooperativa que mais fez entrega de produtos foi a Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos Coopercinco que no ano de 2016, obteve um rendimento no valor formalizado de R\$ 763.450,60 do qual foi executado um valor de R\$ 287.316,95. Em segundo lugar veio a associação dos agricultores familiares do Polo I Elias Levi Veloso Filho que teve um valor formalizado em R\$ 448.000,00, deste executou o valor de R\$ 447.893,50. A terceira

associação com maior volume de venda foi a associação agropecuária do projeto de assentamento nova Amazônia Polo II, com um total formalizado em R\$ 87.999,50, do qual executou R\$ 87.996,94.

Analisando os dados apresentados a associação dos agricultores familiares do Polo I Elias Levi Veloso Filho foi a que teve melhor gestão nos negócios ao executar com quase totalidade o valor do recurso formalizado (R\$ 448.000,00) pela associação. Segundo destaque na gestão foi a associação agropecuária do projeto de assentamento nova Amazônia Polo II que executou praticamente todo o recurso (R\$ 87.999,50) disponibilizado. Em relação com a Coopercinco e Associação Setentrional de Apicultores de Roraima ambas estão em execução de entrega dos seus produtos.

Conforme Dona Rosa a produção realizada no Pa Nova Amazônia que atende as associações e a cooperativa é realizada de forma tradicional, com uso apenas do trator para arada a terra. A mesma destaca a importância do plantio na área coletiva em que ambos trabalham com a divisão dos recursos. Rosa enfatiza que os produtos produzidos nos lotes são livres do uso de agrotóxicos. No assentamento existe a criação de pequenos animais? Sim temos aqui criação de galinha, porco, carneiro, gado. Quais os produtos que você mais vende na feira Dona Rosa? Os Mais vendidos são Hortaliças e Frutas informação extraída dos questionários.

Entrevista realizada com Sr. Cravo, morador do Polo II, desde o ano de 2003

Sr. Cravo trabalha em sistema coletivo ou familiar? Familiar e Coletivo. Como funciona o sistema de cooperativas dentro do assentamento? A gente produz em nossos lotes e fazemos a entrega para as associações e cooperativas que passado uns dias nos pagam pelos produtos entregues. Quais as vantagens e desvantagens das cooperativas? Para mim as associações e as cooperativas me dão segurança em entregar os produtos a eles pois sei que vou receber de certeza em poucos dias, então para mim eu gosto de vender para eles. Tem a escritura da sua terra? Não tenho, queria muito ter para eu crescer os negócios aqui no lote. Se você pudesse venderia seu lote? Não jamais eu amo morar aqui é muito tranquilo. Você gostaria de morar em outro local? É exerceria outra atividade? Se eu pudesse comprava outro lote aqui mesmo porque aqui é muito tranquilo, amo ser agricultor familiar não troco por nada. Como é organizado o assentamento? São em Polos, sendo cinco polos. O Polo I, está voltado para a produção de Hortaliças, O Polo II, criação de pequenos animais e grãos. Polo III, criação de pequenos animais, Polo IV, Piscicultura e Polo 5, criação de Gado. O que acha do sistema familiar? Ótimo porque a nossa família produz nosso próprio alimento e vendemos o excedente aqui no lote, na feira ou associações. É do sistema coletivo? Também adotamos em nossa Polo, na área coletiva onde plantamos juntos e dividimos os gastos e

os ganhos com todos. Qual sua visão de Campo e da Cidade? Para mim o campo é isso aqui essa tranquilidade, paz, os passarinhos, cheiro do campo, já a cidade é agitação, violência, trânsito. Não troco minha tranquilidade por nada. O que Sr. Produz no Assentamento? Aqui tenho de tudo um pouco, veja tem limão, macaxeira, cheiro verde, tomate, alface, couve, repolho, cenoura, melancia, graviola, goiaba, manga, jaca, azeitona, galinha, porco, carneiro. Como é feita a venda dos produtos? No meu caso eu vendo aqui no lote, na feira, associações e cooperativas. Quem são os seus principais consumidores? São os consumidores das Feiras, associações e cooperativas. Seus produtos são livres de agrotóxicos? Sim no meu lote produzimos seguindo os princípios agroecológicos. Quais produtos mais vende nas feiras? Cheiro verde, pimenta, macaxeira, abóbora, couve, limão.

Diante das informações apresentadas por Cravo e Rosa nota-se na fala trazida pelos assentados do Pa Nova Amazônia que ambos possuem uma ligação forte com a localidade onde residem ao destacar em seus discursos que não trocam seus lotes no assentamento por qualquer outro imóvel na capital de Boa Vista, pela tranquilidade que se tem no PA.

Outro ponto de destaque está voltado ao trabalho que por eles é definido assim “ Rosa: *Eu trabalho na hora em que eu desejo, não tem um patrão mandando eu fazer as coisas. A vida aqui no campo é muito diferente da cidade aqui eu tenho qualidade de vida, eu faço o meu trabalho, não sou forçado a trabalhar*” Cravo “ *Aqui eu trabalho para mim e minha família não temos patrão para explorar nosso trabalho, a produção feita no lote é nossa, temos de tudo aqui é nosso. O trabalho para gente aqui é prazeroso*”. Notasse na fala de ambos a consciência política, da exploração do capital sobre a classe trabalhadora, quando afirmam ambos que aqui não tem patrão para explorar a gente.

Nos diálogos informados por Rosa e Cravo, sobre a titulação da terra dos lotes a época em que foi realizada a entrevista e aplicação dos questionários ambos não possuíam a titularidade da terra, contudo no mês de agosto do ano de 2017, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por intermédio da Secretaria de Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas órgão ligado a Prefeitura Municipal de Boa Vista, entregou 208 títulos de domínio de propriedades localizadas no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Gleba Murupú e Nova Amazônia I, Gleba Truarú. A ação aconteceu na BR 342 km 0, entrada do Taiano no Armazém da Coopercinco/ Conab, atrás do Restaurante OASIS e beneficiou muitas famílias com a segurança financeira como forma de melhorar a lavoura (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2016).

De posse dos títulos de suas propriedades, os agricultores terão autonomia para realizar financiamentos em instituições financeiras para investimentos no seu negócio garantindo assim a melhor produtividade com a qualidade e quantidade e conseqüentemente melhorando a cada dia a qualidade de vida e renda familiar. O Projeto de Assentamento Nova Amazônia surgiu no ano de 2001 quando as terras pertencentes a Fazenda Bamerindus foram passadas para o governo federal. Mais tarde em 2006 foi criado o P.A Nova Amazônia I e desde então o processo de titulação tramita tendo sido parcialmente concluído beneficiando as famílias residentes no local. Para a entrega dos títulos é feito um trabalho de supervisão ocupacional, regularização das famílias nos lotes e promoção da segurança jurídica. A prefeita Teresa Surita disse que os produtores agora terão a condição de pleitear financiamento, o que representa melhoria de investimento para mais qualidade e quantidade da produção. “A Prefeitura estará à disposição para apoiar os produtores no banco e com projetos para que possam plantar e produzir, e para as pessoas que desejam trabalhar e contribuir para abastecer Boa Vista que está aqui do lado e precisa do trabalho de vocês, nós temos como fazer esse processo de forma organizada e estruturada com o Plano Municipal de Desenvolvimento Agrônômico (PMDA). Foi feito um planejamento de ação que poderá se transformar em algo concreto e realizar o sonho que os produtores esperam há 15 anos”, destacou ela (PORTAL DA PREFEITURA DE BOA VISTA, 2017)¹⁷

Neste contexto em que os assentados detêm a posse da terra, poderão expandir suas produções nos seus lotes, conforme relata Cravo “ com o título do meu lote agora posso realizar um financiamento para aumentar minha produção, vou poder pagar para ter um poço artesiano, compra mais insumos, etc.”.

Conforme o Incra/RR, inicialmente foi realizada a entrega desses 208 títulos de posse da terra aqueles em que estavam junto ao órgão com todos os seus documentos regularizados para emissão do título.

O Incra/RR, por sua vez está trabalhando para tão logo realizar a entregar a todos os assentados do Pa Nova Amazônia, para tanto está sanando as dependências administrativas junto com cada beneficiário da Reforma Agrária no assentamento para garantir o direito de posse a terra aos seus reais beneficiados.

Os assentados que receberam a posse de seus títulos estavam todos esperançosos na perspectiva de dias melhores e nas possibilidades da abertura de créditos rurais para ampliarem suas produções locais.

¹⁷ Informação coletada no *site* da Prefeitura de Boa Vista, disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2017/08/agricultura-produtores-do-p-a-nova-amazonia-recebem-titulos-de-dominio-de-suas-propriedades>

3.4 O QUE SE PRODUZ NO PA NOVA AMAZÔNIA

Neste tópico abordaremos o que se produz no assentamento Pa Nova Amazônia, ou seja, o que podemos encontrar de produção nos lotes das famílias assentadas. Nesse sentido mostraremos alguns dos produtos visualizados durante a pesquisa de campo de acordo com as figuras 28 e 29 demonstram alguns dos produtos encontrados nos lotes dos assentados do Pa Nova Amazônia.

FIGURA 28- Produtos produzidos no PA Nova Amazônia



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 29- Produtos produzidos no PA Nova Amazônia



Fonte: Arquivo Pessoal

De acordo com as imagens 28 e 29, as mesmas mostram alguns produtos existentes nos lotes dos assentados tais como a laranja, pimenta de cheiro, berinjela, cebolinha, cheiro verde, urucum, criação de galinha e peixe.

A tabela 17, demonstrará uma variedade enorme de produtos mais comuns encontrados nos lotes do Pa Nova Amazônia conforme questionário aplicado.

TABELA 17 – Principais Produtos encontrados no Pa Nova Amazônia

PRODUTOS DO PA NOVA AMAZÔNIA			
Acerola	Melão	Alface	Pimentão
Abacate	Azeitona	Abóbora	Pimenta de Cheiro
Coco	Graviola	Quiabo	Couve
Manga	Murici	Melancia	Macaxeira
Maracujá	Fruta do Conde	Milho	Soja
Goiaba	Pitomba	Limão	Laranja
Banana	Tomate	Mastruz	Maxixe
Açaí	Cheiro Verde	Hortelã	Quiabo
Jabuticaba	Tamarindo	Feijão	Cebola
Cupuaçu	Mamão	Cuxá	Berinjela
ANIMAIS DO PA NOVA AMAZÔNIA			
Porco	Codorna	Peru	Pato
Galinha	Carneiro	Gado	Peixe

Fonte: Questionário Aplicado

Segundo os dados apresentados na tabela 18, nota-se que nos lotes do assentamento Pa Nova Amazônia tem-se uma diversidade produtiva muito grande gerando assim uma produção de múltiplos produtos tanto aos assentados quanto aos seus consumidores nas feiras. Ressalta-se também a comercialização de pequenos animais nos lotes como o mais vendido a galinha caipira, seguido do porco, carneiro, peixe, gado etc.

Os agricultores familiares do PA, trabalham em suas terras com o plantio de vários produtos em consonância com os princípios agroecológicos de produção que prevê a possibilidade do plantio em coletivo com outras espécies que são adaptáveis as demais, gerando um equilíbrio no plantio e no próprio solo.

De acordo com Violeta assentada no Pa Nova Amazônia desde o ano de 2004, a mesma relata que hoje o assentamento mudou bastante em relação ao início da conquista da terra em que recebeu seu lote duro sem nada, “ *Hoje você ver que aqui todos estão produzindo em seus lotes, todos garantem seu dinheiro aqui mesmo da agricultura familiar, aqui você ver ninguém passar fome pesquisador porque temos nossa produção própria temos galinha, porco, peixe, pato, fora nossas hortaliças, grãos e frutas.*

Dona Violeta relata sua ascensão de vida dentro do Assentamento PA Nova Amazônia:

Pesquisador quando eu ganhei meu lote era só o chão duro sem nada, hoje tenho aqui plantado muitos produtos desde o cheiro verde a galinha caipira. Com muito esforço hoje eu tenho minha casa de alvenaria, meu carro, uma moto para meu filho graças a nossa produção aqui no lote. Veja não somente eu mais também meus vizinhos aqui próximos todos nós saímos de uma situação de pobreza mesmo, não tem vergonha de dizer isso mais hoje estamos em situação estável pesquisador. Ser não fosse essa oportunidade de eu ter tido meu lote não sei como estaria hoje porque vivia em uma situação em que não tinha casa própria. Por isso eu defendo que a Reforma Agrária é uma solução para ascensão de muitas pessoas por meio da Agricultura Familiar.

Nesse contexto exposto pela assentada Dona Violeta observa-se que por meio da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária é possível erradicar a miséria vivida por muitos brasileiros nos grandes centros urbanos das capitais brasileiras. Ao realizar aos mesmos a concessão de um pedaço de terra para sua moradia e dele gerar seu próprio alimento e capital dando-lhe dignidade e melhores condições de vida.

De acordo com as entrevistas realizadas e questionários aplicados no estudo de campo referentes a produção desta região observou-se no assentamento um pequeno conflito existente entre os assentados referente a questão da água tendo em vista que muitos assentados recebem a água em seus lotes por meio de poço artesiano coletivo, ou seja, esse poço por sua vez foi pago pelo Estado para que dele seja feito o uso compartilhado por três assentados.

Nesse sentido que ocorrem os conflitos vistos que todos querem ter mais água em seus lotes para uso comum doméstico e principalmente para uso em sua produção. Gerando entres os assentados pequenos descontentamentos em relação a água. Muitos para evitar os conflitos utilizam a água para uso na produção em horários escalonados de forma a não gerar tais desavenças. Outros já com maior poder aquisitivo pagaram para ser ter um poço artesiano próprio em seu lote, no assentamento é comum o uso de poços naturais ou poços amazônicos na qual o assentado manualmente realizar a escavação do solo até o nível da fonte de água encontrada. Porém os respectivos poços em período de estiagem (verão), baixam o nível de água ocasionando assim uma escassez de água na região.

Diante do exposto neste terceiro capítulo, que se destinou a trabalhar as questões que envolveram a produção do assentamento Pa Nova Amazônia, entende-se com base nas literaturas existentes, entrevistas e questionários aplicados durante meses de pesquisa de campo que o respectivo assentamento localizado no Município de Boa Vista-RR, fruto da Reforma Agrária, conquistado pela luta de várias pessoas que durante meses estiveram acampados junto a BR 174. Esses trabalhadores e trabalhadoras vibram com o êxito ao ter nessa região um importante polo de produção da agricultura familiar que atende ao mercado consumidor de Boa Vista com alimentos saudáveis em sua mesa com um preço de mercado justo, possibilitando uma geração de renda aos assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse trabalho de pesquisa que agora chega ao seu final, percebemos que as conquistadas dos assentados desde sua criação em 15 de outubro de 2001, quando estavam acampados à beira da BR 174, até os dias atuais são espetaculares. Isso só foi possível devido há 77.668.380 hectares de terras que estavam nas mãos de uma única família de banqueiros do Paraná, que foi passado para aproximadamente 1000 (mil) famílias que foram assentadas ao longo de dezesseis anos. Isso acaba por demonstrar a importância da realização de uma verdadeira Reforma Agrária neste país que venham contemplar a todos de forma igualitária é não desigual como ocorre atualmente.

Em primeiro lugar gostaríamos de salientar que os moradores do Pa Nova Amazônia, conquistaram por meio da sua luta e organização uma terra para constituírem suas vidas nesta região, com essa conquista hoje contam com suas residências próprias, transporte, qualidade de vida e estabilidade.

Os moradores do assentamento Pa Nova Amazônia, não trocam a tranquilidade, segurança, união e o clima (vento), para morar na capital Boa Vista. Todos apontam como qualidade de vida o reside no assentamento, pois estão livres da violência urbana, do trânsito, da poluição, do alcoolismo entre os jovens. Ao passo que trabalham e produzem seu próprio alimento no espaço e tempo da vida rural.

Os lotes têm eletrificação rural atendendo as suas residências em todos os polos do assentamento, contudo o fornecimento de água aos moradores ainda não tem uma rede de água que venha atender as demandas do PA, sendo necessário o uso de poços amazônicos ou artesianos para o consumo da água e uso na produção.

Outro ganho trata-se da educação proporcionada no PA, com Escolas do Ensino Básico, Fundamental, Médio e Técnico realizado pela Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – EAGRO. Realidade que no início não se tinha nenhum tipo de escola para o estudo dos filhos dos assentados.

Nesse contexto hoje temos um assentamento em que a educação é reflexo de grandes conquistas com assentados especialistas em cooperativismo que estão à frente das associações e cooperativas. Os filhos dos assentados, encontram-se nos bancos da Universidade Federal de Roraima –UFRR, nos mais diferentes Cursos de Graduação, com um foco maior nos Cursos ofertados no Campus do Cauamé (Zootecnia, Medicina Veterinária e Agronomia) pela sua proximidade com a vida no campo.

Com relação a infraestrutura das estradas de acesso e tráfego, a BR 174, encontra-se asfaltada em todo o percurso do assentamento, já com relação as estradas internas elas não são asfaltadas apenas são realizados serviços de manutenção de raspagem no barro.

As condições socioeconômicas dos assentados, são estáveis e de crescimento decorrente de sua produção realizada nos lotes. Através da produção as famílias geram riquezas externas e internas com a circulação de dinheiro dentro do assentamento. Ao passo que as famílias se tornam economicamente ativas para a sociedade adquirindo automóveis, motocicletas, contratação de serviços de terceiros entre outros.

As principais ocupações disponíveis para contratação de trabalho estão relacionadas com a terra, ou seja, são funções de limpador de canteiro, plantador, campinas e roçador os serviços mais comuns. Outras contratações como encanador, eletricitista, pedreiro, ajudante de pedreiro, carpinteiro, soldador, boleiro, decorador entre outras são contratadas de acordo com as demandas existentes pelos moradores.

O emprego para os jovens tem seu direcionamento para a capital de Boa Vista, atendendo as empresas locais do ramo do comércio como supermercados, lojas de roupas, materiais de construção, varejistas, entre outros ramos. As funções desenvolvidas são vendas, caixa, serviços gerais, repositor, açougueiro.

Ressalta-se que a vontade dos jovens do assentamento é poder contribuir com seu conhecimento adquirido nos seus cursos técnicos ofertados pela Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – EAGRO, no próprio assentamento tendo em vista que conhecem bem as dificuldades locais vividas pelos moradores. Porém como não se tem uma política por parte da Prefeitura e nem do Governo do Estado que os absolvam afim de que preste estes serviços muitos acabam deixando o PA, para irem trabalhar na capital em outras funções.

A produção do assentamento é absorvida no mercado local de Boa Vista, nas feiras ao ar livre na qual os consumidores têm a possibilidade de está adquirindo os produtos dos assentados. Com relação aos principais produtos vendidos destaca-se o coentro (Cheiro-Verde), couve, tomate, maxixe, pimenta, pimentão, macaxeira, abóbora, limão, polpas de frutas etc.

As associações e cooperativas compram das famílias suas produções para atender a Merenda Escolar e ao Programa de Aquisição de Alimentos – PPA, da Companhia Nacional de Abastecimento –CONAB. No ano de 2016, o montante de venda foi R\$ 1.707.450,10 (Um milhão setecentos e sete mil e quatrocentos e cinquenta reais e dez centavos) no qual gerou um rendimento médio por família de até R\$ 8.000 (Oito mil reais) dependendo dos produtos entregues por cada uma junto as associações ou a cooperativa.

Outro ganho aos assentados do Pa Nova Amazônia faz referência a titularização das terras ocorridas no ano de 2017, em que o INCRA/SR/25, realizou a entrega do título definitivo aos assentados após longos períodos de anos desde a criação do PA. Com a regularização dos imóveis os assentados ganharam a oportunidade de adesão as linhas de créditos rurais disponíveis para expansão de suas produções.

A autonomia da mulher no assentamento é visível estando a frente da produção nos lotes e nas direções das associações dos polos. Sendo uma gestora nata na comercialização de seus produtos nas feiras.

Portanto acredita-se que nos próximos anos o assentamento Pa Nova Amazônia esteja produzindo o dobro de sua atual produção tendo em vista as novas oportunidades de investimentos disponíveis aos assentados com a posse de suas terras. Ressaltando assim a importância da produção realizada no assentamento para atender ao mercado local de Boa Vista, com produtos de qualidade advindos da Agricultura Familiar com bons preços para a mesa do trabalhador.

REFERÊNCIAS

A questão agrária no Brasil: **O debate tradicional – 1500-1960** / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p

ABRAMOVAY, R.; SACHS, I. Habitat: **a contribuição do mundo rural**. São Paulo em Perspectiva, v.9, n.3, p.11-16, 1995.

_____, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense**, São Paulo: USP, 1981.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Análise diagnóstica da inserção do PRONAF na política agrícola** (Relatório Final), Convênio, PEA/FIPE, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/ Endunicam p/ Hucitec, 1992.

BARBOSA, Davi. **Agricultura familiar e o serviço social: 1**. Brasil: Google Livros, 2014. 168 p.

BARONE, Luís Antônio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-470, jun. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/agricultura%20familiar_web_leve.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

BONTEMPO, Gabriella. **Agricultores familiares contrataram R\$ 22,1 bilhões do Pronaf na safra 2015/2016**. 2016. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultores-familiares-contrataram-r-221-bilh%C3%B5es-do-pronaf-na-safra-20152016>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 11326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. DECRETO n. 8.738, de 03 de maio de 2016. **Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2016/Decreto/D8738.htm>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRITO, Adolfo. **O que é a agricultura familiar.** 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Carlos Alberto de Sousa Cardoso (2009). **Conflitos de terra em Roraima. Acampados e assentados versus estado.** *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires.* Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

CARNEIRO, Maria José. **Terra de pobreza.** R. Janeiro, Museu Nacional, 1977.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Transparência pública do PAA-programa de aquisição de alimentos.** Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarcprmunicipio&novaconsulta=true>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, VII. 2014, Vitória. **A MULHER NA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR: A Comunidade Tambiocó no município de Catalão (GO).** Vitória, Es: Cgb, 2014. 12 p.

COSME, Claudemir Martins. **REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI: QUAL REFORMA AGRÁRIA?** DATALUTA, Campinas, v. 1, n. 106, p. 1-25, out. 2016.

COSTA, James Pinheiro da; SILVA, Marcelo Santos da. **A IMPORTÂNCIA DO USO DO SOLO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONOMICO DO PA NOVA AMAZONIA.** REVISTA GEOGRÁFICA DE AMÉRICA CENTRAL, Costa Rica, v. 2, n. 47, p. 1-16, ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Escola Agrotécnica. **PROJETO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA.** 2016. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/ufrr/Downloads/PROJETO%20DO%20CURSO%20DE%20TECNOLOGIA%20EM%20AGROECOLOGIA%20%20ULTIMA%20VERSO.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Escola Agrotécnica. **Regimento da Escola Agrotécnica da UFRR.** 2016. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/ufrr/Downloads/regimento%20interno%20%20da%20EAGRO.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. 1 ed. Brasília: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), 2017. 474 p.

REFORMA AGRÁRIA, Instituto Nacional de Colonização. **Agricultores comemoram primeira década do assentamento Nova Amazônia**. 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI. 2012, Uberlândia. **A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO: CASO DO BICO DO PAPAGAIO**. Uberlândia, GO: UFU, 2012. 10 p.

ENCONTRO NACIONAL DOS GEOGRÁFOS, XVI. 2010, Porto Alegre. **AGRICULTURA FAMILIAR E CULTURA: identidades e territorialidades**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2010. 8 p.

FABRINI, João Edmilson. **LATIFÚNDIO E AGRONEGÓCIO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**. *Pegada: DOSSIÊ*, São Paulo, v. 9, n. 1, p.1-28, 01 jun. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FACÓ, Rui. **Notas sobre o problema agrário**. In: MARIGHELA, Carlos et al. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI**. 2015. Disponível em: <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A pratica da violencia no campo do século XXI.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20pratica%20da%20violencia%20no%20campo%20do%20seculo%20XXI.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FRITZE, André; BUTZKE, Luciana. **A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI O CASO DO ASSENTAMENTO MIGUEL FORTES DA SILVA**, MUNICÍPIO DE TAIÓ, SANTA CATARINA. UNIEDU, [S.L], set. 2017. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Andre-Fritze.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Programas de Governo - PT**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Geração de renda – feira do Vila Jardim já movimentou mais de R\$ 560 mil**. Disponível em: <<http://portal.rr.gov.br/?p=1123>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V. e DEL GROSSI, M.E. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário**. São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, São Paulo - SP. II (2):50-64. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, IE/UNICAMP.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP. 1999 (2ª edição)

GRAZIANO, X. **O paradoxo agrário**. Campinas: Pontes, 1999.

IMBROZIO BARBOSA, Reinaldo. **RELATÓRIO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA (PANA) - ANTIGA FAZENDA BAMERINDUS**. 2016. Disponível em: <http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/2003/RelatorioVegetacao_PANA_INCRA.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Créditos para a reforma agrária**: Disponível em: <http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao>. Acesso em: 12 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 25 set. 2017.

JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VII. 2015, São Luís. **O AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO: uma estratégia destrutiva do capitalismo neoliberal no campo**. São Luís, MA: UFMA, 2015. 11 p.

JUNGMANN, Raul. **Livro Branco da Grilagem de Terras**. 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf>.

LACERDA, Elisângela Gonçalves. **A REFORMA AGRÁRIA NO LAVRADO DE RORAIMA**: o pioneirismo do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar**. São Paulo: UNICAMP, 1993, p.336

LAMARCHE, H. **“A agricultura familiar: uma realidade multiforme”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: Association des Ruralistes Français. *Lê monde Rural et lês Sciences Sociales*:

omission ou fascination. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises.

MARTELLO, Alexandro; MATOSO, Filipe. **Governo anuncia liberação de R\$ 30 bilhões para agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/governo-anuncia-liberacao-de-r-30-bilhoes-para-agricultura-familiar.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

MARTELLO, Alexandro; MATOSO, Filipe. **Governo anuncia R\$ 202,8 bilhões para Plano Agrícola 2016/2017**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/ministra-anuncia-r-2028-bilhoes-para-plano-agricola-20162017.html>>. Acesso em: 26 nov. 2016

MARTINS, José de Souza. **O CATIVEIRO DA TERRA**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 306 p.

MDA, SAF. **SAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MELLO, Marcia Phelipe Martins de. **QUALIDADE DA ÁGUA SUBTERRÂNEA EM POÇOS DO ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA (RR): INFLUÊNCIA DOS AGENTES IMPACTANTES**. 2009. 65 f. Monografia (Especialização) - Curso de Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2009. Disponível em: <<http://www.bc.ufr.br/index.php/teses-e-dissertacoes#>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Pronaf**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23o%20pronaf.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 8, n. 9, p.1-22, 04 jun. 2006. Semestre. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Miralha.PDF>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

NEARA – **NÚCLEO ESTUDANTIL DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA**. 4. Disponível em: <<https://neararj.files.wordpress.com/2010/06/a-reforma-agraria-no-seculo-xxi.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 - 206, dez. 2001b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015>. Acesso em: 01 ago. 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **CAMPESINATO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496 p.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. **Agricultura: produtores do PA Nova Amazônia recebem títulos de domínio de suas propriedades**. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2017/08/agricultura-produtores-do-p-a-nova-amazonia-recebem-titulos-de-dominio-de-suas-propriedades>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PROCESSO DE CRIAÇÃO DO **PA Nova Amazônia** documento do arquivo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Regional Roraima SR-25. Disponibilizado em cópia em junho de 2016.

ROCHA, Ribamar. **SEIS ANOS DEPOIS Desintrusados ainda esperam regularização**. 2016. Disponível em: <<http://folhabv.com.br/noticia/Desintrusados-ainda-esperam-regularizacao/11590>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA, 1. 2016, Fortaleza. **ÁGUAS DE BEBER E TRABALHAR A VIDA NO ASSENTAMENTO DO LAVRADO DE RORAIMA**. Fortaleza, CE: UECE, 2016. 11 p. Disponível em: <<http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos.html>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

SANTOS, Maria José dos. **Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima. (1970 – 1990)**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **POLÍTICAS PÚBLICAS, ECONOMIA E PODER: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. 2004. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em: <<http://www.bc.ufr.br/index.php/teses-e-dissertacoes>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SAVOLDI, ANDRÉIA; CUNHA, LUIZ ALEXANDRE. **UMA ABORDAGEM SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, PRONAF E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970**. PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -UFPR, Paraná, v. 5, n. 1, p. 1-21, jun. 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, Coleção Estudos Rurais.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In: GRAMMONT, H. C. e MARTINEZ VALE, L. (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito. Ed. Flacso -séria FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. Revista Ruris, Campinas/SP, v. 4, n.1, mar. 2010.

Sebrae. Unidade de Agronegócios (Org.). **PROJETO SEBRAEBIO – AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA: DADOS DA FEIRA SEBRAEBIO AO SÁBADOS**. Boa Vista, 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O que é a agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-é-agricultura-familiar>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PAA**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **SAF**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Gabriela Bernardes; MENDES, Estevane De Paula Pontes. **A MULHER NA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR: A Comunidade Tambiocó no município de Catalão (GO)**. Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, n. 7, ago. 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404342273_ARQUIVO_ArtigoCBG2014.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017

SILVA, Jose Graziano da. **O que é Questão Agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 112 p

SILVEIRA, Maria do Carmo Veloso da; OLIVEIRA, Luiz Andrade. **O Estatuto da Terra**. 2016. Disponível em: <http://www.loveira.adv.br/material/agrario/dir_agrario_estatuto_da_terra.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SOUZA, Robison SÁ de. **A LUTA SOCIAL PELA TERRA: NARRATIVAS DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – Ppgsca, Instituto de Ciências Humanas e Letras – Ichl, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2301>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

TOURNEAU, François-michel Le; BURSZTYN, Marcel. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 1, n. 13, p.1-21, 10 jun. 2010. Semestre. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a08.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

TUAN, YiFu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, SP: Ed Difel, 1983. 248p.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: **Um estudo Da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **MISSIONÁRIOS, FAZENDEIROS E ÍNDIOS EM RORAIMA: A DISPUTA PELA TERRA - 1777 a 1980**. 2003. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040830132503.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

WANDER LEY. Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS



**“HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA: A CONQUISTA DA
TERRA EM BOA VISTA - RORAIMA”.**

IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Idade:

1.2 Sexo: Masculino () Feminino ()

1.3 Escolaridade:

HISTÓRICO PESSOAL:

1. Onde o Sr(a). morava antes de vir para o assentamento? mudou mais que uma vez antes de vir ao assentamento?
2. Sua família residia em Roraima ou vieram de outro Estado?
3. Que atividades profissionais ou remuneradas seus pais exerceram ou exercem?
4. O Sr (a) sempre trabalhou na roça? Era proprietário? Seus pais ou avós eram proprietários?
5. O Sr (a) tem filhos? Quantos?

6. Que idade eles possuem?
7. Eles trabalham ou estudam? Onde?
8. O Sr(a) prefere que seu filho estude ou não?
9. Você prefere que ele trabalhe na roça ou na cidade?
10. É feita alguma contratação de trabalho pelo Sr(a) para auxiliar no lote?

TRAJETÓRIA NO ASSENTAMENTO:

1. Como o Sr(a) tomou conhecimento do assentamento?
2. O Sr(a) participou de algum movimento social?
3. Quais os motivos o levaram a participar do movimento para ocupar este local?
4. Você foi incentivado por alguém ou por algum movimento para participar do assentamento?
5. Que vantagens o Sr(a) percebe em ocupar a terra?
6. Existem muitos conflitos internos dentro do assentamento?
7. Como são estes conflitos?
8. Alguém já foi convidado a ser retirado do assentamento?
9. Porque algumas famílias querem sair deste assentamento?
10. O Sr(a) já participou de outro assentamento?
11. As pessoas do assentamento vem de onde?
12. O Sr(a) tem alguma preferência partidária?
13. O Sr(a) já fez cursos?
14. Quem realizou?
15. O que o Sr(a) achou?
16. O Sr(a) gosta do assentamento? Por que?

PROPRIEDADE:

1. O Sr(a) trabalha em sistema coletivo ou familiar?
2. Como funciona o sistema de cooperativas dentro do assentamento?
3. Quais as vantagens e desvantagens das cooperativas?
4. O Sr(a) se importa em dividir o lucro com os outros assentados?
5. O Sr(a) tem alguma escritura de terra?
6. Gostaria de ter? Por que?
7. Se você pudesse venderia sua terra?
8. Você gostaria de morar em outro local? E exerceria outra atividade?
9. Compraria outra área no campo ou na cidade?
10. Como é organizado o assentamento?
11. Todos desenvolvem tarefas ou as tem para cumprir?
12. Porque “fulano” é líder? Quem escolheu? Até quando ele vai ser o representante do assentamento?
13. O que acha do sistema familiar?
14. O que acha do sistema coletivo?
15. Qual sua visão de campo e da cidade?

PRODUÇÃO:

1. O que o Sr(a) produz no assentamento?
2. Como é feita a comercialização dos produtos?
3. Quem são os principais consumidores dos produtos do assentamento?
4. Como é feito o transporte dos produtos até seu local de venda?
5. Os governos Federal, Estadual ou Municipal compram os produtos do assentamento? De que forma é feita a venda?
5. Existem financiamentos por parte dos governos para a produção no assentamento?
6. Como é feita a plantação dos produtos no assentamento?
7. Existem área de produção coletiva no assentamento? De que forma funciona essa área em relação aos assentados do assentamento?
8. Os produtos do assentamento são livres de agrotóxicos? Ou se usa algum de tipo de inseticida nos produtos?

9. Existe comercialização de animais de pequeno porte? Quais são?
 10. Quais produtos são mais vendidos nas feiras de Boa Vista-RR?

UFRR - Centro de Ciências Humanas – Av. Ene Garcez, Bairro Aeroporto, Bloco CCH– Sala 41 - Boa Vista – RR
 Fone: (95) 3623-4489 - E-mail: ppgsof@ufr.br

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em Pesquisas com Seres Humanos

Instituição: Universidade Federal de Roraima / Curso: Mestrado em Sociedade e Fronteiras

Título: Histórico do Assentamento PA Nova Amazônia: A conquista da terra em Boa Vista-RR

Pesquisador: Lausson José Magalhães Carvalho

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tem o propósito de convidá-lo a participar do projeto de pesquisa acima mencionado. O objetivo desta pesquisa científica é analisar o Histórico do Assentamento PA Nova Amazônia, a justificativa desta pesquisa é resgatar a história do lugar, bem como de seus agentes sociais participantes na luta pela conquista da terra e de sua permanência no local.

Para tanto, faz-se necessário a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas que possibilite retratar a história do Assentamento PA Nova Amazônia.

Quaisquer registros feitos durante a pesquisa não serão divulgados, mas o relatório final, contendo citações anônimas, estará disponível quando estiver concluído o estudo,

inclusive para apresentação em encontros científicos e publicação em revistas especializadas (garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa). Não haverá benefícios diretos ou imediatos para o participante deste estudo.

Este TERMO, em duas vias (garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), é para certificar que eu, _____, na qualidade de participante voluntário, aceito participar do projeto científico acima mencionado.

Estou ciente de que a participação na pesquisa trará riscos (explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa, consultar item V da Res. 466/12).

Estou ciente de que terei direito a (esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa. Caso não haja o pesquisador explica que não haverá.

Estou ciente de que sou livre para recusar e retirar meu consentimento, encerrando a minha participação a qualquer tempo, sem penalidades (garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma).

Estou ciente de que não haverá formas de ressarcimento ou de indenização pela minha participação no desenvolvimento da pesquisa (explicitação da garantia de ressarcimento (caso haja) e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes, explicitação da garantia de indenização (caso haja) diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa).

Por fim, sei que terei a oportunidade para perguntar sobre qualquer questão que eu desejar, e que todas deverão ser respondidas a meu contento.

Assinatura do Participante: _____

RG: _____

Data: ____/____/____

Eu Lausson José Magalhães Carvalho (pesquisador responsável) declaro que serão cumpridas as exigências contidas nos itens IV. 3 da Res. CNS nº 466/12.

Nome do Pesquisador responsável: Lausson José Magalhães Carvalho
Endereço completo: Rua José Renato Hadad, 471 Boa Vista-RR
Telefone: (95) 98401-8776 ou (95) 98103-1111
CEP:69316-562.